



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX Nº 112, QUARTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2024

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**

Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)**

2º Vice-Presidente

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**

1º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**

2º Secretário

**Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)**

3º Secretário

**Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)**

4º Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Gleison Carneiro Gomes**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 104ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 16 DE JULHO DE 2024

1.1 – ABERTURA .....	9
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Manifestação a favor do Projeto de Lei nº 4731/2023, de relatoria de S. Exa., que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) móveis e eletrodomésticos da linha branca destinados aos residentes em áreas atingidas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos; e do Projeto de Lei nº 1536/2024, que concede remissão e posterga o pagamento das parcelas de financiamentos contratados por produtores rurais atingidos pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Comentários sobre as ações da Comissão Temporária Externa do Senado Federal para o enfrentamento da calamidade no Rio Grande do Sul. ....	9
Senador Eduardo Girão – Considerações acerca da tentativa de assassinato do candidato à presidência dos EUA, Sr. Donald Trump. Registro de manifestação ocorrida na Avenida Paulista, no dia 14 de julho, em favor de pautas conservadoras. ....	12
Senador Humberto Costa – Ponderações sobre as investigações da Polícia Federal que revelam a suposta criação, durante o Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro, de organização paralela na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para perseguir ministros do STF, parlamentares, governadores, jornalistas e servidores públicos. ....	15
Senador Esperidião Amin – Comentários sobre o atentado sofrido pelo candidato à presidência dos EUA, Sr. Donald Trump. Registro da reunião da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética em que especialistas debateram sobre os riscos internacionais em segurança virtual e a importância de uma agência nacional para tratar do tema no Brasil. ....	17
Senador Chico Rodrigues – Breve relato dos trabalhos de S. Exa. no primeiro semestre de 2024. ...	18
Senadora Damares Alves – Esclarecimentos sobre a apreensão de substâncias ilícitas em aeronave da Igreja do Evangelho Quadrangular, na cidade de Belém-PA. ....	21



Senador André Amaral – Lamento pelo atentado sofrido pelo candidato à presidência dos EUA, Sr. Donald Trump, e registro da importância da imprensa profissional. Comemoração dos 50 anos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Apelo para que o abastecimento regular de água potável com carros-pipa se torne um programa permanente do Governo Federal. ....	25
Senadora Margareth Buzetti – Indignação com a situação da segurança pública no Brasil e considerações sobre a atuação de S. Exa. como Senadora no sentido de combater o avanço da criminalidade no país. ....	28
Senadora Rosana Martinelli – Breve histórico sobre a moratória da soja e críticas à ausência de representantes do Governo Federal na audiência pública sobre o assunto, realizada na Câmara dos Deputados, no dia 12 de julho. ....	29
Senadora Zenaide Maia – Apelo em favor do aumento de investimentos na educação pública de tempo integral e na área de segurança pública como meio de redução da criminalidade no país, bem como manifestação a favor da PEC nº 44/2019, que dispõe sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União no Sistema Único de Segurança Pública (Susp). ....	33
<b>1.2.2 – Suspensão da sessão às 16 horas e 14 minutos e reabertura às 16 horas e 37 minutos</b>	<b>35</b>
<b>1.3 – ORDEM DO DIA</b>	
<b>1.3.1 – Oradores</b>	
Senador Izalci Lucas – Considerações sobre o Projeto de Lei nº 1847/2024, que normatiza o acordo firmado com o Governo Federal sobre a desoneração da folha de pagamento de setores da economia. Preocupação com a situação da internet nas escolas públicas do país e cobrança ao Ministério da Educação quanto às metas do programa Escolas Conectadas. ....	35
<b>1.3.2 – Item 1</b>	
Projeto de Lei nº 1847/2024, do Senador Efraim Filho, que <i>estabelece um regime de transição para a contribuição substitutiva prevista pelos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto pelo § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004. Retirado da pauta.</i> ....	37
<b>1.3.3 – Prestação do compromisso regimental e posse do Sr. Bene André Camacho Araújo, segundo Suplente da Senadora Eliziane Gama.</b> ....	<b>43</b>
<b>1.3.4 – Comunicação</b>	
Do Senador Bene Camacho, de filiação partidária (PSD), adoção do nome parlamentar e diplomação. ....	44
<b>1.3.5 – Oradores (continuação)</b>	
Senador Bene Camacho – Discurso de posse de S. Exa. ....	44
<b>1.3.6 – Item 2</b>	
Projeto de Lei nº 2246/2022, da Deputada Federal Professora Dorinha Seabra, que <i>acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica. Aprovado com emenda de redação</i> , nos termos do <b>Parecer nº 115/2024-PLEN-SF</b> , proferido pelo Senador Flávio Arns; após <b>Emenda nº 1-PLEN</b> . ....	45
Redação final do Projeto de Lei nº 2246/2022 ( <b>Parecer nº 116/2024-CDIR/PLEN-SF</b> ). <b>Aprovada.</b> À sanção. ....	<b>50</b>





1.3.7 – Item 3

Projeto de Lei nº 2248/2022, da Deputada Federal Carmen Zanotto, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde. **Aprovado.** À sanção. . 50

1.3.8 – Item extrapauta

Requerimento nº 530/2024, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei nº 4731/2023. **Aprovado.** 51

1.3.9 – Item extrapauta

Requerimento nº 531/2024, de Líderes, de urgência para o Projeto de Resolução nº 18/2024. **Aprovado.** 51

1.3.10 – Oradores (continuação)

Senadora Soraya Thronicke – Críticas ao texto da regulamentação da Reforma Tributária aprovado na Câmara dos Deputados. Pedido para que o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que trata do tema, seja também discutido na CAE. .... 51

1.3.11 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa ordinária semipresencial para 17 de julho, às 14 horas. .... 54

1.4 – ENCERRAMENTO ..... 54

1.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO ..... 55

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 104ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicações

Da Senadora Eliziane Gama, que comunica o afastamento de S. Exa. do mandato de Senadora, a fim de assumir o cargo de Secretária de Estado Extraordinária da Juventude (**Ofício nº 33/2024**). .... 58

Do Sr. Pedro Fernandes Ribeiro, primeiro Suplente da Senadora Eliziane Gama, que comunica a impossibilidade de assunção ao cargo de Senador (**Ofício s/nº/2024**). .... 60

Do Senador Bene Camacho, de filiação partidária (PSD), adoção do nome parlamentar e diplomação. 61

2.1.2 – Requerimentos

Nº 530/2024, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Lei nº 4.731/2023, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal. .... 64

Nº 531/2024, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 18/2024, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal. .... 66

2 2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA



2.2.1 – Projeto de Lei nº 2246/2022

Emenda nº 1-PLEN .....	69
Parecer nº 115/2024-PLEN/SF .....	71
Redação final (Parecer nº 116/2024-CDIR/PLEN-SF) .....	74

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Do Senador Humberto Costa, de participação de S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento nº 358/2024-CDIR. ....	79
Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, que comunica a eleição da Senadora Soraya Thronicke para a Vice-Presidência da referida Comissão ( <b>Ofício nº 71/2024</b> ). ....	80
Da Liderança do Bloco Parlamentar Independência, de substituição de membro na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ( <b>Ofício nº 94/2024</b> ). ....	81

3.1.2 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2023 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ....	83
---	----

3.1.3 – Ofício do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 44410/2024, na origem, em resposta ao Requerimento nº 11/2024, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. ....	85
--	----

3.1.4 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 73/2024-CAE, sobre o Projeto de Lei nº 2518/2021 .....	87
Nº 74/2024-CAE, sobre o Projeto de Lei nº 5078/2019 .....	94

3.1.5 – Projetos de Lei

Nº 2903/2024, do Senador Carlos Viana, que <i>altera a lei orgânica do SUS, Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para tornar obrigatório que a rede pública de saúde com mais de vinte e cinco mil habitantes disponha de soro antiofídico.</i> ....	102
Nº 2904/2024, do Senador Carlos Viana, que <i>altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para a introdução não autorizada de espécime animal no País, e sua aplicação em dobro, no caso de animal peçonhento ou predador carnívoro que cause risco à vida humana.</i> ....	106
Nº 2905/2024, do Senador Wilder Moraes, que <i>cria a Agência Nacional de Proteção e Defesa Civil e institui o Programa de Auxílio a Vítimas de Desastres.</i> ....	110



Nº 2907/2024, do Senador Fernando Dueire, que *estabelece o Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL)*. ..... 127

**3.1.6 – Requerimentos**

Nº 532/2024, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Lei nº 1536/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal. .... 138

Nº 533/2024, do Senador Paulo Paim, requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 5427/2023 com o Projeto de Lei nº 5512/2023. .... 143

Nº 19/2024-CRA, requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre as Resoluções CMN nº 5.081/2023 e BCB nº 140/2021, que têm gerado consideráveis prejuízos ao setor produtivo. .... 145

PARTE III

**4 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-UCRÂNIA**

Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de julho de 2024. .... 151

**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL** ..... 161

**6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** ..... 164

**7 – LIDERANÇAS** ..... 165

**8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** ..... 167

**9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** ..... 176

**10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES** ..... 179

**11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS** ..... 223



## Ata da 104ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial, em 16 de julho de 2024

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Rodrigo Pacheco, Veneziano Vital do Rêgo e Chico Rodrigues, da Sra. Damares Alves e do Sr. Flavio Azevedo.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 5 minutos e encerra-se às 18 horas e 7 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Minhas senhoras e meus senhores, os nossos cumprimentos.

Boa tarde a todos os colegas, Srs. e Sras. Senadoras que já fizeram os seus respectivos registros.

Quero saudar todos os brasileiros que nos acompanharão a partir do início das nossas atividades legislativas.

Nós temos 46 senhores e senhoras do Colegiado que registraram as respectivas presenças.

Havendo número regimental, nós declaramos aberta esta sessão.

Sob a proteção de Deus, nós vamos iniciar as nossas atividades.

As Sras. e os Srs. Senadores poderão fazer as suas inscrições, caso queiram, para uso da palavra, por meio do nosso aplicativo Senado Digital, pela lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados em vários ambientes da nossa Casa.

Os Senadores presentes remotamente inscritos para o uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

A presente sessão deliberativa ordinária semipresencial é destinada à apreciação das seguintes matérias, conhecidas matérias de todos os que integram o nosso Colegiado, porque foram disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia de hoje:

– Projeto de Lei nº 1.847, do Senador Efraim Filho;

– Projeto de Lei nº 2.246, do ano de 2022, de S. Exa. a Sra. Deputada Professora Dorinha Seabra, hoje nossa companheira de Senado; e, terceiro e último,

– Projeto de Lei nº 2.248, de 2022, de S. Exa. a Sra. Deputada Carmen Zanotto.

Nós vamos passar aos nossos oradores, que terão prazo de dez minutos para uso da palavra.

O primeiro Senador inscrito, o Senador Jorge Kajuru, justificou a sua ausência por força de compromissos, pois está fazendo tratamento. Como os senhores e as senhoras bem o sabem, ele passa por acompanhamento em relação a problemas oftalmológicos. Ele pediu desculpas, e nós evidentemente entendemos, por força de uma condição maior.

O segundo Senador inscrito é o Senador Paulo Paim. E, em seguida, remotamente, será o Senador Eduardo Girão.

Senador Paulo Paim, seja bem-vindo, mais uma vez, à tribuna. V. Exa. disporá de dez minutos regimentalmente previstos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Presidente Veneziano Vital do Rêgo, como digo sempre, é uma alegria, uma satisfação falar à tribuna, e V. Exa. presidindo esta Casa, pois sabe o respeito e o carinho que eu tenho por V. Exa. e também pelo Presidente Rodrigo Pacheco. E, no outro dia, em que eu recebi aquele prêmio Dom Hélder Câmara, o dos direitos humanos, fiz uma fala sobre a história, comentando a indicação de V. Exa., mas disse também que tinha o aval também do Presidente Rodrigo Pacheco. Então, fico muito lisonjeado de poder dizer que a indicação foi de V. Exa.

Presidente Veneziano, é sempre bom vir à tribuna numa tarde como hoje para falar de uma agenda de amanhã aqui no Plenário, porque a agenda de amanhã, conforme havia anunciado a Mesa, na figura do Presidente Rodrigo Pacheco, contemplaria projetos de interesse do Rio Grande do Sul.

E está na pauta de amanhã deste Plenário o Projeto de Lei nº 4.731, de 2023, que isenta o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de eletrodomésticos da chamada linha branca e de móveis essenciais para moradores de áreas atingidas pelo desastre, pela grande quantidade de chuvas que acabaram caindo sobre o Rio Grande do Sul – foram desastres naturais ou eventos climáticos extremos no Brasil causados, na minha avaliação, muito pelo ataque que infelizmente a humanidade faz à natureza no Brasil e no mundo. Enfim, desse projeto que eu aqui comento, isso poderá ser usufruído uma única vez por um membro de



cada uma das famílias atingidas, para cada um dos produtos. A isenção do IPI estende-se também aos microempreendedores individuais. Entre os produtos, estão fogões, refrigeradores, máquinas de lavar roupa, tanquinhos e tanques, cadeiras, sofás, mesas, armários, todos fabricados no Brasil.

As Deputadas Maria do Rosário e Gleisi Hoffmann são autoras do projeto, que já foi aprovado, por unanimidade, na Câmara dos Deputados.

Eu, por indicação da Mesa, serei o Relator do projeto aqui no Senado. E o farei com muito orgulho, no dia de amanhã, pela abrangência desse projeto, que vai permitir que a população que perdeu tudo nas enchentes tenha de volta móveis novos não pagando o chamado IPI.

Presidente, quero também destacar, ainda com dados e números, para que todos saibam, que projetos como esse vão atender àqueles que foram atropelados pelas águas, que perderam tudo.

Repito: o Rio Grande do Sul foi assolado por uma tragédia de chuvas intensas e inundações. Cerca de 2,4 milhões de pessoas foram afetadas diretamente. Foram 478 municípios atingidos, 182 óbitos, 32 desaparecidos, 8.857 desabrigados, 388.781 desalojados, mais de 84 mil resgatados e mais de 15 mil animais salvos. Mais de 80% da economia gaúcha foram atingidos, incluindo os setores de indústria e comércio, o campo e a cidade.

Desde já, solicito o apoio – e sei que teremos – dos Senadores e Senadoras. E fica aqui o meu agradecimento ao Presidente Rodrigo Pacheco, que organizou a pauta de amanhã, e, naturalmente, aos Líderes partidários. E também agradeço a V. Exa., Senador Veneziano – sei da sua influência na Casa.

Outra proposta que vai beneficiar o Rio Grande, que é referente à tragédia climática e que também está na pauta de amanhã, é o Projeto de Lei nº 1.536, de 2024, que concede remissão e posterga o pagamento das parcelas de financiamentos de custeio agropecuário adquiridos em 2024 pelos produtores rurais do Rio Grande do Sul. Os autores são os Deputados Zucco e Rodolfo Nogueira. Na Câmara, ele foi aprovado com relatoria do Deputado Afonso Motta. Aqui no Senado – também do Rio Grande do Sul, como eu fui do primeiro –, o Relator é o Senador Ireneu Orth.

Eu queria também aproveitar para informar que a Comissão composta de oito Senadores tinha tirado esses dois projetos como preferência para votação mais imediata. E é o que vai acontecer, tudo indica, a partir de amanhã ou amanhã.

Continuando, Presidente, mais de 206 mil propriedades rurais foram afetadas – por isso, a importância desse projeto – com perdas na produção, na infraestrutura; e 34.509 famílias ficaram sem acesso à água potável.

Esses dados constam no relatório de perdas referente à maior calamidade climática que atingiu o Rio Grande do Sul. Foi divulgado, inclusive, esse relatório no início de junho, o que significa que os gastos, as mortes, o conjunto dos dados, as perdas podem ser ainda maiores. Os dados são oriundos do sistema Sisperdas, abastecido com informações de todos os escritórios regionais e municipais da Emater.

Foram prejudicados 48.674 produtores de grãos, em sua maioria, milho e soja; 19.190 famílias tiveram perda relativa às estruturas das propriedades, perderam casas, galpões, máquinas, armazéns, silos, estufas, aviários e os próprios animais.

Em relação à agroindústria, dados apontam prejuízos para cerca de 200 empreendimentos familiares. Esse setor da economia gaúcha foi muito atingido, seja com a agricultura familiar, seja com a agricultura empresarial, com médios e pequenos produtores.

Registro ainda, Sr. Presidente, com a nossa preocupação sobre a forma como foi atingida a área rural, o campo – eu só dei aqui alguns exemplos –, que recebemos convite para o ato SOS Agro RS, que ocorrerá na próxima sexta-feira, dia 19, na Expoagro de Rio Pardo.

Senhoras e senhores, quero também destacar que está na pauta de amanhã...



*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... o Projeto de Lei nº 5.990, de 2019, que confere o título de Capital Nacional da Pós-Colheita de Grãos ao Município de Panambi, no Estado do Rio Grande do Sul. A relatoria desse projeto é do Senador Hamilton Mourão, e a autoria é do Deputado Pompeo de Mattos.

Assim, de uma forma simples, singela, mas importante, os três Senadores gaúchos estarão, amanhã, relatando projetos aqui, mas apoiando os três projetos. Não pode ninguém querer medir que esse projeto é mais importante do que aquele, pois os três, para nós, são importantes. Claro, um é de mais vulto, o outro, de médio vulto, e o outro é de um menor vulto, porque pega mais de uma cidade, mas acontece que os três Senadores trabalharam juntos. Não houve nem disputas...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – ... como muitos pensam...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que pode haver num momento como este. Na Comissão, todos os Senadores trabalham juntos para o bem comum, olhando para o Rio Grande. Nesses projetos, todos os três Senadores trabalharam juntos.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a todos os Senadores e às Senadoras da Comissão Temporária Externa do Senado que está acompanhando a tragédia climática do Rio Grande do Sul e que vem se dedicando de forma permanente. Já realizamos, de forma coletiva, duas diligências. Fomos ao Vale do Taquari, fomos à Grande Porto Alegre, fomos à região metropolitana e também ao Vale dos Sinos. E vamos fazer agora – está previsto –, nos dias 15 e 16 de agosto, outra visita à região da Serra Gaúcha.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Houve desmoronamento...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de muita terra naquela região, bloqueando as estradas na região de Caxias do Sul, minha cidade natal. Depois, provavelmente, poderemos passar em Bento Gonçalves e encerraremos num evento em Porto Alegre.

Informo também que realizamos quatro audiências públicas, doze reuniões, uma sessão de debate temático, vinte e um requerimentos dos Senadores e Senadoras da Comissão foram aprovados, e nove projetos, dois desses serão votados amanhã, foram considerados prioritários pela Comissão, e, é claro, o terceiro também é importante.

Fica aqui, de público, a nossa gratidão pelo trabalho intenso dos Senadores. Cito todos eles: Senador Ireneu Orth...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Senador Hamilton Mourão, Senadora Leila Barros, Senador Jorge Kajuru, Senador Astronauta Marcos Pontes, Senador Alessandro Vieira e Senador Esperidião Amin.

Sr. Presidente, aqui eu concluo, dizendo que muitos desses projetos de interesse do Rio Grande poderão vir a Plenário e outros poderão vir, inclusive, por medida provisória. O importante para nós é





que a matéria seja aprovada e chegue ao Rio Grande.

Então, há muita iniciativa que a gente pode estar encaminhando aqui na Comissão e que o Governo também está discutindo, está acompanhando esse debate. E, quando me perguntaram se nós tínhamos preferência, eu disse: “Queremos que seja votado o mais rápido possível”, como percebo que vão votar amanhã. Mas outros projetos poderão vir por medida provisória, que tem efeito imediato na economia e no bem-estar do povo gaúcho.

Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, estimado Senador Paulo Paim, por mais uma participação na tribuna da Casa.

Na alternância entre os presentes inscritos e os que inscritos estão à participação remota, convido o Senador Eduardo Girão.

Em seguida, o Senador Humberto Costa, que está aqui, Senador presente, e o Senador Esperidião Amin, que, remotamente, encontra-se lincado.

Senador Eduardo Girão, seja bem-vindo!

Boa tarde.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Paz e bem, Presidente, meu querido amigo Senador Veneziano Vital do Rêgo, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, funcionários da Casa, assessores, brasileiras e brasileiros que estão nos acompanhando com o trabalho fantástico da equipe da TV Senado, da Rádio Senado e da Agência Senado.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de começar esta sessão... Até porque ontem, mais uma vez – eu já perdi as contas –, saí frustrado – me preparei, fiz discurso, aliás, tem vários pendentes – por sessões que não ocorreram.

Quero pedir ao senhor, que é Vice-Presidente, por quem eu tenho a maior consideração, que converse com o nosso Presidente Pacheco. Não podemos terminar os 200 anos do Senado Federal com uma decisão que eu considero uma decisão infeliz, de que só membros da Mesa possam abrir sessão. Isso nunca ocorreu. Já conversei com Senadores que passaram por aí em muitos mandados. Isso nunca ocorreu no Senado, e a gente não pode deixar isso prevalecer, porque a única coisa que sobra para a oposição, acredite, muitas vezes, é o falar, e o Parlamento é isso.

Ontem eu tinha muitos assuntos do final de semana que ocorreram, e vou falar um pouco sobre eles aqui, mas fui tirado de tempo. Acredito que outros colegas também. Então, faço esse desagravo e peço que se modifique... Isso é uma assinatura numa resolução que não tem cabimento nos 200 anos do Senado.

Sr. Presidente, em 13/7, 13 de julho, sábado, aconteceu uma tentativa de assassinato do Presidente dos Estados Unidos e, mais uma vez, um milagre ocorreu. Assim, por 2mm, por um movimento de segundos, de fração de segundos, aconteceu ali um livramento da morte de um candidato a Presidente dos Estados Unidos.

Eu fico decepcionado com a mídia brasileira, uma grande parte da mídia. A gente não pode generalizar, mas é, assim, algo assustador como a militância tem tomado, em muitos casos, com raras exceções, uma torcida dentro da redação, uma manipulação de informações. Então, é triste isso, porque, se fosse do outro lado, Deus nos livre, se fosse um candidato democrata, o mundo teria caído. Vamos combinar: era “fascista, terrorista”... A gente já viu esse filme, não é? Então, o ódio está tomando conta, inclusive, de profissionais que não têm esse... De políticos, cujos nomes eu não vou citar aqui para não deixar mais famosos. Políticos fazendo chacota, desacreditando de algo que todo mundo viu.

Então, é aquela velha história: nós podemos ser adversários no campo da política, mas jamais inimigos. Poxa! Está na hora de serenidade, gente! Está na hora de responsabilidade! Nós somos irmãos,



filhos do mesmo Deus. São surreais os comentários que a gente vê de pessoas incentivando esse tipo de situação. Nós não podemos compactuar com isso, nem de um lado, nem de outro. Jamais a violência é um caminho para nada na vida.

E também eu confesso que achei muito estranha a questão de, em pouco tempo depois, já se dizer que seria um lobo solitário, enquanto as imagens mostram. É por isso que querem controlar as mídias sociais. Tem projetos no Senado e na Câmara nesse sentido. O último, agora, está anexo ao marco da inteligência artificial – trechos do PL da censura. E isso justamente para que a não democratização das informações não deixe acontecer o que a gente viu nesse final de semana, que foram dezenas de pessoas, minutos antes, vários minutos antes, dizendo: “Ó, tem um cara subindo no telhado ali”. Estavam avisando a polícia. É muito estranho isso ter acontecido e, depois, rapidamente, as forças de segurança dizendo: “Ah, não! Foi um lobo solitário”. E querendo já justificar alguma coisa. É muito estranho! Espero que se encontre realmente o que está por trás disso tudo.

E também manifesto a minha solidariedade total às vítimas que perderam a vida, inclusive um bombeiro, que estava protegendo a família, perdeu a sua vida. Então, pelo restabelecimento pronto do candidato a Presidente, Trump, com quem eu tenho discordâncias, confesso, tenho discordâncias, mas é legítima a sua candidatura, e a gente tem que respeitar as posições das pessoas. Isso é democracia, isso é tolerância e é isso que a gente tem que fazer.

Até porque, Presidente, vai acontecer um impacto no Brasil. Com essa eleição, a gente sabe que vai acontecer um impacto na nossa nação, e forte, porque poderosos de plantão estão sabendo que o Brasil está... A ditadura da toga em que a gente vive, com a anuência de outros Poderes da República, ou o alinhamento, como quer que seja, o sistema apodrecido está sendo denunciado, está sendo denunciado internacionalmente.

Então, com essa mudança, essa troca na Presidência dos Estados Unidos, além de ser uma alternância de poder, muito importante para qualquer democracia, eu quero dizer também, Presidente, que essa mudança vai propiciar, no Brasil, também que muita coisa seja clareada: quem está abusando da Constituição do Brasil, quem está abusando da democracia do nosso país, quem está desrespeitando os direitos individuais e coletivos, o ordenamento jurídico, os pactos que o Brasil assinou. Eu acredito que vai chegar a hora. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura, não é? Então é muito importante que a gente tenha essa serenidade.

Por falar nisso, no dia 14 de julho, no domingo, anteontem, eu fui para a Paulista. Estive na Avenida Paulista, numa manifestação linda, de arrear. Depois desci, conversei com as pessoas, e percebi, com muita tristeza, que a Casa onde atuo, que a nossa Casa está mais desmoralizada do que nunca. E eu vejo uma legitimidade no que as pessoas falam, de coração, sem ódio, sem nenhum tipo de ressentimento, mas pela justiça. São brasileiros que dizem, com legitimidade, que o Senado está agachado, está no chão para abusos de alguns Ministros do STF. A gente tem visto isso.

Eu também alertei as pessoas, na minha fala, de que a Câmara dos Deputados também tem culpa no cartório. Inclusive muitas pautas que nós aprovamos no Senado... Podem falar de tudo do Senado, mas algumas pautas, como a PEC do fim do foro privilegiado, a PEC do fim das decisões monocráticas, a questão da PEC antidrogas, muitas medidas que nós tomamos no Senado estão paradas lá na Câmara dos Deputados. Então, há a cobrança da população, que é legítima no Senado, e nós estamos trabalhando para conscientizar os colegas das barbaridades que estão acontecendo no país, mas a Câmara também... Tenho alertado a população, e alertei, de que a Câmara precisa ser cobrada, de forma ordeira, pacífica, respeitosa.

Outra pauta muito forte que surgiu lá foi a questão da anistia, Presidente, para as pessoas que estão com seus direitos desrespeitados. Inclusive tem aqui, ó, a Debora, mãe dessas duas crianças, que até



sem denúncia, pouco tempo atrás, estava presa há 14 meses. Nós temos vários casos, como o do Silvinei Vasques, a quem estive lá visitando, o do Felipe Martins também. Então, o Brasil está cheio de máculas por essa irresponsabilidade – omissão no Senado; e irresponsabilidade de alguns ministros, movidos pelo ódio, hoje, no Brasil, pela vingança, pela revanche.

Então, Sr. Presidente, a anistia de que se fala no Congresso brasileiro não é esta, a anistia que deveria ser feita, que é a de pessoas que estavam com Bíblias, com bandeiras na mão, que nem sequer entraram, muitas delas...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência.*) – ... dentro dos prédios públicos, e estão aí com 15, 17 anos de condenação. É absurdo o que a gente está vendo: milhares de brasileiros, presos políticos. Mas a anistia de que se fala no Congresso, para minha tristeza, é a anistia de partido político. Isso é que é uma coisa surreal. Além da queda, o coice, como a gente diz no Nordeste.

Eu acredito que a censura também está incomodando muito, e eu percebi nos brasileiros. E nós vamos precisar, sim; o Brasil precisa de atos assim todos os meses. As grandes mudanças desse país foram através das ruas. Então, parabéns aos brasileiros, que foram a um evento includente, um evento sem personalismo, sem idolatria a ninguém, um evento suprapartidário, e assim tem que continuar.

Parabéns aos organizadores – Marco Antônio Costa; Keven e Samantha, do Space Liberdade – e a todos os que organizaram esse evento fantástico, Sr. Presidente.

Eu quero desejar uma ótima semana a todos.

Que Deus abençoe esta Casa e que tenhamos, cada vez mais, uma tomada de consciência entre todos nós, para que possamos colocar a cabeça no travesseiro, passar por este tempo sombrio, este tempo de trevas que a gente vive no Brasil.

Que a gente possa fazer a nossa parte sobre a reforma tributária – um terror, essa reforma tributária, injusta completamente, cheia de privilégios. Vai aumentar a carga tributária. Eu ouvi isto nas ruas, Sr. Presidente: as pessoas clamando contra essa reforma tributária também. E que a gente possa fazer o nosso papel, para que, cada vez mais, o Brasil volte a ter democracia, porque hoje nós não temos democracia.

Que o Brasil volte a ter o respeito à Constituição e ao direito de todos os cidadãos.

Continuarei nas ruas e irei aonde quer que seja para que a gente possa gritar, clamar, de forma ordeira, pacífica, porque isso é democracia.

Pago do meu bolso, não gastei um centavo. Passei mais tempo dentro do avião, saindo de Fortaleza, indo para a Paulista, voltando, do que em São Paulo, mas valeu a pena, porque isso é o sentimento de a gente dar voz a uma sociedade que não se sente representada, infelizmente.

Um grande abraço, Sr. Presidente. Deus abençoe o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Amém. Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Como próximo inscrito, Senador Chico Rodrigues; depois V. Exa., porque, no momento em que eu o anunciei, o Senador Chico ainda não tinha chegado, Senador Humberto.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – V. Exa. é quem define. Se o senhor quiser permutar com o Senador Humberto, não tem problema nenhum.

Senador Humberto, pelo gesto cavalheiresco do Senador Chico Rodrigues, em permuta, falará neste



instante, da nossa tribuna.

Como nós estamos num compromisso com os nossos companheiros que remotamente acompanham, o próximo inscrito, Senador Esperidião, remotamente, e V. Exa.

Senador Humberto.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Inicialmente, agradeço a gentileza do nosso querido companheiro Chico Rodrigues, que me cedeu a sua vez aqui.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, pessoas que nos acompanham pelas mídias do Senado Federal, novos fatos de extrema gravidade estão sendo divulgados e demonstram interferências políticas em órgãos do Estado, que, finalmente, vieram a público, isso do Governo anterior, Governo do Sr. Bolsonaro.

A estruturação de uma Abin paralela mostra a criação de dispositivos à margem da lei para perseguir desafetos do ex-Presidente, que ocupava a função de Chefe de Estado e de Governo.

Ministros do Supremo, Congressistas, Governadores, jornalistas, servidores públicos, quem entrava na mira do então Presidente da República e da sua família era monitorado ilegalmente, com a ajuda até de *software* criminoso.

Envolvidos sugeriram um tiro na cabeça do Ministro Alexandre de Moraes, a quem investigações decorrentes do inquérito de *fake news* estão subordinadas.

A Constituição foi trucidada. Leis foram rasgadas. A estrutura estatal foi colocada a serviço de interesses privados.

Recentemente, cinco pessoas foram presas na Operação Última Milha, deflagrada na quinta-feira da semana passada. Detalhes decorrentes do levantamento do sigilo expõem um rosário de crimes, a atuação de uma verdadeira organização criminosa instalada no coração do poder, cuja sede era o gabinete presidencial no Palácio do Planalto.

Novas informações, a partir de uma gravação da reunião feita pelo Diretor-Geral da Abin à época, o Sr. Alexandre Ramagem, escancaram o uso descarado da máquina para favorecer um dos filhos do Presidente, investigado em processos legítimos, para apuração pela Receita Federal, do caso das chamadas rachadinhas de que é acusado. Estão lá: falas gravadas mostram o ex-Presidente, o Ministro-Chefe do GSI e o Diretor-Geral da Abin discutindo com as advogadas do Sr. Flávio Bolsonaro uma intervenção na Receita e no Serpro.

É um escândalo de grandes proporções que comprova a captura de instituições de Estado pela família presidencial, com uso de órgãos, operando à margem da lei contra aqueles considerados opositores do Governo, além de interferência em outras estruturas estatais, para salvar a pele de outros familiares que respondiam por supostos crimes.

Somente a existência da reunião, registrada em longos e comprometedores áudios, gravados nas dependências do Palácio Presidencial, em horário de expediente, já é prova cabal da articulação ilícita feita por essa organização totalmente fora da lei que comandava o nosso país.

Nenhum brasileiro que respondesse a investigação similar teria tanto privilégio como teve o filho do Presidente.

Uma das advogadas presentes à reunião admitiu à imprensa ter recebido, diretamente do Sr. Alexandre Ramagem, então Diretor da Abin, três relatórios com a finalidade de inocentar Flávio Bolsonaro.

Consequência desse encontro criminoso foi a ação posterior da Abin paralela para devassar a vida de auditores da Receita, comprometê-los e empastelar as investigações que estavam sendo realizadas nesse inquérito. Ou seja, da reunião criminosa, redundaram ações criminosas decididas lá pelos envolvidos, entre



eles, o Sr. Jair Bolsonaro.

Ainda há outros nomes que foram ilegalmente espionados. Há partes do inquérito ainda sob sigilo, o que mostra que muita sujeira ainda virá à tona.

É preciso que essa prática criminosa, toda essa operação miliciana, incrustada no coração do Estado, seja exposta, para que se possa ter conhecimento de toda a sua extensão, de toda a sua dimensão.

O bolsonarismo foi um câncer que, por muito pouco, não entrou em metástase, que, por muito pouco, não vergou por completo o Estado aos seus interesses escusos.

Felizmente, conseguimos quase extirpá-lo; por isso, ainda estão vivos. Agora, os responsáveis por essa organização criminosa precisam responder na Justiça pelo que cometeram e, na forma da lei, ser severamente punidos por todas as ilicitudes praticadas.

Além desses temas aos quais me refiro hoje, é bom lembrar que existem mais três investigações que envolvem diretamente o ex-Presidente da República e que criaram uma verdadeira estupefação na população brasileira.

O primeiro é o da fraude em relação às vacinas, para que, assim, pudessem ele, sua família e assessores entrar nos Estados Unidos, sem que fossem impedidos de fazê-lo por falta da vacinação. Esse inquérito já está bastante avançado, e há provas contundentes da participação do ex-Presidente nesse processo.

O segundo diz respeito à venda de joias que faziam parte do patrimônio do Estado brasileiro, e aí também há provas em profusão, além da própria delação do ex-assessor direto, ajudante de ordens do Presidente e de seu pai. Porém, as provas materiais são diversas, e entre elas também há mensagens encaminhadas pelos celulares, em que o ex-Presidente autoriza a venda de joias que foram dadas ao povo brasileiro, ao Estado brasileiro.

Além desses dois processos, há o processo que investiga o 8 de janeiro, no qual também está patente a participação direta do ex-Presidente da República, e o que todos nós esperamos é que essas pessoas sejam severamente punidas, para que possamos afirmar aqui os princípios constitucionais da democracia no nosso país, na luta contra as ações...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... criminosas realizadas por integrantes de um governo e pelo seu chefe principal.

Tenho certeza de que o Brasil e os brasileiros estão vigilantes, para nunca mais deixar que esse grupo tome novamente o nosso país e que nem a direita, a extrema direita, que é liderada por ele, possa encontrar indivíduos que possam cumprir esse papel, alternativamente, na próxima eleição e nos anos vindouros.

Então, Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Polícia Federal, quero parabenizar o Supremo Tribunal Federal e tenho certeza e convicção de que, em todos esses processos, a Procuradoria-Geral da República haverá de dar um parecer, denunciando os envolvidos e solicitando que seja aberto o devido...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... processo judicial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) –



Obrigado, Senador Humberto Costa, pela participação.

Convidamos o Senador Esperidião Amin, inscrito, e que remotamente fará a sua participação.

Seja bem-vindo, Senador Amin.

Boa tarde.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Presidente, muito prazer em ver a nossa sessão presidida por V. Exa. É uma cena que agrada à minha alma e aos meus olhos.

Eu quero me solidarizar com as manifestações do Senador Paulo Paim, especialmente quando ele relata o trabalho que lidera na condição de Presidente da Comissão que atende às consequências dos desastres climáticos que afetaram o Rio Grande do Sul.

O Senador Paulo Paim está efetivamente, como eu diria, excedendo-se até, superando-se nessa tarefa bendita de liderar a Comissão que eu orgulhosamente integro e que tem, como objetivo, tomar providências, e algumas delas certamente serão ultimadas, do ponto de vista legislativo, amanhã, como anunciado.

Também quero me solidarizar com as palavras do Senador Eduardo Girão, e, a propósito de ataque pessoal em campanha eleitoral, certamente não há nada pior do que o ataque materialmente desferido. Como disseram todos os políticos que intervieram, com clareza, a respeito desse episódio que envolve o candidato a Presidente da República Donald Trump, quando se chega à violência física, é porque se esgotaram todas as competências racionais e a própria natureza da política, de sorte que é muito triste saber que ainda existem detentores de mandato que são negacionistas em relação a esse episódio, como o foram em relação ao episódio da facada no então candidato Jair Bolsonaro.

Isso não constrói, e essa atitude até estimula esse tipo de formação de narrativa e também atos que possam ser depois narrados dessa forma.

Eu gostaria de registrar nesta tarde, Presidente – até por dever de ofício, e não o pude fazer na semana passada, nem ontem –, a sessão que nós realizamos, na terça-feira da semana passada, da Subcomissão que trata da defesa cibernética – que é vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional –, que eu tenho a honra de presidir. Realizamos um debate internacional a respeito de providências e de decisões estruturantes que temos que tomar a respeito de defesa cibernética.

Para que se tenha uma ideia, eu repito que o Fórum Econômico Mundial, que se realiza anualmente em Davos, ele estima – ou estimou, ou declarou a estimativa de – que os crimes cibernéticos estão afetando mais de 10% do PIB, em média, dos países do Ocidente. Imagine 10% a 14% do PIB sendo comprometido, sendo corroído por crimes cibernéticos.

Este é um levantamento, e este é o desafio que nós temos diante de nós: primeiro, estruturar um arcabouço habilitado para a defesa cibernética no nosso país.

Em 2022, nós sofremos mais de 100 bilhões de ataques cibernéticos. Em 2023, eles ficaram mais sofisticados, ainda que menos numerosos – foram perto de 70 bilhões de ataques cibernéticos, que afetaram a economia, a sociedade brasileira.

Portanto, o desafio não é pequeno. É vultoso e exige realmente uma equação, que nós pretendemos ajudar a construir até o final deste ano.

Quero, então, deixar registrada aqui a realização do seminário da semana passada, da reunião da semana passada, em que contamos com as presenças do Sr. Santiago Paz, representando o Banco Interamericano de Desenvolvimento, de cuja instituição nós esperamos poder contar com apoio material e financeiro; do Sr. Jorge Blanco, Diretor de Segurança da Informação da Google; o Sr. Rafael Gonçalves, estrategista e arquiteto de cibersegurança da empresa Trellix; assim como do Sr. Belisario Contreras, do grupo de advocacia especializada neste assunto chamado Venable; do Sr. Paulo Manzato, que é chefe da área de setor público para a América Latina da Cloudflare; e da Sra. Patricia Soler, representando a



Agência Americana de Cibersegurança e Infraestrutura, uma agência do Governo norte-americano.

Faço esse relato e deixo esse registro, Presidente, porque esta é uma das etapas que nós tínhamos que cumprir – e cumprimos – para preparar a nossa contribuição, que será submetida à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e que, eu espero, possa contribuir para a definição do arcabouço, da estrutura brasileira, do Governo brasileiro e da contraparte da iniciativa privada do nosso país, com vistas a dotar o nosso Brasil de capacidade de prevenir e responder a ataques cibernéticos, que não fazem parte da nossa imaginação, fazem parte da nossa realidade, prejudicam, molestam pessoas, molestam instituições e afetam a nossa economia.

Era o registro que eu tinha a obrigação de fazer, Presidente, e agradeço pela oportunidade, pela sua atenção e a dos nossos pares

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sempre a terá. Sempre a terá, querido Senador Esperidião Amin.

Tema mais do que atual, que vem assolando, de forma muito drástica, as economias mundiais e que percorre também outras searas.

A oportunidade que V. Exa. nos traz faz com que este debate se aprimore. É digno de todo o nosso respeito.

E fico muito feliz ao vê-lo em um dos ambientes mais queridos de V. Exa., que é exatamente ao lado dos seus livros – afortunada biblioteca.

Grande abraço, Senador Amin.

Senador Chico Rodrigues.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, meu caro Veneziano Vital do Rêgo, a quem tenho absoluta estima, até pela sua gênese: seu pai, que foi meu colega querido na Câmara dos Deputados.

V. Exa. sempre se posta nesta condução dos trabalhos de uma forma cartesiana, solene e extremamente competente.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, minha querida Senadora Damares, que acompanha o nosso pronunciamento, estamos iniciando um período de recesso Parlamentar, e muitas matérias foram votadas aqui neste primeiro semestre, como o marco do hidrogênio verde. Agora vamos, na verdade, ter também a reforma tributária a ser discutida aqui no Senado, entre tantas matérias importantes para o país.

Lógico que todos nós, Parlamentares... Eu acho que a grande maioria dos Srs. Parlamentares vão aos seus estados, em suas diversas atividades Parlamentares, mas também políticas – compromissos também nos seus estados, e eu, obviamente, no meu Estado de Roraima, estarei durante esse período de recesso, aproximadamente por três semanas, até o dia 5 de agosto – quando retomaremos os trabalhos aqui no Senado –, para acompanhar vários projetos que são, obviamente, da minha autoria. Eles são acompanhados em relação à demanda reprimida ou investimentos estratégicos que o estado precisa.

Lógico que eu gostaria que... Aqui vou reproduzir alguns deles, que são importantes para que não apenas a população do meu estado, dos municípios, tenha conhecimento, para aqueles que ainda não têm, mas também para o Brasil inteiro, para verem como é importante.

Além das questões legislativas que se tratam neste Senado da República e na Câmara Alta do país, nós também temos responsabilidades enormes em atender às demandas do nosso Estado.

Portanto, eu tenho certeza de que todos esses projetos que foram votados no primeiro semestre... E complementar com o Marco de Fomento à Cultura, a PEC das Drogas etc. Tudo isso faz parte do arcabouço dessa instituição que procura produzir mais e melhor para atender à população brasileira nas





suas demandas.

Agora, revendo o meu acervo de projetos apresentados e emendas, executadas ou em execução, eu fico muito feliz, meu caro Presidente, porque vejo que são investimentos de extremo alcance para a população do meu estado.

Por exemplo, na área da agricultura familiar, nós temos conseguido viabilizar muitos recursos que estão sendo já executados. O fruto desse trabalho já está, na verdade, nos campos do nosso estado, com centenas e – por que não dizer? – milhares de agricultores da agricultura familiar que são beneficiados por cooperativas, sindicatos, associações, etc. Já são mais de 40 tratores entregues para essas comunidades no estado inteiro. Já são 52 caminhões, para atender, exatamente, ao transporte, ao apoio e à logística para a agricultura familiar. São implementos complementares, como arados, grades, carretas, subsoladores, colheitadeiras e casas de farinha que têm atendido, como já disse, a dezenas, centenas, milhares de agricultores da agricultura familiar e da agricultura familiar indígena, também, no meu estado, até porque Roraima tem uma população indígena enorme. São quase 90 mil indígenas, em uma população de 650 mil habitantes. Então, são investimentos que têm melhorado a vida das pessoas.

Na nossa capital, nós estamos vendo o Governo do estado, com emendas da minha autoria, com projeto da minha autoria, com iniciativa da nossa autoria, construindo o grande templo da educação de Roraima, que é o prédio da Secretaria de Educação. É um prédio magnífico, que está na Praça do Centro Cívico, ali onde está, praticamente, o centro administrativo do nosso estado, e é um prédio que vai abrigar toda a intelectualidade da educação do nosso estado, para que possam fazer o planejamento, a manutenção, o acompanhamento, a fiscalização e o controle de todas as atividades da educação no nosso estado. Então, é um templo, aquele prédio é um templo.

Por uma questão de justiça, eu não poderia deixar de dizer que nos foi concedido com recursos que foram solicitados por mim à Presidência da República, ainda ao Presidente Jair Messias Bolsonaro. Foram alocados esses recursos, e essa obra magnífica está sendo concluída no nosso estado e já está às vésperas da sua inauguração.

Quanto à iluminação, no sentido de tornar a nossa capital um cartão postal, que hoje, na verdade, ainda tem as suas deficiências – tanto na saída internacional para a Guiana, quanto na saída internacional para a Venezuela, quanto na saída interna para o Estado do Amazonas, ou seja, nesses três eixos de saída da nossa capital –, já existem recursos definidos alocados. Inclusive, uma delas, a obra para a saída de Manaus, na Avenida Brasil, já deverá ser iniciada na próxima semana, tornando, portanto, a nossa cidade com uma plástica visual noturna excepcional. Então, Boa Vista, daqui a alguns meses, já deverá ter, realmente, a sua iluminação de LED, em todo esse eixo, cada uma delas com aproximadamente 6km a 7km de extensão.

Então, são iniciativas de um ex-Governador como fui, que tem uma visão em perspectiva, construindo, trazendo recursos para o estado para construírem obras estruturantes, e eu pretendo, obviamente, agora, no recesso parlamentar, ir a várias localidades: na capital, em obras executadas pelo estado, e em todos – absolutamente todos – os municípios do interior do nosso estado.

Portanto, tenho certeza de que obras que aqui cito, como também a integração de uma obra urbana, mas com conotação rodoviária, que é a ligação de um bairro chamado Cidade Satélite com a rodovia estadual RR-205, numa extensão de, aproximadamente, 6,5km, duplicada, iluminada, com infraestrutura, que, inclusive, além da comodidade, do conforto, da segurança para os que ali trafegam, tem também uma visão de cidade extremamente elevada pela qualidade da obra e, acima de tudo, pela posição estratégica dessa obra para a nossa capital e o nosso estado... É outra iniciativa da nossa autoria que também está sendo executada. Nós temos vários bairros da nossa capital, Boa Vista, que estão sendo iluminados com lâmpada de LED. Aliás, o Prefeito atual, Prefeito Arthur Henrique, está conseguindo, inclusive com investimentos



de emendas, com investimentos de recursos próprios do FPM, da prefeitura, e, aproximadamente, com R\$9 milhões de emendas da nossa autoria, fazer com que Roraima seja a segunda capital do Brasil a ter 100% da sua iluminação de LED, Presidente Damares, que conhece e tanto quer bem ao nosso Estado de Roraima, conhece a nossa capital. O Prefeito Arthur Henrique está exatamente conseguindo, pela sua gestão comprometida com o desenvolvimento, com o bem-estar das pessoas, realmente transformar a nossa capital na segunda capital do país com iluminação totalmente de LED. E eu tenho a minha parte dentro desse projeto, porque são, aproximadamente...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... como já disse, R\$9 milhões de recursos para a iluminação de LED na nossa capital.

Na área da saúde, também temos alocado recursos vultosos para atender programas como, por exemplo, o programa magnífico Saúde da Mulher. São duas carretas com estruturas fantásticas, totalmente instaladas para fazer todos os exames necessários para as mulheres, como o CA de mama e outros exames complementares, e as carretas têm servido de forma itinerante na nossa capital. São recursos provenientes das emendas do Senador Chico Rodrigues.

Presidente, se eu tivesse que me prolongar aqui, com toda a certeza, sem nenhuma vaidade, por mais duas horas citando um dos 256 convênios que eu tenho apresentado, já estão concluídos, em execução ou a serem iniciados desde 2019, na verdade, seria uma espécie de cartão-postal de como nós Parlamentares devemos exercer o nosso mandato, não apenas na parte legislativa aqui, em Comissões, em missões oficiais, etc., fazendo o nosso papel como representantes aqui na Câmara Alta do país, aqui no Senado, mas também como ações complementares com recursos para atender os nossos municípios, os nossos estados, as nossas universidades. E, ali, na Universidade Federal, tem recursos do Senador Chico Rodrigues; no Instituto Federal de Educação, recursos do Senador Chico Rodrigues; no Exército Brasileiro em Roraima, nos pelotões e na brigada militar, recursos do Senador Chico Rodrigues; na Marinha do Brasil, na Capitania dos Portos em Caracaraí, recursos do Senador Chico Rodrigues; na Base Aérea de Boa Vista, R\$2 milhões, para que possa, na verdade, ser construído o terminal de passageiros do CAN (Correio Aéreo Nacional), uma obra que vai ser o melhor terminal de passageiros da base aérea na Amazônia, e eu me orgulho disso.

Então, obviamente, a gente sabe o valor de cada um dos Srs. Senadores, aqueles mais experientes, aqueles mais intelectualizados, aqueles às vezes até mais preparados, mas cada um tem o seu naco também de competência e de compromisso com este país e com o povo da nossa terra, cada um no seu tempo, cada um dentro do seu limite tem, na verdade, muita coisa a contribuir para este país. E muitos sabem do que estou falando aqui. Então, todos nós somos iguais, cada um tem um voto, um voto. Cada Senador tem um voto pelos 27 estados e Distrito Federal.

Então, eu diria que o meu papel como Senador eu tenho feito com absoluto rigor dos compromissos, na verdade, que eu tenho assumido. Até porque não poderia ser diferente, Presidente Damares. Estou no nono mandato parlamentar, no nono mandato parlamentar. Eu fui Vereador, eu fui cinco vezes Deputado Federal, fui Vice-Governador do estado, fui Governador do estado e agora, graças a Deus e à população de Roraima, sou Senador da República. Então, eu me sinto orgulhoso e, daqui deste púlpito do Senado Federal, faço, na verdade, este breve resumo, até porque, como já disse, estamos iniciando o período do nosso recesso parlamentar e pretendo ir a cada uma dessas localidades verificar cada um daqueles projetos que tem a mão abençoada do Senador Chico Rodrigues, fazendo mais e melhor pelo meu povo e minha gente de Roraima.

Então, quero agradecer a V. Exa., que me deu mais um tempo para que eu prorrogasse a minha apresentação, com a sua generosidade de sempre, e dizer à população de Roraima que o trabalho não para.



Na verdade, é uma determinação, porque, quando a gente se debruça sobre aquilo em que a gente confia, em que a gente acredita e que a gente sabe que leva o bem-estar para as pessoas, a gente é cada vez mais feliz, minha gente.

Era isso que eu tinha a dizer, minha querida Presidente Damares. E agradeço pelo tempo que me concedeu.

*(Durante o discurso do Sr. Chico Rodrigues, o Sr. Veneziano Vital do Rêgo, Primeiro Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Damares Alves.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Chico Rodrigues, eu o convido para assumir a Presidência da Mesa, porque eu sou uma das próximas oradoras, mas, enquanto o senhor vem de lá para cá, eu gostaria de registrar, Senador, a admiração que tenho pelo senhor, pelo seu trabalho. Eu vou muito a Roraima e há muitos anos que vou a Roraima. E sou testemunha de como o povo de Roraima o admira, respeita e ama. Um homem com nove mandatos, que passou pelo Legislativo, pelo Executivo, como o senhor passou, andar pelas ruas sem segurança, ir a qualquer lugar do estado e ser recebido com abraços e com aplausos não é para todo mundo, Senador.

E é um estado com tantas dificuldades! Não dá para falar em desenvolvimento de Roraima se não falar em Chico Rodrigues. O desenvolvimento do estado está estritamente ligado ao seu trabalho. Eu sou testemunha disso – eu vou sempre ao estado, sou testemunha disso –, e é uma honra ser Senadora neste momento ao seu lado, Senador Chico Rodrigues.

Que Deus abençoe Roraima! Que Deus lhe dê muitos anos de vida nos orientando, aqui, dentro do Congresso, com esse seu jeito agregador, de unir todo mundo. O senhor não escolhe o partido do colega, o senhor agrega todo mundo; o senhor nos orienta, com a idade, com a experiência. Então, Roraima tem um grande líder, e eu sei, porque é lá que a gente ouve falar de Chico Rodrigues – é lá nas ruas.

Que Deus o abençoe, Senador, e que Deus abençoe seu estado!

*(A Sra. Damares Alves deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Chico Rodrigues, Terceiro-Secretário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Continuando a lista dos oradores inscritos e, agora, assumindo a Presidência da sessão, em substituição à Senadora Damares, passo a palavra à Senadora Damares.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Obrigada, Presidente.

Eu começo este meu pronunciamento dizendo que eu não estaria mais confortável nesta tribuna com outra pessoa, senão o senhor, neste momento presidindo, momento em que eu vou fazer um desabafo, momento em que eu vou trazer um assunto extremamente delicado. E o senhor vai se identificar com o meu pronunciamento porque o senhor também já foi vítima da mesma situação que eu vou relatar aqui.

Maior de 2023, a imprensa...

E hoje eu quero dizer que eu quero fazer justiça aqui: eu quero dar oportunidade a toda a imprensa do Brasil de fazer justiça – então, eu quero ser colaboradora da imprensa – e a alguns Parlamentares de esquerda. Eu quero dar oportunidade a eles de fazerem justiça.

Em maio de 2023, uma aeronave foi apreendida na cidade de Belém com drogas. Foi uma apreensão como acontece em todos os lugares do Brasil, mas chamou a atenção da mídia essa aeronave, por quê? Era



uma aeronave, Presidente, que pertence à Igreja do Evangelho Quadrangular, cujo pastor presidente tem 81 anos de idade; um pastor que se dedicou ao ministério desde os 17 anos; um pastor que cuida de vidas. A igreja dele é tão grande em Belém, lá no Pará, que tem mais de 100 mil membros. Olhe o trabalho desse homem!

Mas por que chamou a atenção a imprensa falar tanto de uma aeronave que tinha drogas e de um pastor de 81 anos? Porque esse pastor é tio da Damares; tio da Senadora Damares. Então, chamou a atenção: “Vamos falar disso!”, mas chamou a atenção também porque esse pastor – de 81 anos de idade, um grande líder, um homem que lidera uma multidão – é de direita e se posicionou em 2022 contra o comunismo. Então, vamos falar desse homem, dessa dupla de direita – dessa dupla de pastores de direita – e vamos sangrá-los até onde a gente puder sangrá-los.

Senador, a Polícia Federal recebeu uma ligação, de manhã, de que a aeronave da igreja tinha drogas. Sabe quem ligou? A igreja, o piloto da igreja. A aeronave é uma pequena aeronave que a igreja usa especialmente para transportar os pastores mais idosos. O Estado do Pará é enorme – o senhor sabe disso –, uma pessoa de 81 anos não pode ficar se deslocando naquelas estradas todos os dias.

E, quando a igreja não usa a aeronave, esta também é usada por táxi-aéreo, as pessoas alugam. A aeronave precisa voar, Senador. Todo mundo que trabalha com aviação civil sabe: a aeronave tem que voar, a manutenção dela tem que ser feita. E, quando ela não está a serviço da igreja, há uma empresa, lá, de táxi-aéreo que aluga a aeronave.

Um dia a aeronave foi contratada, só que o piloto, antes de chegar ao hangar, recebeu uma ligação e a ligação foi a seguinte, para o piloto: “Olha, um ex-servidor aqui do hangar já veio e já colocou a mercadoria na aeronave”. O piloto não entendeu, porque o senhor sabe que não se abre a aeronave sem o piloto presente. O piloto desconfiou, chegou ao hangar, olhou para dentro da aeronave, viu que tinha alguma coisa estranha, foi à delegacia, a mando da igreja: “Vá lá e fale com a Polícia Federal”.

O piloto encontrou um agente da Polícia Federal, o Peixoto, que estava de plantão, fez a ocorrência, e a Polícia Federal foi para o hangar, junto com o piloto, e aguardaram quem fez o frete chegar para prender. E a pessoa que fez o frete foi presa na aeronave quando se aproximou da aeronave, o piloto ajudou a Polícia Federal no flagrante, a igreja denunciou – a igreja era vítima, Senador.

Eu fico imaginando o que poderia ter acontecido com esse piloto se ele tivesse entrado na aeronave junto com um bandido que estava transportando drogas. A gente sabe que é comum sequestrarem aeronaves e matarem pilotos. A gente não sabe o que aconteceria com o piloto, mas o piloto denunciou a pedido da igreja, a igreja participou do flagrante ajudando a Polícia Federal, mas, em vez de a Polícia Federal fazer uma nota de que a igreja era vítima, a Polícia Federal simplesmente disse: “Uma aeronave da Igreja Quadrangular foi apreendida”.

E aí virou tudo uma confusão, Presidente. A Igreja Quadrangular virou a igreja dos traficantes, a Senadora Damares virou traficante, os pastores quadrangulares no Brasil viraram traficantes. Uma igreja que está há 73 anos no Brasil, Presidente, que tem uma prestação de serviço para a sociedade brasileira. Os nossos templos no Brasil foram apedrejados, um ano a igreja sangrando.

Eu fui à Polícia Federal, eu pedi à Polícia Federal: “Dê uma nota de que a igreja é vítima, de que a igreja não tem nada a ver com o tráfico”. A Polícia Federal não fez a nota, sabe por quê? Porque talvez a Polícia Federal estivesse a serviço de alguém para sangrar uma Senadora conservadora, para desqualificar o discurso da Senadora todas as vezes que ela viesse à tribuna.

Eu entrei em aeronaves agora, eu andei na rua e eu fui chamada de traficante, tudo porque a Polícia Federal não fez uma nota de que a igreja era vítima, de que a aeronave era da igreja e quem denunciou foi a igreja. Eu pedi à Polícia Federal, eu estive com o Diretor da Polícia Federal, eu chamei a Assessoria



Parlamentar da Polícia Federal, mas nenhuma nota foi dada.

E a imprensa, os jornalistas investigativos, que vivem ganhando prêmios como jornalistas investigativos, não foram investigar o que estava acontecendo. Era todo dia uma matéria de que Damares é sobrinha de traficantes e de que a Igreja Quadrangular tem pastores traficantes. Tem ideia do peso disso para uma denominação, Presidente? Tem ideia do peso para mim, que sou a fundadora do Movimento Nacional Brasil Sem Drogas? Tem ideia de quantas vezes eu ocupei esta tribuna aqui para falar não à legalização da maconha? Mas, justamente porque a gente está no debate, eles precisam deixar a Senadora Damares sangrando.

A serviço de quem a Polícia Federal estava naquele momento? O delegado que conduziu, inclusive, é um grande delegado, nós não temos nada que falar dele, mas a instituição poderia ter evitado tudo isso, Senador.

Tem Deputados, lá na outra Casa, que sobem à tribuna para falar: “Vocês conservadores são hipócritas. O avião do tio da Senadora Damares está cheio de maconha, está cheio de drogas”. Todas as vezes que o tema drogas é falado nesta Casa, não vejo nenhum colega me criticando; mas, na outra Casa, eles fazem questão de lembrar que a Senadora Damares é traficante.

Não suportando mais o que eu sofro nas redes sociais, o que a Igreja do Evangelho Quadrangular está sofrendo, eu pedi uma certidão aqui, gente, olha. Bastaria um jornalista ir à Polícia Federal ou ao fórum. Está aqui, olha, uma certidão do Poder Judiciário, uma certidão emitida em 11 de julho, e eu vou mandar para a redação de todos os jornais que falaram disso. Eu quero que os jornais publiquem a certidão, certidão do Poder Judiciário. Não pedi nem mais à Polícia Federal, porque seria capaz que nem me desse.

O que diz a certidão do Poder Judiciário? “A aeronave do patrimônio da Igreja Quadrangular, onde estaria armazenada a carga ilícita, quando da prisão em flagrante do nacional [...] [não vou citar o nome do traficante], não foi objeto de investigação em razão de ausência de vínculo com a traficância”. Está aqui, olha, assinado pelo juiz de direito. Está aqui, Presidente, uma certidão dizendo que a igreja não tem nada a ver com aquele episódio, que a igreja foi vítima, que o piloto denunciou, que o piloto foi à delegacia e participou. A Polícia Federal montou o flagrante, mas a Polícia Federal se silenciou.

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dois ministros passaram pelo ministério. Um já saiu, o outro está lá, e nenhum ministro fez com que a Polícia Federal esclarecesse o caso.

Estou aqui, Presidente, para dizer para o Brasil que a Igreja Quadrangular é uma igreja séria; para dizer que o Presidente da Igreja Quadrangular no Pará, um pastor de 81 anos, de quem eu tenho orgulho de ser sobrinha, é um homem sério. A Igreja Quadrangular do Pará é séria.

Mas por que é que a Polícia Federal fez isso com um pastor que se autodeclara conservador e que, em 2022, se posicionou contra o comunismo? E por que esse silêncio da Polícia Federal, quando a Senadora alcançada diretamente com essa história é uma Senadora conservadora, de direita, corajosa? E só vou dizer o seguinte: é o tempo todo querendo destruir a minha imagem, Presidente.

E só vou dizer o seguinte: é o tempo todo querendo destruir a minha imagem, Presidente, – “eu sou...”

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... fascista, golpista; eu sou assassina de ianomâmi“. O senhor é de Roraima e sabe o que eu passei com essa história



da morte das crianças ianomâmis. Depois, "eu sou mentirosa", por causa do Marajó. Inventam tudo, mas não está colando – não cola! E acham que vão me silenciar. E acham que essa história, agora, de que eu sou traficante vai me silenciar.

Presidente, eu fiz uma opção no meu mandato: eu vou trabalhar de forma técnica. E o senhor sabe como eu estou trabalhando aqui nos bastidores, respeitando todos os colegas, colaborando com as boas decisões. Eu estou trabalhando muito, Senador, mas eu acho que eles estão pensando que o meu trabalho técnico é covardia. Não é! Eu não me acovardei! Eu não tenho medo, Senador! Se quiserem briga, eu estou pronta para a briga. Eu também sei brigar. Eu estou preferindo trabalhar pelo Brasil em vez de brigar, mas a minha estratégia de trabalho não quer dizer que eu estou com medo. Querem brigar? Aguentam o tamanho da briga? Vocês podem ter toda a estrutura, podem ter a Polícia Federal, os tribunais, os agentes secretos, mas, juntando tudo, não é maior do que o que está em mim, porque maior, Presidente, é o que está em mim do que o que está neles. Eu sou serva de um Deus, um Deus que não conhece derrota. E eu quero dizer que eu fui forjada; eu passei por um exército – o exército por onde passaram Davi, Josué, Daniel, Calebe. Eu passei pelo mesmo exército, o exército da verdade. Se querem briga, a gente vai brigar, mas eu gostaria muito de que quem está do outro lado entendesse: não é assim, não é assim que se trata com Parlamentares de oposição, com queima de reputação...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... assassinato de reputação.

Eu precisava fazer esse registro, Senador. E o senhor sabe o que eu estou sentindo, porque o senhor já passou por isso.

Lamento que a Polícia Federal tenha se submetido a esse jogo.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senadora Damares, nós – o Brasil – assistimos com muita apreensão ao seu pronunciamento, ouvimos a sua indignação. Na vida, é assim. Na vida, às vezes, você é tomado de assalto por ações que na verdade fogem do seu controle. E, muitas vezes, é muito difícil você provar a sua inocência. E a vida continua. Deus, na verdade, sabe qual é o melhor caminho para cada um de nós. O tempo é o senhor da razão.

Assim como V. Exa. bem citou, nós também já fomos assaltados por uma circunstância que não se justificou e que nem se explicou nunca, porque não tinha motivos. V. Exa. hoje está falando da Igreja...

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quadrangular.

**O SR. PRESIDENTE** (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... Quadrangular, da qual faz parte, cujo Pastor, com mais de 80 anos, exerce por tanto tempo esse sacerdócio, e mostra exatamente para o Brasil que mais de 100 mil pessoas que seguem essa doutrina, na verdade, não se abalarão, porque na vida sempre existe o amanhã.

E nós que temos fé em Deus, que acreditamos na verdade, nos desígnios de Deus, continuamos na nossa caminhada, procurando, na medida das nossas limitações, fazer o bem.

E que V. Exa. não se abale em momento algum, porque o Congresso sabe como foi a sua eleição, uma eleição, na verdade, inesperada, mas que estava escrita nas tábuas de Moisés. V. Exa. veio, se elegeu, defende propósitos, defende um segmento que está estabelecido no país.

Eu, que sempre fui contra o radicalismo de centro, de direita ou de esquerda, acho que o Brasil espera muito de cada um de nós e espera exatamente posições para que possamos alcançar resultados em



benefício da população brasileira.

Parabéns a V. Exa. Eu não poderia deixar de fazer esse registro, porque senti exatamente a indignação de V. Exa. e a explicação clara, como uma janela sem vidros, para toda a sociedade de como foi ultrajada a sua igreja. Portanto, parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento. *(Pausa.)*

*(O Sr. Chico Rodrigues, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Damares Alves.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dando sequência aos inscritos, com a palavra, o Senador André Amaral, o nosso grande guerreiro da Paraíba.

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discursar.) – Sra. Presidente, Senadora que tanto enobrece a mulher brasileira, Senadora Damares, eu me associo, Srs. Senadores, à sua preciosa colocação sobre a violência que sofre a igreja, a casa de Deus. Vivemos momentos muito tristes quando os cristãos não são mais respeitados, independentemente de qualquer ideologia política. E aqui eu quero fazer um registro muito apropriado e oportuno, mas antes receba os nossos abraços, transmitindo-os à igreja que hoje chora.

Eu gostaria de registrar a presença do eterno Deputado Federal José Domiciano Cabral, casado com a grande líder Sara Cabral, da cidade de Bayeux – receba o nosso abraço –, e também do nosso querido Zenildo Domiciano, o grande Zê, o nosso conselheiro. Mando um abraço, na pessoa dos senhores, à cidade de São José do Sabugi, onde eu estive, esse final de semana, nos festejos, lá com o nosso Prefeito Segundo.

Sras. e Srs. Senadores, a democracia chora – e aqui estamos falando da democracia, independentemente de qualquer posição política. Em tempos de comunicação instantânea, o mundo assistiu estarrecido ao momento em que o pré-candidato do Partido Republicano à Casa Branca, Donald Trump, discursava em um comício na Pensilvânia e, de repente, foi alvejado. Pela mão de Deus, ele não foi abatido, porque um tiro ainda passou e feriu sua orelha direita; ele foi atingido de raspão. Na sequência, o ex-Presidente e candidato a Presidente Trump foi retirado do local por agentes do Serviço Secreto.

Vejam por que monstruosidade a democracia passa! Vejam que monstruosidade!

Todos vimos que havia sangue em sua orelha. Em um átimo de segundos – ali foi a mão de Deus, Senadora Presidente Damares, a senhora que é uma mulher de caminhada e de fé, ali foi a mão de Deus –, houve uma troca de tiros. O atirador e um cidadão que se encontrava no evento – mais duas pessoas ficaram feridas – foram mortos.

Em tempo de redes sociais, Senadora Damares – olhe a gravidade –, as informações pela internet na primeira hora após o tiroteio eram, ao mesmo tempo, ricas em detalhes e estranhamente carentes de fundamentação.

Não seria exagero dizer que houve um alvoroço mundial e um sentimento de que, de maneira reprovável, inacreditável e inadmissível, a tragédia ainda poderia ter sido maior, de proporções inimagináveis, caso o atirador tivesse, Senadora Damares, Sras. e Srs. Senadores, acertado e abatido Donald Trump, que teria tido morte instantânea. Líderes políticos de todo o mundo repudiaram o atentado. Muitos se disseram perplexos de que a maior nação da democracia do mundo estivesse resolvendo à bala as suas divergências políticas.

De fato, nada atinge mais a democracia do que o uso da arma de fogo para dirimir diferenças, atentando contra o Estado democrático de direito, ferindo princípios da civilidade. Bárbaro! Terrível, terrível! A democracia está abatida, está de luto. Isso é um retrocesso!

Segundo o FBI, o homem que atirou no ex-Presidente dos Estados Unidos da América tinha 20 anos, trabalhava como auxiliar de cozinha e foi morto a tiros no local por um atirador do Serviço Secreto





dos Estados Unidos. Especula-se – e cabe às autoridades norte-americanas responder – que o jovem era um lobo solitário, ou seja, que agiu sozinho e por vontade própria. Naturalmente, crescem as teorias da conspiração, uma consequência previsível do comportamento humano quando há um evento de grandes proporções, mais potencializadas pelo uso indevido das redes sociais, em que cada um posta o que quer e, por trás da sua telinha, quer seja computador, quer seja seu celular, é um herói naquele momento, que não mede as consequências, às vezes, colocando informações sem precisão.

Daí abro um parêntese para ressaltar a importância visceral da imprensa profissional, da imprensa responsável, da imprensa que, de maneira pontual, dá informação ao mundo em tempo real, comprometida – a imprensa responsável – com a apuração dos fatos contra a propagação, Presidente, das famosas *fake news*, em um trabalho sério em prol da verdade. Aqui, aliás, fica o meu reconhecimento ao papel da imprensa livre e aos brilhantes jornalistas sérios com a manutenção do contrato social com a informação real e verdadeira. Meus parabéns!

Por fim, Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, para além de rechaçar a violência e lamentar sinceramente o atentado contra a vida do cidadão Donald Trump, um líder político, lembro-os do filósofo Aristóteles, em seu livro intitulado *Política*, que afirma que a atividade política nada mais é do que um meio de alcançar a felicidade dos cidadãos e que, para isso, o governo deve ser justo e as leis precisam e devem ser obedecidas.

Finalizando, Sra. Presidente, fica um apelo para que a democracia nunca, nunca, nunca se renda à violência – nunca! Receba o meu abraço todo o povo norte-americano ou toda a comunidade mundial, porque não é este o poder de convencimento: a bala. O poder de convencimento é a democracia, é o diálogo, é o contraditório, é se opor, mas de maneira muito respeitável.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Senadora.

E aproveito, Senadora, a brilhante Presidência, e eu não poderia deixar... Hoje, a gloriosa Codevasf, que tem prestado um relevante serviço à República, principalmente no Nordeste, está em festa. Meio século! São 50 anos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, a nossa gloriosa Codevasf. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a data de hoje é muito especial para todos nós, porque comemoramos o aniversário de 50 anos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, a nossa Codevasf. Gostaria de cumprimentar o seu Diretor-Presidente, o Dr. Marcelo Moreira, que com maestria... E, na pessoa dele, parabenizo todos os funcionários da tão importante companhia Codevasf, que tem levado infraestrutura básica e dignidade ao povo, em especial ao Parnaíba.

A Codevasf é a grande protagonista na missão de afastar, de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades regionais ainda existentes no Brasil, principalmente com o marco do saneamento que ainda está para chegar.

Há poucos dias, tive uma audiência com um Ministro em que fui levar um pedido para que voltasse a atender 44 municípios da Paraíba com abastecimento de água potável, que é um bem essencial e que, de maneira injustificável, foi suspenso, e o Ministro atendeu de maneira pontual.

A Codevasf, Sra. Presidente, é uma operadora federal do Projeto de Integração do Rio São Francisco e desenvolve importantes projetos de infraestrutura nas áreas de irrigação e saneamento básico e na tão importante recuperação ambiental. Suas áreas de atuação...

(*Soa a campanha.*)

Vou concluir, Excelência.

Suas áreas de atuação abrangem 2.688 municípios – são municípios brasileiros onde a presença da



Codevasf é indispensável –, localizadas em 16 estados da Federação, cobrindo 37% do território nacional.

E na Paraíba contamos com a 13ª Superintendência Regional, instalada em João Pessoa, que hoje está sob a liderança do competente Dr. Irlen Guimarães Filho. A ele muito obrigado.

Os projetos da Codevasf levam água, saúde e desenvolvimento para as regiões atendidas. Sabemos que, para cada R\$1 aplicado em saneamento básico, economizamos R\$4 em saúde pública, segundo dados da Organização Mundial da Saúde. Ademais, levar água para o Semiárido brasileiro permite o desenvolvimento de atividades agropecuárias e industriais, gerando emprego e renda para as regiões.

Eu gostaria de cumprimentar o nosso querido – uma ausência que sempre está presente nesta Casa – Senador Davi Alcolumbre pela nobre iniciativa de realizar a sessão especial, que aconteceu há poucos dias, em comemoração aos 50 anos da Codevasf, realizada justamente no dia 8 de julho neste Plenário. A Codevasf é uma empresa pública que muito nos orgulha pela sua eficiência, pelos profissionais qualificados que possui. O seu trabalho merece ser valorizado e reconhecido publicamente.

Era o que eu tinha a dizer.

Eu aproveito, ao encerrar, Excelência, para dizer que é necessário que o abastecimento de água – já que o marco do saneamento ainda não está presente na totalidade dos municípios brasileiros, ainda tem muito por fazer – vire um programa de Governo com o abastecimento, através de carro-pipa – é um paliativo, é verdade, mas pior não tê-lo –, de água potável para o povo brasileiro. Que não precisem os Prefeitos mandar, a cada seis meses, um certificado de maneira apenas burocrática, pois, sem isso, por si só, é suspenso o fornecimento de água para esse povo que padece. Assim como é o Bolsa Família... Essa janela de seca é milenar. Ela não aconteceu hoje. Quando chove de forma regular no Nordeste brasileiro, isso é uma excepcionalidade.

Está ali o ex-Deputado Domiciano Cabral, que não me deixa mentir. Zê, nosso querido Zenildo Domiciano, que é lá de São José do Sabugi, sabe como o povo padece sem água!

Era o que eu tinha de dizer, Sras. e Srs. Senadores. Era o que eu tinha a falar, agradecendo a V. Exa., Senadora Damares, que orgulha, não me canso de dizer, a força da mulher, a mulher cristã, a mulher que tem temor a Deus.

Muito obrigado, Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador André Amaral, da Paraíba. Parabéns pelo brilhante discurso. Que bom ter lembrado da nossa grande Codevasf nesta tarde. Todos os dias são dia de homenagem a essa instituição que tem feito tanto pelo nosso Nordeste. Parabéns. Que Deus o abençoe.

Na sequência, vamos ouvir a Senadora Margareth Buzetti, nossa Senadora aguerrida do Mato Grosso.

Enquanto ela vem à tribuna, o Regimento Interno não me impede de fazer o que eu vou fazer.

A Senadora, durante esse final de semana, chorou e chorou muito ao tomar conhecimento do estupro e do assassinato de um bebê de sete meses, na cidade de Canarana, Mato Grosso.

Eu sei o que você chorou. Falamos muito durante o final de semana.

Para minha tristeza, Margareth, eu poste nas minhas redes, Senadora Margareth, eu conheço a mãe da criança. Eu conheci a mãe da criança quando ela era uma menina. Eu conheci os avós do bebê, e a mãe está destruída. A mãe me disse que não sabe como vai continuar.

A gente tem que dar um basta ao estupro e ao assassinato de bebês e recém-nascidos!

Estou tentando trazer a mãe para Brasília, para a gente cuidar, mas eu sei o quanto isso a incomoda também. Eu sei de sua luta, a senhora que apresentou o pacote antifeminicídio nesta Casa, o pacote



antiestupro, e sei o quanto a senhora sofreu.

A mãe está bem, mas nós perdemos um bebê.

Senadora Margareth.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discursar.) – Obrigada, Presidente.

Olha, eu não consigo nem imaginar a dor dessa mãe, a dor dessa mulher, tendo seu filho de sete meses estuprado e morto pelo próprio pai.

Mas gostaria hoje de dizer boa-tarde a todos os colegas Senadores e Senadoras e a todos que nos acompanham, Brasil afora, pelos canais de comunicação do Senado e pelas redes sociais.

Presidente, gostaria de estar aqui hoje comemorando aumento de segurança no Brasil. Gostaria de usar esta potência que é a TV Senado para dizer aos brasileiros: meus amigos, saiam às ruas sem medo, não se preocupem se seus filhos voltarem tarde da festa.

Infelizmente, não é essa a realidade. Pesquisa divulgada pela Quaest, na semana passada, revelou um aumento de 12% – pasmem – para 21%, de abril do ano passado para julho de 2024, entre os eleitores brasileiros. Abril do ano que se passou. E eu digo mais: não precisa de pesquisa. O sentimento de impotência do brasileiro já é de décadas.

Vivemos em um país onde quem manda nos presídios são as facções criminosas, em um país onde se normalizou, principalmente nas periferias, que as crianças convivam com corpos nas ruas quando saem para a escola de manhã. Normalizamos a disputa do tráfico de drogas; normalizamos as milícias armadas – e isso não tem lado político e não tem partido, é uma sucessão de erros de todos os governantes... E até quando isso?

Sinceramente, não entendo como isso não é prioridade número um do Brasil. E tenho feito a minha parte, Sr. Presidente. Mais da metade de meus projetos, hoje, são para combater crimes, seja crime organizado, que age dentro dos presídios, seja o covarde e absurdo crime de feminicídio.

Somente em 2024, eu fui duas vezes ao STF conversar com ministros buscando uma ajuda para enfrentarmos o crime. Amanhã tenho uma audiência com o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Já havia falado da minha preocupação ao antecessor dele, Ministro Flávio Dino, hoje Ministro do STF.

Os Senadores e Deputados já estão até cansados de tanto que eu falo das necessidades de combatermos o crime. Só falta eu falar com o Papa.

É o que eu digo a todos eles, Sr. Presidente, eu repito: vamos encontrar uma solução. Usem o meu mandato para isso. A gente precisa atualizar a legislação para combater um crime cada vez maior, mais atualizado.

Reconheço o esforço do Ministro Lewandowski para colocar o Sistema Único de Segurança Pública na Constituição. Concorde que precisamos unir e usar a inteligência de todas as polícias para combater as facções. Quem tem que ser organizado é o poder público, não o crime. Mas acho que precisamos ser ainda mais ousados.

No pacote anti-impunidade que apresentei ao Senado, a gente traz propostas que são polêmicas, mas são inovadoras: acabar com o regime semiaberto; deixar o líder de facção preso até cumprir 75% da pena, em regime fechado, dentro do presídio; aumentar o tempo longe da sociedade daquele cara que mata pela facção, mesmo sendo menor de idade.

Tudo isso eu coloquei em discussão para que a gente se reinvente, para que sejamos combativos. O bandido tem que voltar a ter medo da polícia, ter medo do Estado. O vagabundo que se acha no direito de levantar a mão para uma mulher tem que ser punido por isso. Esse é o papel do Estado.

Tem gente que defende um Estado maior. Ele tem que ser maior na hora de combater a violência, não na hora de interferir na vida de quem empreende e trabalha. Aí sim, o povo quer ver o Estado agindo



e ser beneficiado.

A senhora que está me assistindo agora, pela TV Senado, que tem um filho, que tem um neto, sabe o que eu estou falando. A senhora foi ao supermercado hoje e pagou impostos; pagou imposto na conta de luz, na conta de água, pagou o IPTU, pagou o IPVA do carro. A senhora se sente segura? Já sabemos a resposta. Esse dinheiro que a senhora paga tinha que voltar para a sua proteção. Isso é o mínimo.

Já finalizando, Sr. Presidente, quero dizer, mais uma vez, que seguirei fazendo a minha parte, até o último dia do meu mandato. Este é o legado que eu quero deixar: deixar um Brasil no qual a gente deixe a hipocrisia de lado e combata, de verdade, a criminalidade. O poder público tem que ser temido pelo crime organizado. Vamos pensar fora da caixa, vamos ser ousados no combate ao crime, colegas Senadores. A hora de ter coragem e fazer o trabalho para que fomos eleitos a fazer é agora.

Muito obrigada.

**A Sra. Rosana Martinelli** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para apartear.) – Quero parabenizar a Senadora, uma defensora das políticas públicas em favor das mulheres. Ela é autora de inúmeros projetos que realmente punem os bandidos, que realmente merecem estar na cadeia.

Então, parabéns, Senadora, pelo desempenho. Nós sabemos da sua dedicação, V. Exa. tem inúmeros projetos na Casa esperando aprovação, em favor das mulheres. Parabéns pelo trabalho e parabéns pela defesa de todas nós, mulheres.

*(Durante o discurso da Sra. Margareth Buzetti, a Sra. Damares Alves deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flavio Azevedo.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, gostaríamos de fazer o registro da presença aqui da comitiva da Arábia Saudita, que é do grupo Brasil-Arábia Saudita. Eles estão visitando o Congresso, tiveram uma audiência agora com o Presidente e vão conhecer um pouco as instalações aqui do Senado. Trouxe-os aqui, para eles conhecerem o nosso Plenário. Eu disse que hoje é semipresencial – parte está virtualmente, e alguns, presencialmente – e que daqui a pouco a gente começa as votações.

Então, sejam bem-vindos aqui os nossos representantes da Arábia Saudita.

**O SR. PRESIDENTE** (Flavio Azevedo. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sejam muito bem-vindos, representantes da Arábia Saudita. É um prazer tê-los aqui. Vocês não podiam ter melhor guia do que o Senador Izalci. A Casa fica honrada com a presença de V. Exas.; e, Senador Izalci, por favor, assumo o comando do processo dessa visita, porque não tem ninguém melhor do que V. Exa. para fazê-la.

Concedo a palavra à Senadora Rosana Martinelli.

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Obrigada, Presidente.

Eu agradeço a visita e estou muito feliz em poder fazer parte deste momento, em recebê-los em nossa Casa, aqui no Senado da República Federativa do Brasil.

Reitero a fala do Senador Wellington Fagundes de que esta é uma grande oportunidade, principalmente para Mato Grosso, para discutirmos prioridades bilaterais, como foi dito: segurança alimentar, transição energética, descarbonização, comércio, cultura e turismo.

Também estou certa de que a Arábia Saudita pode ser uma parceira essencial para o Brasil, como tem sido, e nós queremos realmente ampliar essa parceria, dado o seu papel estratégico no Oriente Médio e a sua economia diversificada. Nossa relação comercial tem se fortalecido, e encontros como este só nos



aproximam mais.

Então, sejam muito bem-vindos a Brasília, sejam muito bem-vindos ao nosso Brasil.

Vocês fiquem muito à vontade, é uma honra recebê-los aqui em nossa terra. (*Palmas.*)

Obrigada.

Agora, eu vou falar... Eu vou continuar, tá? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flavio Azevedo. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – V. Exa. continua com a palavra.

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, eu quero cumprimentar Senadores e Senadoras e eu quero falar da audiência pública que tivemos, liderada pela Deputada Federal Coronel Fernanda, sexta-feira, na Câmara dos Deputados.

E eu quero aqui expressar a minha revolta e o meu repúdio, porque foram convidados presidentes de ONGs, representantes do Ministério da Agricultura, representantes do Meio Ambiente, Presidente, e infelizmente não foram, os Ministros não mandaram ninguém representar nesse assunto tão importante que é a moratória da soja, que nós temos discutido e vamos continuar discutindo, Presidente, porque nós temos que achar uma solução.

Eu quero aqui falar um breve histórico para quem não tem o conhecimento referente à moratória da soja. Lá em 2006, começaram essas tratativas, fizeram um acordo em benefício de muitas empresas, que hoje participam da Abiove, que cuida da organização das companhias que fazem o óleo proveniente da soja, e o Governo... Também fizeram com ONGs, fizeram um compromisso.

Tiveram benefício lá atrás e em 2016 se tornou definitivo. O que era para ser dois anos foi-se protelando, em 2016 tornou-se definitivo. E agora, Presidente, se tornou uma situação insustentável, porque não se está respeitando a legislação brasileira, não se estão respeitando os nossos produtores rurais.

Enfim, eu quero dizer que essa moratória da soja se destina independentemente de você ter pegado as autorizações que o nosso Código Florestal permite. Eu falo porque eu sou da cidade de Sinop, que é portal da Amazônia Legal. A partir de Sinop, a preservação é 80%: você pode produzir só em 20% da área que o produtor adquiriu. Você faz as licenças, você faz o projeto de manejo das áreas que têm madeira, e você pega autorização para derrubar, exatamente como nós temos no nosso código – que, eu quero dizer, é o mais restrito do mundo. E o que acontece? Todas essas pessoas, todos esses produtores que abriram, de acordo com a legislação brasileira, com o Código Florestal, que permite que, a partir de 2008, tenha essa preservação, dessas empresas a Abiove não compra. Não compra nenhum grão de soja produzido no território brasileiro. Então, é um desrespeito até com as leis ambientais.

Por isso da minha indignação, Presidente, de não ter nenhum representante numa Comissão. Foi desrespeitado o Parlamento, porque os ministérios não estão dando a importância devida a uma causa tão importante. Muitos produtores não estão conseguindo vender os seus produtos.

Tem uma lista confidencial de produtores, e agora se estende ao CPF da família inteira que está cadastrada. Não se pode comprar de qualquer área. Então, se o senhor tem o CPF em mais de uma propriedade, independentemente de estar na Amazônia Legal ou não, o senhor não pode vender soja para muitas *trades*, determinadas empresas.

Então, é uma injustiça o que está acontecendo com o produtor brasileiro.

E, pasmem, na hora de defender, quando nós estivemos nessa audiência pública, sexta-feira, com o presidente da Abiove, que é o presidente dessas companhias que compram a nossa soja, nenhum representante do Governo estava lá para defender o povo brasileiro, defender, principalmente, os produtores.

E eu quero dizer para vocês: além de nós termos o Código Florestal mais restritivo, nós não estamos



tendo esse apoio, esse olhar. E nós não estamos acobertando nenhuma irregularidade, Presidente, porque nós estamos falando de áreas abertas de acordo com o nosso Código Florestal, com autorização do próprio Governo. Aí, você abre, você produz, e não tem direito.

E eu vou mais longe...

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós pedimos, Presidente – e eu tomei a liberdade de colocar o nome do Senado, como a Deputada Federal falou pela Câmara dos Deputados –, que se indique um representante dessa Comissão, porque, nessa Comissão, só tem ONGs participando. Não tem outros tipos de representantes, só ONGs internacionais e compradores de soja. Como que está acontecendo isso, e ninguém fala nada?

Estão, há muitos anos, discutindo nos sindicatos rurais, como eu dei o exemplo, outro dia, do Sindicato Rural de Sinop, que convocou mais de cem Prefeitos para irem à nossa capital do Mato Grosso, Cuiabá, falar com o nosso Governador. A nossa Senadora Margareth Buzetti esteve presente também, assim como o Senador Jayme Campos e o Senador Wellington estiveram nessa primeira audiência que aconteceu lá em Cuiabá.

Ali, Presidente, os Prefeitos pediram que fossem cortados os incentivos dessas empresas, porque não respeitam o produtor brasileiro, não respeitam o Código Florestal Brasileiro, e ainda têm incentivos? É um absurdo o que está acontecendo!

E, na hora de discutir, quando foi pedida uma vaga, lá em Cuiabá, onde teve a audiência pública, para que a CNA Aprosoja tivesse uma cadeira lá, o presidente da Abiove falou: “Olha, vocês têm que entrar devagarinho, vocês têm que comer um quilo de sal, para vocês aprenderem primeiro e entrarem devagar”.

Então, achei um desrespeito muito grande para com os nossos produtores de todo o Brasil. E eu estou falando aqui do pequeno, do médio e do grande; eu não estou falando somente do grande, porque todos os pequenos também produzem a soja.

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E, nessas áreas, que foram colocadas como de preservação do meio ambiente, pois não se compram produtos da Amazônia Legal, nessas áreas, o senhor pode plantar algodão, pode plantar milho, somente soja... Então, se isso não for um embargo econômico, eu não sei que nome tem.

Então, eu acho que está na hora – está na hora! – de o Parlamento, o Senado, a Câmara dos Deputados, como foi o exemplo a Deputada Coronel Fernanda, a nossa líder do Estado de Mato Grosso, que teve a ousadia de fazer e realmente convocar, junto com os sindicatos. E é esse o movimento que nós temos.

Nós não queremos distinção; nós queremos justiça e que seja respeitado o Parlamento, que seja respeitado o Código Florestal, porque, senão, não tem cabimento...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... nós respeitarmos o...

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... código mais



rigoroso do mundo, e, na hora de vender os nossos produtos, nós não podemos vender.

Então, tem que ser revisto, tem que ser debatido e tem que levar. E é isso.

Nós não podemos aceitar imposições de muitas ONGs que não querem o desenvolvimento. Elas estão camufladas nesses órgãos que não querem o desenvolvimento do nosso Brasil, não querem o desenvolvimento do nosso agronegócio, porque nós somos uma ameaça.

Nós temos certeza de que, se deixar o produtor brasileiro trabalhar, ele cada vez mais vai produzir. Se nós, com todas as restrições – plantando 13% só do nosso território –, somos o maior exportador de milho, principalmente de grãos, de soja, de algodão, enfim, de muitos produtos, como o suco de laranja...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... você imagina se deixar o nosso produtor brasileiro produzir?

Então, eu acredito que tem que ser revisto, temos que, sim, apoiar os produtores, porque são os produtores que sustentam e que têm feito a diferença no PIB brasileiro. Nós estamos falando economicamente, porque como vai ficar? Se permanecer esse embargo, como vão ficar os 20 milhões de brasileiros que moram na Amazônia?

Então, não é justo os produtores respeitarem o Código Florestal, o Código Ambiental, e nós termos restrição quando nós produzimos os nossos produtos.

Eu acho que ao brasileiro tem que se dar respeito, e esta Casa aqui tem...

Eu coloquei à disposição, Presidente, que seja indicado um; eu não sei se eles vão aceitar. Eu não sei se vão, mas nós colocamos que seja escolhido um representante, porque não é possível o nosso produtor ser massacrado, da maneira como está massacrado...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... por órgãos internacionais, por ONGs, e nós não somos empregados de ONG nenhuma não.

Nós produzimos e nós queremos respeito aqui – nós, produtores do Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

**A Sra. Margareth Buzetti** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flavio Azevedo. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Com a palavra, a Senadora Margareth Buzetti.

**A Sra. Margareth Buzetti** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para apartear.) – Senadora Rosana, quais os ministérios que foram convidados, e não compareceram?

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, e não mandaram nem representantes. Por isso a nossa revolta: um assunto tão importante para a economia também, porque o agronegócio hoje sustenta a balança comercial, e esses dois ministérios, que realmente têm o maior interesse em produção, não mandaram, não tiveram nem o cuidado de mandar nenhum representante discutir com o Parlamento. Por isso que eu estou falando que é um desrespeito ao Parlamento brasileiro.

**A Sra. Margareth Buzetti** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – O Regimento fala que você convida, depois você convoca...

*(Soa a campanha.)*

**A Sra. Margareth Buzetti** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ...





você busca. Então, é assim que tem que fazer.

Que Comissão seria essa que eles estão formando?

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É uma Comissão que já está lá...

**A Sra. Margareth Buzetti** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Externa?

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... implantada...

**A Sra. Margareth Buzetti** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Na Câmara?

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... que é da Abiove.

Então, nós estamos pedindo que...

**A Sra. Margareth Buzetti** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Para fazer parte?

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Para fazer parte, porque só participa desta Comissão compradores de soja credenciados na Abiove...

**A Sra. Margareth Buzetti** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Entendi.

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... e ONGs internacionais.

**A Sra. Margareth Buzetti** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Entendi.

Mas é isso.

Obrigada, Presidente.

**A SRA. ROSANA MARTINELLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada, Presidente, pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Flavio Azevedo. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Senadoras que terminaram de falar aí, Margareth Buzetti, nossa recém-colega aqui, como Senadora, e chamaram a minha atenção quando falaram sobre segurança pública.

Os países que diminuíram a criminalidade o fizeram oferecendo uma educação pública de qualidade em tempo integral e com o Congresso Nacional destinando recursos para a segurança pública.

Então, se este país, como a gente vem vendo, não oferece uma educação de qualidade em tempo integral, colocando nossas crianças em creches e escolas de qualidade, com certeza o crime vai cooptar essas crianças.

E é de uma crueldade isto que eu fico olhando aqui: essas crianças e adolescentes a quem o Estado brasileiro, em todos os níveis, não ofereceu educação, deixando-as ao relento. É esse Estado que, todo dia, se reúne para aumentar a pena do crime dessas pessoas. Ou seja..

Nós sabemos disso, e, como mulher, como foi falado aí, o feminicídio é uma coisa assustadora! São mulheres assassinadas e estupradas todos os dias!

Mas este Congresso tem, sim, que se debruçar! A Comissão de Segurança Pública, que foi criada pelo saudoso Major Olímpio... O Susp foi criado... E não adianta ter esse Sistema Único de Segurança



Pública se não é destinado recurso...

Eu e mais quase uns 30 Senadores, em 2019, assinamos a PEC 44, de 2019, que está na Comissão de Constituição e Justiça e que começava destinando 1% da receita corrente líquida para o Susp, aumentando, até chegar a 2,5%, gradativamente. Isso nunca foi olhado.

Eu espero que agora, que a gente tem a Comissão de Segurança Pública, que foi criada, a gente se debruce, nessa Comissão, não só para pensar em penas... A prova de que só penalizar é essencial...

Eu acho que Margareth e todas nós nos debruçaremos para crime hediondo com redução de pena progressiva não existir para o feminicídio, o aborto, mas nós estamos vendo que não estamos resolvendo com isso.

O mundo sabe – não é inventar a roda – que, se quisermos diminuir a violência, temos que investir em educação pública de qualidade e também na nossa segurança pública.

De que adianta a gente ter um Sistema Único de Segurança Pública e não ter recursos para aumentar?

Todos nós sabemos que a maioria dos estados brasileiros não tem Polícia Civil nem Militar o suficiente, de acordo com o que os estudos técnicos dizem. Tem menos do que isso.

Nós não temos, na Polícia Rodoviária Federal e muito menos na Polícia Federal, agentes suficientes para combater o crime de fronteira, seja de importação ou de exportação.

Então, a prevenção nós sabemos, e não estamos aprendendo, porque a prevenção passa pela educação e por destinação de recursos, para que nossa segurança pública tenha homens, ou seja, recursos humanos suficientes e que incorpore tecnologias, porque, senão, nós vamos aqui, todos os dias, falar, vamos nos reunir, vamos aumentar as penas, encarcerar mais gente, e não vai resolver...

**A Sra. Margareth Buzetti** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Um aparte, Senadora.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... porque não temos nem educação pública em tempo integral, nem, muito menos, segurança pública com recursos para executar o seu trabalho.

Era isso, Sr. Presidente.

**A Sra. Margareth Buzetti** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para apartear.) – Eu gostaria de fazer um aparte à Senadora Zenaide.

Obrigada, Senadora.

Concordo com tudo o que você falou. A educação é primordial para que nós tenhamos uma segurança pública melhor.

Mas vamos falar do feminicídio, não é?

O feminicídio é um crime silencioso, que acontece dentro de casa, e, talvez, se as mães e os pais educassem diferentemente seus filhos meninos, ensinando-lhes a respeitar uma menina, a respeitar uma mulher, nós tivéssemos uma redução, Senadora Zenaide, mas hoje não tem o que se fazer.

A nossa polícia do Mato Grosso é a segunda ou terceira mais bem paga, superequipada, mas nós somos o terceiro estado em feminicídio.

Então, eu penso que a punição seja a educação para essa pessoa que não respeita a mulher, que acha que ela é uma propriedade e pode ser descartada.

Mas concordo contigo, Zenaide: a educação vem em primeiro lugar sempre.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flavio Azevedo. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não havendo mais oradores presentes, a Presidência suspende a sessão deliberativa, que será reaberta para apreciação



das matérias constantes da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

*(A sessão é suspensa às 16 horas e 14 minutos e reaberta às 16 horas e 37 minutos, sob a Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Declaro reaberta a sessão e, desde já, encerrado o Período do Expediente.

Declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Senador Izalci Lucas. *(Pausa.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que bom que foi retirado da pauta – ou será retirado da pauta – o projeto da desoneração. Acho que ainda precisamos conversar um pouco mais sobre ele.

Eu tenho aqui, Sr. Presidente, o impacto fiscal dessa desoneração dos anos de 2019 a 2023. Durante esses anos, o impacto da renúncia fiscal ficou em 9,8, 8,2, 7,3, 9,2, 9,36, ou seja, colocando a inflação de 2023, a renúncia fiscal seria em torno de R\$6,86 bilhões, em torno de R\$7 bilhões, mas o Governo encaminha os dados como uma renúncia fiscal de R\$15,8 bilhões, ou seja, mais do que o dobro do que é real.

Então, a gente precisa, de fato, ter esses números de uma forma muito transparente para que a gente possa confiar, realmente, nos dados fornecidos pelo Governo. Não tem sentido um aumento de 130% no impacto. Se houve 130% de aumento, a gente precisa conhecer ponto a ponto, setor por setor.

Então, que bom, para que a gente possa discutir mais um pouco sobre isso. Eu espero que a gente consiga esses dados da Receita Federal de uma forma em que a gente possa confiar.

O meu objetivo hoje, aqui, Sr. Presidente, é falar um pouco sobre a questão das escolas, da educação.

Ao analisar o estado lamentável da internet nas escolas públicas brasileiras, é impossível não sentir uma profunda indignação misturada com um toque de ironia amarga. Estamos em pleno século XXI, em que a tecnologia deveria ser o pilar fundamental para a educação, mas parece que nossas políticas públicas ainda estão presas a um passado obscuro, em que a inovação e a eficiência são meras palavras de efeito em discursos vazios.

Primeiramente, é estarrecedor constatar que quase a metade das escolas públicas não tem nem sequer o monitoramento da qualidade da internet. É como se estivéssemos dirigindo um carro em velocidade sem o velocímetro, sem saber se estamos em alta ou em passos de tartaruga. E – pasmem! – em 66.715 dessas escolas não há informações básicas sobre a velocidade da conexão. Esse cenário é um verdadeiro tapa na cara dos professores, dos alunos e de toda a comunidade escolar, que depende dessa infraestrutura para promover um ensino de qualidade.

É de se questionar como um programa como o Escolas Conectadas, lançado com tanta pompa e circunstância aqui, pode estar tão longe de atingir as suas metas. Das 71 mil escolas, 57,6 mil apresentam a conexão classificada como ruim ou péssima. Em outras palavras, 42% do total das escolas públicas monitoradas estão recebendo um serviço abaixo do aceitável, o que revela uma falha gritante na execução e na fiscalização do programa. O Ministério da Educação até tenta se justificar, alegando que há outras fontes de informação sobre a velocidade contratada, mas não especifica quais são essas fontes. É como se estivéssemos em um tribunal, e a única prova apresentada pelo réu fosse uma desculpa esfarrapada e sem sustentação. Essa falta de transparência e de controle é simplesmente inaceitável em um projeto de



tamanha importância.

A situação é ainda mais crítica no norte do país, onde estados como Amapá, Roraima e Acre têm a maioria das suas escolas sem monitoramento da rede. No Amapá, por exemplo, 90% das escolas estão desconectadas de qualquer tipo de avaliação sobre a velocidade da internet. É um verdadeiro apagão digital que compromete o futuro de milhares de estudantes. E não para por aí. Margareth, no Mato Grosso do Sul, 64% das escolas públicas têm internet de má qualidade.

Isso nos leva a perguntar: qual é o verdadeiro comprometimento do Governo com relação à educação pública? Será que os R\$8,8 bilhões prometidos para o programa Escolas Conectadas são apenas números inflacionados em discursos, enquanto a realidade dos alunos continua a mesma ou até mesmo piora?

O MEC afirma que mais de 120 mil escolas já foram alcançadas pelas etapas iniciais de implementação da internet. Contudo, a realidade, o mundo real dos números mostra que a maior parte desse alcance é meramente ilusório.

A falta de uma conexão decente transforma qualquer avanço tecnológico em um desperdício de recursos. De que adianta investir em equipamento e na formação de equipes pedagógicas, se a infraestrutura básica, que é a internet de qualidade, não está presente?

É notável que o Governo se vanglorie de que 79% das escolas prioritárias estão nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, mas essa priorização não parece se refletir em melhorias palpáveis. O que se vê é uma disparidade gigantesca entre o que é anunciado e o que realmente é implementado.

A ironia maior talvez esteja na declaração do Ministro da Educação, que afirma estar garantindo a conectividade das escolas sem banda larga fixa. Ora, garantir é um verbo forte, que pressupõe certeza e eficácia, mas o que se observa é uma promessa vazia, uma verdadeira cortina de fumaça para encobrir a ineficiência e a falta de planejamento.

A parceria entre o MEC e o Ministério das Comunicações parece mais uma desculpa conveniente para distribuir responsabilidade e diluir a culpa do fracasso. A escolha das “soluções de conectividade mais eficientes” soa quase como uma piada de mau gosto diante do quadro caótico que vemos nas escolas. Avaliar alternativas tecnológicas e comerciais não tem servido para resolver o problema, apenas para maquiagem uma situação que continua a penalizar aqueles que mais precisam.

Em suma, a desconexão que mais preocupa não é a da internet nas escolas, mas a desconexão entre promessa do Governo e a realidade enfrentada diariamente por alunos e professores. É imperativo que haja uma reformulação completa desse programa, com maior transparência, monitoramento rigoroso e, acima de tudo, verdadeira vontade política de transformar a educação pública.

O estado das escolas públicas, de fato – é inegável –, é um fracasso completo. A nossa educação pública já foi, há muitos anos, pelo menos aqui no Distrito Federal, de alta qualidade. Nos anos 70, quando aqui cheguei, só entrava na universidade pública quem estudava em escola pública. Hoje, infelizmente, 70%, 80% dos alunos saem do ensino médio sem saber português, sem saber matemática. Quase 80% dos jovens saem do ensino médio sem ter uma profissão...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eles não conseguem entrar nas faculdades e não conseguem entrar no mercado de trabalho. Então, não dá para brincar mais com a educação, não dá para esperar mais. Os governos, seja o da União, sejam os dos estados, sejam os dos municípios, precisam, de fato, colocar a educação como uma prioridade total não de discurso, mas de recursos, de qualificação profissional, de qualificação dos professores, de infraestrutura.

Uma escola hoje que não tem internet, que não tem laboratório de ciência, que não tem esporte, que não tem cultura é uma escola que não é atrativa, nem colocando R\$200 para cada aluno! Isso não vai



adiantar absolutamente nada! Do que se precisa é melhorar a qualidade da infraestrutura e das condições, valorizando os seus profissionais, que são os nossos professores.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o primeiro item da pauta é o Projeto de Lei 1.847, de 2024, de autoria do Senador Efraim Filho, relatado pelo Senador Jaques Wagner, que se encontra no Plenário, Líder do Governo no Senado Federal. Esse projeto diz respeito ao tema da desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia e à redução de alíquota previdenciária para os municípios brasileiros de até 156 mil habitantes.

Apenas rememorando o Plenário do Senado Federal acerca desse tema, ele foi objeto de um projeto de lei, no ano passado, de autoria do Senador Efraim Filho, que culminou no veto do Presidente da República ao projeto e na consequente derrubada do veto pelo Congresso Nacional, tendo esta lei sido promulgada ao final do ano passado: a Lei 14.784, de 2023, que versa sobre a prorrogação do prazo da desoneração dos 17 setores e também sobre a redução da alíquota previdenciária dos municípios de 20% para 8%. Logo na sequência da promulgação daquela lei, houve a edição de uma medida provisória, a Medida Provisória 1.202, pelo Governo Federal que buscava desconstituir a decisão do Congresso Nacional relativamente a esse tema. Essa medida provisória, ao longo do tempo, vigorou, muito embora trouxesse ela o prazo de noventa para a sua efetividade. Antes que houvesse o cumprimento do prazo da noventa, por ocasião da prorrogação dessa medida provisória, a Presidência do Congresso Nacional, no que toca à parte de desoneração de folha de pagamento da Medida Provisória 1.202, deixou de prorrogá-la, reconhecendo a inconstitucionalidade do manejo de medida provisória em face de matéria recentemente objeto de legislação pelo processo normal, o processo legislativo no Congresso Nacional. Diante dessa decisão da Presidência do Congresso Nacional, houve, por parte do Governo Federal, o ajuizamento de uma ação, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que culminou na decisão do Ministro Relator Cristiano Zanin, reconhecendo e suspendendo a eficácia da Lei 14.784, ao argumento de sua inconstitucionalidade, uma decisão, naquele momento, liminar, que suspendia a eficácia do projeto da desoneração e voltava a reonerar imediatamente os 17 setores e os municípios da forma como antes era concebido.

Em relação ao ajuizamento dessa ação e da liminar concedida, nós estabelecemos, num momento de grande afirmação de maturidade política, uma discussão e um diálogo institucional entre Poder Legislativo, Presidência do Congresso, e Governo Federal, com envolvimento do Ministério da Fazenda, da Advocacia-Geral da União e do próprio Presidente da República, o Presidente Lula, para que pudéssemos chegar a um entendimento.

E o entendimento, após o ajuizamento dessa ação, foi justamente no sentido de que a desoneração vigoraria na forma concebida pela Lei nº 14.784 neste ano de 2024 e que a reoneração dos 17 setores se daria de maneira gradativa, com a redução proporcional da alíquota sobre o faturamento, com a reoneração de 5% a cada ano sobre a folha de pagamento: 5% sobre a folha em 2025; 10% sobre a folha em 2026; 15% sobre a folha em 2027; e 20%, então, a partir de 2028, como é originalmente a incidência previdenciária de todos os setores da economia, inclusive desses 17 setores.

Esse acordo foi celebrado e foi muito festejado naquele momento, com o reconhecimento dessa maturidade política, desse trabalho do Congresso Nacional, juntamente com o Poder Executivo, com a anuência e a participação de representantes dos 17 setores da economia e com a participação também de representantes do municipalismo brasileiro, tanto a Confederação Nacional de Municípios quanto a Frente de Prefeitos, por ocasião, inclusive, da Marcha dos Prefeitos, em que foi anunciada a manutenção



do *status quo* da lei de desoneração para os municípios em 2024, também com uma reoneração gradativa.

E todo esse acordo, Senador Irenéu Orth, Senador Hamilton Mourão, Senadora Margareth Buzetti, Senador Lucas Barreto e Senador Flávio Azevedo, toda essa construção política foi materializada neste projeto de lei que está na pauta, que é um projeto de lei de autoria do mesmo autor da Lei 14.784, que é o Senador Efraim Filho, justamente com o acordo celebrado, com a anuência dos setores, dos municípios, do Congresso Nacional e do Executivo, neste projeto de lei.

No entanto, ficou pendente a definição, a partir do momento em que se aceita por parte do Governo Federal a hipótese da desoneração em 2024 e de uma reoneração gradativa, do que seria a fonte de compensação dessa renúncia de receita concebida pela lei de desoneração e também por este projeto, materializada por este projeto. E houve, então, por parte da Presidência do Senado Federal, algumas sugestões ao eminente Relator, o Senador Jacques Wagner, para que se pudesse conceber fontes de compensação para fazer frente ao custo dessa desoneração, que a essa altura já não se exigiria mais a fonte corrente de receita, até porque a desoneração agora, diante desse acordo celebrado, terá um fim, depois de quatro anos, com a reoneração gradativa tanto de municípios quanto dos 17 setores. E as sugestões foram dadas pela Presidência do Senado Federal, e eu participo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras essas sugestões da Presidência do Senado em relação a fontes de arrecadação que não constituam aumento de impostos, nem aumento de alíquota nem criação de novos impostos, mas fontes de arrecadação sustentáveis que buscam a melhora do ambiente de negócios e em favor do contribuinte brasileiro. Quais sejam?

Um primeiro item é um novo programa de repatriação de recursos do exterior, assim como foi feito em 2017, que rendeu ao Estado brasileiro, naquele momento, uma arrecadação de cerca de R\$50 bilhões, com mais de R\$150 bilhões sendo repatriados. Então, um primeiro programa, uma primeira sugestão de compensação seria um programa de repatriação de recursos do exterior, nos moldes do que foi concebido no ano de 2017.

Um segundo item, uma segunda sugestão é um programa de regularização de ativos existentes nacionais não declarados. E, através desse programa, haveria, então, um estímulo para a regularização desses ativos, com o seu reconhecimento e com a sua declaração, com o recolhimento devido de imposto e com a garantia de que o contribuinte, obviamente, estaria anistiado, sob o ponto de vista de repercussões civis e penais, em função dessa omissão de declaração de um ativo seu. Então, é um programa que me parece útil, inclusive, ao ambiente que nós buscamos ter de regularidade e de formalidade dos ativos nacionais pertencentes a pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Um terceiro item é uma atualização de valores de ativos, um pouco diferente do segundo, que é a hipótese de um ativo declarado poder ser atualizado pela pessoa física ou pela pessoa jurídica, sua proprietária, com o recolhimento de uma alíquota substancialmente inferior ao que é a alíquota de 15% do ganho de capital, em face de alienação desses ativos. Então, seria a possibilidade que alguém teria de atualizar um ativo hoje declarado por um valor muito defasado e de trazê-lo para um valor presente real, com o recolhimento de uma alíquota a ser definida, na linha de um projeto, inclusive, já aprovado no Senado Federal, de autoria do Senador Roberto Rocha, que foi relatado pelo Senador Marcos Rogério, que foi o PL 458, aprovado aqui no ano de 2021.

Um quarto item seria um programa de estímulo ao pagamento de multas em agências reguladoras. Há um estoque muito grande de multas em agências reguladoras no Brasil. Um programa assemelhado a um Refis, que estimulasse o pagamento dessas multas com redução ou com extinção até de juros e multa, em face desse valor principal, seria de fato uma fonte de arrecadação sustentável, além, inclusive, de melhorar o ambiente de negócios e de buscar ter uma solução definitiva para esse passivo enorme que existe, que afeta as agências reguladoras e que gera um estoque judicializado muito grande, sendo também uma possibilidade para que empresas possam se valer – e pessoas físicas também – de uma situação dessa



de estímulo à sua regularização.

Um quinto item seria o dos recursos esquecidos no Sistema Financeiro Nacional. Há muitos recursos alocados em contas bancárias em que não se tem a titularidade conhecida ou a titularidade que assuma esses ativos, e, pela lei civil, uma vez instadas essas pessoas titulares e não aparecendo para poderem recolher o recurso, esse recurso deverá ser revertido para a União, ressaltando, obviamente, direitos que possam ser demonstrados, eventualmente, por aquele que for lesado.

Um programa também assemelhado, que constituiria um sétimo item, seria o de depósitos judiciais também sem titularidade conhecida ou sem também o exercício dessa propriedade por seus titulares. Há um estoque muito considerável de depósitos judiciais nessa conjuntura, e a lei civil, igualmente, prevê que, uma vez não exercido o direito de recolhimento desse depósito judicial, isso deve ser revertido para a União.

E um oitavo item seria o corte de despesas, sobretudo em programas sociais, que são frutos de pagamentos indevidos, de fraudes, etc., que é uma ideia, inclusive, concebida pelo próprio Ministério da Fazenda e que poderia gerar uma fonte de arrecadação da ordem de R\$8 bilhões a R\$12 bilhões.

Todos esses programas, esses oito itens, têm previsibilidade, ora mais pessimista, ora mais otimista, talvez nenhuma seja realista, porque depende muito do estímulo que se tem de fazer um programa que seja um programa que realmente possa atingir o povo brasileiro, os segmentos, as empresas, as pessoas físicas, para poder estimulá-las a terem esse tipo de regularização, esse tipo de adesão ao programa. Mas são oito itens que não geram nenhum tipo de desgaste, do ponto de vista político e do ponto de vista econômico, para os contribuintes, porque todos eles, além de serem optativos, guardam, na sua essência, um estímulo de regularização que é do interesse e em favor dos contribuintes brasileiros.

Então, essas foram as sugestões da Presidência do Senado ao eminente Relator, ao Ministério da Fazenda, para que possamos ter, como fonte de compensação, algo que não signifique aumento de impostos, porque, de fato, é no mínimo constrangedor imaginar que um projeto de desoneração de folha de pagamento que visa reduzir e diminuir a incidência tributária sobre uma pessoa jurídica, para estimular a geração de emprego, ser compensado, na outra ponta, para aquela mesma empresa, com o aumento de impostos. Então, seria no mínimo incoerente, um contrassenso mesmo, nós pensarmos num aumento de impostos para fazer frente a este tema.

Diante disso, há um certo impasse, uma indefinição em relação à concepção dessas fontes de compensação e, até aqui, imperou e vigorou o diálogo, o diálogo institucional de alto nível, respeitoso, para que possamos ter uma solução definitiva. A solução mantida sobre a desoneração em 2024 está concretizada; igualmente, a reoneração gradativa ao longo do tempo também está concretizada. Resta-nos agora ter o consenso sobre a compensação desse acordo celebrado entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Talvez, isso ainda não esteja suficientemente maduro para poder dar o conforto necessário ao Congresso Nacional, ao Plenário do Senado e, futuramente, ao Plenário da Câmara, num futuro breve, de se votar esta matéria e de virar essa página relativa à desoneração com um grande acordo entre os Poderes.

Então, diante disso, nesta manhã, nós ajustamos com o Governo Federal, através da Advocacia-Geral da União e da nossa Advocacia do Senado Federal, que pudéssemos encaminhar uma petição conjunta ao Supremo Tribunal Federal, ao eminente Ministro Cristiano Zanin, para que, na linha do que foi a sua última decisão, outorgando um prazo de 60 dias para que houvesse a apresentação das fontes de compensação, tivéssemos uma prorrogação desse prazo requerido – repito, pela Advocacia-Geral da União e pela Advocacia do Senado – até o dia 30 de agosto. Considerando agora o recesso e o reinício dos trabalhos, em 5 ou 6 de agosto, nós teríamos três semanas, Senador Izalci Lucas, para poder amadurecer o projeto da desoneração, amadurecer as fontes de compensação, darmos tranquilidade e conhecimento



prévio ao Plenário do Senado Federal e, depois, ao Plenário da Câmara dos Deputados, para que a gente possa, então, ter uma decisão política que garanta a permanência da desoneração em 2024 e a reoneração gradativa até 2027, na linha do que foi esse grande acordo, apresentando compensações que, de preferência, não signifiquem o aumento de carga tributária aos brasileiros, muito ao contrário, que possam representar uma arrecadação a partir de uma desburocratização, de uma regularização que interessa aos contribuintes brasileiros.

Então, diante disso, foi apresentada essa petição no início da tarde de hoje, ou deve estar sendo apresentada nesta tarde, da Advocacia-Geral da União e da Advocacia do Senado. Nós aguardamos, portanto, a decisão do Supremo Tribunal Federal.

E, diante dessa situação, para preservar, inclusive, essa possibilidade de os Srs. Senadores e Sras. Senadoras se debruçarem sobre essa matéria com essa situação definida, nós, a princípio, adiaremos a apreciação desse item para amanhã, eventualmente aguardando essa decisão do Supremo Tribunal Federal. E, eventualmente, espero também que isso possa ser adiado para 30 de agosto, caso o Supremo Tribunal Federal decida-se por outorgar esse prazo pedido pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo.

Então, é esta comunicação que gostaria de fazer ao Plenário do Senado Federal: o item 1, portanto, não será apreciado na data de hoje e fica, a princípio, adiado para amanhã. Nós, então, amanhã, decidiremos, à luz da decisão do Supremo Tribunal Federal, em relação a essa matéria, sobretudo em relação ao prazo assinado, para que possamos amadurecer, enfim, e encerrar essa longa novela da desoneração da folha de pagamento da melhor forma possível, no interesse do Poder Executivo, no interesse do Legislativo, mas, sobretudo, no interesse do povo brasileiro.

Com a palavra, Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro louvo as iniciativas do Executivo e do Legislativo no sentido de buscar, realmente, prorrogar isso para o fim de agosto. E eu tenho certeza de que o Ministro terá essa sensibilidade de atender ao pedido.

Mas eu passei, agora há pouco, para o Senador Jaques Wagner, a análise desse impacto, que foi retirado inclusive do Portal da Fazenda. No Portal da Fazenda – [www.gov.br/fazenda](http://www.gov.br/fazenda), etc. –, tem o impacto de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. E, depois, compensando 1% do PIS-Cofins, vai dar um impacto de 6,9 – está aí no documento –, e o impacto apresentado pelo Governo é de 15,8, ou seja, mais do que o dobro do que está aí nesse documento.

Então, se o nosso Líder do Governo puder realmente esclarecer isso junto à Receita, porque uma das coisas de que nós precisamos aqui é ter confiança nos dados... Então, se de fato o que estava no portal coloca 6,9, não dá para discutir o impacto de 15,8. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, Presidente, nessas soluções que V. Exa. enumerou, que são oito, uma delas, inclusive, é a atualização dos bens declarados no Imposto de Renda que não são corrigidos, tem-se valores simbólicos de muitas declarações. Se aprovarmos a reforma tributária, vem um aumento em torno de 130% no caso dos imóveis, que vai, inclusive, viabilizar uma série de coisas que nós vamos discutir aqui no grupo de trabalho e também aqui no Senado. Se a gente não fizer essa correção prevista aí, o prejuízo será ainda muito maior.

Mas eu tenho certeza de que, no Senado, com muita prudência e com muitos dados, a gente vai conseguir reverter alguns equívocos que foram cometidos na Câmara. Um deles é essa questão da construção civil, porque todo mundo sabe da importância da construção civil, o déficit habitacional que tem em todo o Brasil, e que essa reforma tributária vai inviabilizar, praticamente, a construção de novos empreendimentos e aluguéis, inclusive.

Então, parabeno a iniciativa e eu tenho certeza de que, com os dados concretos, a gente vai conseguir chegar a um acordo para votar a desoneração. E eu espero que, na próxima, após a aprovação





da reforma, a gente possa discutir a desoneração completa de todos os segmentos, buscando uma forma de não incentivar a informalidade, a não contratação em função dos impostos sobre a folha de pagamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Izalci Lucas, até a propósito da fala de V. Exa., além desses oito itens que foram por mim apregoados, nós temos ainda dois que podem ser considerados fontes de compensação para a desoneração, que são a taxação das apostas esportivas – que nós votamos no Congresso Nacional e que se transformou em lei – e também a taxação das compras até US\$50, que é inclusive objeto agora... Que é o da Lei 14.902, do Mover, que incluiu essa taxação das compras até US\$50, que agora é objeto da Medida Provisória 1.236, justamente com vigência a partir do dia 1º de agosto, para essa incidência tributária. Então, esses dois itens são uma fonte de arrecadação, sob o ponto de vista de demonstração, para cumprimento do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. É absolutamente razoável considerá-las também como uma fonte de compensação, já que o que se exige é isso, a apresentação de fonte de compensação, sem prejuízo, de fato, ao longo desse tempo, de uma discussão sobre as fontes de financiamento do sistema previdenciário nacional.

De fato, a sugestão de V. Exa. e a reflexão de V. Exa. sobre isso é uma reflexão apropriada. Será que é razoável que o financiamento se dê por aqueles que mais empregam ou por aqueles que mais faturam? O compromisso de financiamento da Previdência Social deve ser sempre compreendido como uma missão nacional a ser distribuída de maneira mais igual entre todos os agentes produtivos. Não tem realmente muita razoabilidade, eu costumo sempre citar esse exemplo: uma empresa que fatura R\$1 milhão com dez empregados é diferente de uma empresa que fatura o mesmo R\$1 milhão com cem empregados e que, portanto, gera muito mais empregos. Esta segunda empresa cumpre uma função social muito maior, muito mais ampla, muito mais significativa, e ela não pode ser muito mais onerada para o financiamento da Previdência Social do que a primeira.

Portanto, onerar a força de trabalho, onerar a mão de obra é um desestímulo à geração de emprego. Ao se desestimular a geração de emprego, nós sobrecarregamos o Estado brasileiro com os programas sociais, considerando que emprego é o melhor programa social e o mais eficiente para um país civilizado. Portanto, quanto mais nós tivermos empresários que queiram empregar sem a preocupação de que aquilo gerará mais impacto para o seu orçamento, sob o ponto de vista tributário, melhor será. Vincular, de fato, a remuneração da Previdência ao faturamento me parece algo que precisa ser considerado, porque me parece algo mais inteligente do que o sistema atual.

Portanto, é uma discussão que nós podemos e devemos fazer no âmbito do Congresso Nacional e que pode...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu sugiro a V. Exa. que faça como V. Exa. vem fazendo, criando Comissão Especial para cuidar disso no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeito.

Assim faremos, Senador Izalci.

Com a palavra, Senador Jaques Wagner.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Cumprimentando todas as Senadoras e os Senadores e V. Exa. particularmente, Presidente, quero dizer que, para mim, esse denominador, se não é comum, pelo menos é na busca do comum, que foi o adiamento da decisão que poderia ser hoje, que conseguimos conquistar ontem e hoje pela manhã, na minha opinião, é extremamente alvissareiro e vai ao encontro daquilo que eu sempre falo: esta Casa tem que trabalhar a favor do país, buscando consenso entre Governo e oposição e entre posições diferenciadas.

Registro que, na linha do que o Senador Izalci falou, eu já, em várias conversas com a Fazenda



Nacional, com o Ministério da Fazenda, posso lhe afirmar que existe essa busca, o que não impede que seja feito um trabalho também aqui no Senado da República. Já existe essa busca, porque é fato que empresas de ponta e de tecnologia empregam pouco e faturam muito, enquanto empresas que têm menos tecnologia, como manufaturas e outras empresas – não cito, mas são vários os setores –, às vezes empregam muito e não faturam tanto. É da natureza.

Eu trabalhei no polo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Quando eu trabalhava lá – há 20 anos, há 18 anos ou mais –, nós éramos 22 mil funcionários; hoje não somos 5 mil empregados diretos. Por quê? Não foi nem inteligência artificial, foi tecnologia, robotização, sistematização, informatização. Então, eu considero que esse caminho será o leito natural.

Evidentemente – e as reclamações são várias, aqui mesmo dentro do Senado da República, sobre o rombo da Previdência –, isso tem que ser uma conta bem-feita, uma migração bem-feita, de tal forma que a gente não amplie o que já é um problema eu diria grave para as contas nacionais, porque é um problema que não é só aqui. É daqui, dos estados – eu fui Governador –, e até de algumas prefeituras que optam pelo sistema próprio e nem sempre conseguem alcançar o equilíbrio entre a necessidade de pagar aqueles que já se aposentam e o ingresso de novos funcionários.

Contribui para isso também a longevidade que a raça humana, ou seja, que nós todos temos ganhado, portanto, as aposentadorias duram um tempo maior, mas eu não quero me aprofundar. Quero apenas dizer que esse caminho não está, em hipótese nenhuma, arquivado pelo Governo nacional, ao contrário, eu acho até que nós vamos migrar obrigatoriamente para isso, que teria mais justiça na cobrança. Não sei falar de alíquotas, porque é um estudo a ser feito.

De resto, Presidente, apenas concordando com todo o relatório feito, com a explicação feita por V. Exa. ao Plenário desta Casa, eu queria dizer que, dentro disso, houve conversa nossa, com a minha presença, com o Presidente desta Casa, com o Ministro da Fazenda, com o Presidente da República, na busca desse entendimento, e houve evolução de parte a parte.

Eu disse, em certo momento, que nós estamos aqui discutindo... Por isso eu digo: os dois têm razão, como o Presidente Rodrigo falou, e pode ser que nenhum dos dois esteja certo, porque um estima que cobrirá, o outro estima que não cobrirá. Isso só será sabido, ou seja, o número concreto, quando for feito o programa, o estímulo do Governo Federal para adesão ao programa; se tem uma expectativa muito positiva em relação ao programa de atualização.

V. Exa., por exemplo, Senador Izalci, que é da área como contador, sabe que, muitas vezes, você tem um ativo que foi comprado há 15 ou 20 anos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... e aparece como lucro financeiro sob pena de 15%.

Então, acho que será um dos programas ao qual nós poderemos ter uma adesão... Eu próprio, não vou mentir, meu apartamento tem 14 anos e eu, se o programa vingar e efetivamente for colocado, serei um dos que farei isso, porque numa possibilidade de vender, seguramente teremos um ganho em relação a essa taxa.

Então, eu acho que há boa-fé, evidentemente, dos dois lados. São números que não conseguimos precisar; por isso uma das ideias que surgiu no debate foi a figura de um gatilho, se o número não fosse atingido. Mesmo assim, isso não deu conforto.

Eu estava na reunião do Colégio de Líderes quando o Presidente Rodrigo apresentou. Eu acho que o pedido ao Supremo – eu espero, tenho convicção de que será atendido – de prazo até 30 de agosto é suficiente para que a gente chegue a um denominador comum, vote e envie para a Câmara dos Deputados,



para que a gente, como disse o Presidente...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JAKUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... encerre *(Fora do microfone.)* com um final feliz essa novela da desoneração.

Então, queria só colocar a total concordância do Governo com o que foi exposto aqui e esperar que as nossas inteligências nos levem ao denominador comum.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Tem uma frase de V. Exa., Senador Jacques Wagner, em que V. Exa. diz que é melhor um fim trágico do que uma tragédia sem fim. Nesse caso, eu espero que não haja nem tragédia sem fim, nem fim trágico. Eu espero que o fim seja um fim...

**O SR. JAKUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Final feliz.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – ... de proveito para a sociedade brasileira e que a gente possa preservar o acordo sobre a desoneração. Isso é importante para os municípios brasileiros, é importante para os 17 setores que se programaram. Era muito importante fazê-lo sem o aumento dos impostos, ou seja, havendo, de fato, um compromisso do Governo de que esses oito programas, esses oito projetos são projetos muito razoáveis, inteligentes e que podem significar, de maneira mais do que suficiente, a fonte de compensação da desoneração. Então, sem tragédia sem fim, sem fim trágico.

Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Há, sobre a mesa, ofício da Senadora Eliziane Gama, por meio do qual comunica o afastamento do mandato de Senadora da República, para assumir o cargo de Secretária de Estado do Maranhão, a partir de 16 de julho de 2024. O primeiro suplente, Sr. Pedro Fernandes Ribeiro, comunicou ao Senado Federal a impossibilidade de assumir o mandato senatorial nesta oportunidade. **(Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

Encontra-se na Casa o Sr. Bene André Camacho Araújo, segundo suplente da Senadora Eliziane Gama, na representação do Estado do Maranhão, convocado em virtude do afastamento da titular.

S. Exa. encaminhou à Mesa o original do Diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei. **(Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Weverton Rocha, Chico Rodrigues e Margareth Buzetti para conduzir S. Exa. ao Plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

*(O Sr. Bene André Camacho Araújo é conduzido ao Plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – A Presidência solicita que todos permaneçam em posição de respeito para que o Sr. Bene André Camacho Araújo preste o seu compromisso.

**O SR. BENE ANDRÉ CAMACHO ARAÚJO** – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Declaro empossado no mandato de Senador da República o nobre Sr. Bene André Camacho Araújo, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa adotando o nome parlamentar Bene



Camacho e integrando a Bancada do Partido Social Democrático (PSD).

A comunicação de filiação partidária e nome parlamentar serão publicados na forma regimental. (*Palmas.*) (**Vide Item 2.1.1 do Sumário**)

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Senador Bene Camacho, que pode ocupar a tribuna para o seu pronunciamento.

**O SR. BENE CAMACHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discursar.) – Boa tarde, Exmo. Sr. Presidente Rodrigo Pacheco.

Quero, através da Senadora Margareth Buzetti, que tão gentilmente me acolheu, cumprimentar todas as Senadoras da Casa, que, no exercício do mandato, evidenciam e deixam claro a verdade de que capacidade, compromisso e competência ultrapassam a questão de gênero.

Quero, através do Senador Weverton Rocha, cumprimentar a todos os demais Senadores, todos nós igualmente envolvidos na manutenção da normalidade democrática e da unidade federativa da nossa nação.

Hoje, Sr. Presidente, 16 de julho de 2024, Imperatriz, a cidade que me recebeu de braços abertos, berço dos meus netos e que também é a terra natal do Senador Weverton Rocha, completa 172 anos de idade, e isso é motivo de parabenizar e agradecer por essa cidade que me acolheu e que também acolheu tantos brasileiros procedentes das demais regiões para ali construírem uma nova realidade para si e para seus filhos.

Eu quero agradecer o reconhecimento tanto por parte do Governador Carlos Brandão como da Senadora Eliziane, que, nesse gesto, não estão apenas me dignificando, mas a cada filho e filha da nossa cidade, porque, durante muito tempo, Imperatriz lutou para ser o Maranhão do Sul, mas hoje nós nos alegramos em ser o sul do Maranhão, porque nós nos sentimos contemplados, respeitados e queridos como maranhenses, tratados como um todo e não como uma parte.

Imperatriz, do imperador Rio Tocantins, é conhecida como Portal da Amazônia, região, Senador Mourão, que, como o senhor bem sabe, representa mais de 60% do território nacional, e, pela maneira como essa região vai ser tratada, se definirá a viabilidade da vida humana em todo o nosso planeta como escudo maior contra o aquecimento global.

Aliás, nesses dias estranhos em que vivemos, onde uma crise política, militar, econômica e sanitária assola nosso mundo de forma global, podemos afirmar que essa inquietação alarmante não passa de uma cortina de fumaça frente à grande calamidade que está diante de cada indivíduo, em cada lugar, em qualquer classe social, em qualquer regime político, que é a questão climática.

Como Senador do Maranhão, integrante da Amazônia Legal, além das demais atividades que a função requer, empenharei todos os meus esforços para colocar em evidência tal situação emergencial.

Quero, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, agendar, aqui na tribuna e nas Comissões, a importância que teria novamente termos uma Comissão da Amazônia na Casa, um fórum privilegiado e voz primeira em qualquer busca de solução nacional ou global para o tema. O Senado já contou com tal Comissão em legislaturas passadas, e creio que cabe a esta Casa da Federação retomar essa vocação, que é indeclinável.

Quero, Senador Weverton, que a preservação ambiental não seja considerada uma obrigação do produtor rural, mas sim uma atividade econômica de preservação ambiental e, como tal, regulamentada, financiada e remunerada.

Creio, Senadora Margareth Buzetti, que o Brasil, que é a maior nação de língua portuguesa do mundo, necessita retribuir àqueles que nos escolheram e acolheram. Nós precisamos plantar a semente para a criação da primeira Universidade Federal dos Povos Originários, dando conhecimento formal a quem já detém o conhecimento natural.

Encerrando a minha fala inicial, quero agradecer, sem citar nomes, para não cometer injustiças, a



todos quantos contribuíram e confiaram para que tamanha responsabilidade chegasse às minhas mãos, não só pela solenidade da missão, mas também pela grandeza dos que me antecederam nessa cadeira e de todos os maranhenses que, por livre exercício do voto, referendaram os nossos mandatos.

Que Deus nos abençoe e nos guie e nos guarde a todos neste dia!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador.

Eu consulto, Senador... Parece-me que eu errei o a pronúncia do nome de V. Exa. É Bene...

**O SR. BENE CAMACHO** (PTB - MA) – É Bene Camacho.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Bene Camacho, não é?

Então, V. Exa. me perdoe. Fui corrigido aqui pela Mesa.

Eu desejo boas-vindas ao Senador Bene Camacho, desejo-lhe muito boa sorte no exercício do seu mandato, na representação do Maranhão, em substituição à nossa grande e querida Senadora Eliziane Gama.

Concedo a palavra ao Senador Weverton.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, apenas para parabenizar, primeiramente, a nossa cidade de Imperatriz, que completa, hoje, 172 anos, minha terra natal, e parabenizar o Senador Bene Camacho, que chega com muita vontade, com muito entusiasmo aqui no Senado Federal, e te desejar muita sorte.

Que Deus abençoe muito esse momento em que V. Exa. vai estar aqui conosco, para que nós possamos continuar lutando não só pelo Brasil, mas também pelo nosso querido Maranhão.

Tive oportunidade de levar para Imperatriz o Hospital de Amor, ainda nesta legislatura, como Senador da República, e hoje esse hospital tem feito uma grande diferença, atendendo a centenas de mulheres todos os meses, já chega a milhares de consultas, com duas carretas rodando a região, além de vários projetos que nós temos aprovado aqui na Casa, em favor do povo de Imperatriz e de todo o Maranhão. Então, chega o reforço aqui da região tocantinense.

E agradeço ao Presidente pelo espaço que abre, para que a gente possa fazer os devidos cumprimentos ao nosso novo Senador, Bene Camacho.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Weverton.

Anuncio o item 2 da pauta.

Projeto de Lei nº 2.246, de 2022 (nº 5.982/2016, na Casa de origem), da Deputada Federal Professora Dorinha Seabra, que acrescenta dispositivo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica.

Pareceres favoráveis: nº 66, de 2024, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Mara Gabrilli, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; nº 79, de 2024, da Comissão de Educação e Cultura, Relator: Senador Flávio Arns.

Perante a Mesa foi apresentada a Emenda nº 1, de redação, já disponibilizada na tramitação da matéria, que será encaminhada à publicação. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 66, de 2024, da Comissão de Educação e Cultura, aprovado em Plenário.

A matéria depende de parecer sobre a Emenda nº 1.

Faço a designação do nobre Senador Flávio Arns para proferir parecer de Plenário, e o fará pelo



sistema remoto.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para proferir parecer. *Por videoconferência.*) – Agradeço a V. Exa., caro Presidente Rodrigo Pacheco.

Quero cumprimentá-lo, bem como aos demais Senadores e Senadoras presentes ou remotamente, e parabenizá-lo também pela forma clara e didática em relação à desoneração da folha de pagamento, desde o início do processo, com a aprovação da lei pelo Congresso Nacional, pela declaração de inconstitucionalidade da medida provisória e dos possíveis caminhos para o encaminhamento dessa situação, que não termina de maneira trágica, como foi falado, nem que o caminho seja complicado e difícil, mas sim a favor da sociedade paranaense.

Eu passo diretamente à análise do parecer, Sr. Presidente.

Conforme pontuado no parecer da Comissão de Educação, a matéria reveste-se de grande importância, porque trata das situações especiais de estudantes com dificuldades ou impossibilidade de frequentar os estabelecimentos de ensino.

As três hipóteses de regime educacional especial criadas pelo art. 1º do projeto de lei ora em apreciação, mediante inserção de novo art. 81-A na LDB, são as seguintes:

I – estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde ou de condição de saúde que impossibilite o acesso à instituição de ensino;

II – mães estudantes lactantes; e

III – pais e mães estudantes, cujos filhos tenham até três anos de idade.

A adequação redacional apresentada pela autora da matéria, Senadora Professora Dorinha Seabra, faz-se necessária para aperfeiçoar a dicção normativa do §1º do referido art. 81-A, porque nele deixa claro que o atendimento educacional domiciliar poderá ser, nos termos em que definir o regulamento, tanto na forma presencial, quando há necessidade de o docente ir à residência do estudante impossibilitado de comparecer às aulas, quanto pelo formato remoto, em que o aluno ou aluna realiza atividades de ensino à distância, inclusive pela adoção de técnicas de mediação pedagógica com uso de tecnologia.

Com isso, afastamos a possibilidade de se argumentar que o projeto criaria despesas, porque a hipótese de atividades educacionais à distância elimina os custos com alocação e deslocamento de professores, e já se encontra prevista e praticada, inclusive, em maior ou menor grau, em todos os nossos sistemas de ensino, principalmente em formato acessório e complementar à educação presencial.

Por último, a emenda redacional apresentada enfatiza que a inclusão no regime especial previsto na proposta é condição não apenas para garantir a continuidade das atividades educacionais, mas também para assegurar a permanência dos estudantes no regime escolar durante todo o período em que subsistirem as dificuldades para frequentar os estabelecimentos de ensino.

Antes do voto, Sr. Presidente, eu gostaria só de ressaltar alguns argumentos que foram trazidos para o nosso parecer durante o processo de discussão dessa matéria, antes dessa leitura que eu acabei de fazer.

O primeiro deles é que várias pessoas argumentaram que eu deveria colocar no parecer o fato de que isso dependeria de disponibilidade orçamentária. Eu disse para essas pessoas: “Olhem, educação nunca depende de disponibilidade orçamentária. O Orçamento sempre tem que estar disponível para a educação da criança, do adolescente, do jovem e do adulto, principalmente em se tratando de atendimento domiciliar, em que o próprio aluno já apresenta dificuldades de saúde”.

E eu sempre lembro, Sr. Presidente, a frase de V. Exa., que foi enfático ao dizer que, para o Brasil ser desenvolvido, justo, socialmente adequado, valorizando o ser humano, na educação nada pode faltar, da creche ao final do ensino médio, incluindo a educação profissional, e eu acrescentaria a educação de



jovens e adultos, que é essencial para o país.

Então, ter disponibilidade orçamentária para garantir a educação? É um absurdo absoluto alguém argumentar nesse sentido.

Outro aspecto é que as pessoas diziam “não, isso vai causar despesas”, como se o recurso empregado na educação não fosse investimento, e não despesa.

Se quisermos ter um país melhor, com as necessidades atendidas, tudo passa pela educação – como V. Exa. colocou –, da creche à pós-graduação.

Também, a gente tem que pensar que o atendimento domiciliar é a continuidade do atendimento hospitalar. A própria política pública hoje diz que nós temos que valorizar e prestigiar o atendimento de saúde domiciliar, para que a pessoa possa ficar em casa, ser bem atendida, com o apoio necessário que não existe – infelizmente, nos dias de hoje, ainda –, para que a pessoa seja muito bem atendida, na maior parte dos casos, pelo menos em casa, para, inclusive, sair logo do hospital. Menos custos, mais economia, inclusive levantando-se o fato de não estar sujeita à infecção hospitalar. Por isso, os médicos e enfermeiros da saúde recomendam que, se o atendimento puder ser feito de maneira domiciliar, que isso aconteça.

Então, é isto que nós estamos colocando: atendimento hospitalar; educação para uma criança, adolescente, que esteja no hospital.

Esse atendimento hospitalar já é assegurado, só que nós avançamos, não estamos mais anos atrás, quando a criança ficava só no hospital; agora, ela vai para casa e tem que contar com uma rede de apoio para a sua recuperação, para a educação acontecer em casa, enquanto ela não puder participar das atividades escolares, saindo de casa e indo para a escola.

É investir na educação, e não pensar assim: “Se tiver disponibilidade orçamentária”. Tem que haver, é constitucional. Se a criança está em casa, que se atenda em casa, se está no hospital, ou na escola, que se atenda na escola.

É um espírito novo que temos que ter no Brasil, particularmente nessa área tão essencial, Sr. Presidente.

Eu sempre me baseio também nas suas palavras. O Brasil, em 20 anos, seria muito diferente se as palavras fossem colocadas em prática pelos nossos governantes.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.246, de 2022, e da Emenda nº 1, Plenário, de redação. **(Íntegra do Parecer nº 115/2024-PLEN/SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

O parecer de V. Exa. é favorável ao projeto e à Emenda nº 1, de redação.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria.

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, pelo sistema remoto.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu queria elogiar esse projeto da Professora Dorinha, a relatoria de Flávio Arns, mas eu queria lembrar, Flávio, que este é o sonho da gente: que não falem recursos para a educação e para a saúde, porque, no fim, esse projeto envolve os dois setores, saúde e educação.

Eu estava olhando, gente, dos países da OCDE, o Brasil só gasta um terço do que eles gastam com educação. O Brasil só ganha do México e da África do Sul.

E é o que eu venho dizendo aqui: vamos colocar os alunos no orçamento, porque, na hora em que a gente tem a educação no teto de gastos ou arcabouço fiscal, aí um projeto maravilhoso como esse...



Inclusive eu já conheço hospital no Seridó que já tem escola dentro do hospital. O próprio município deu um jeito lá e tem, eu até visitei o hospital regional, o Hospital do Seridó, em Caicó, no Rio Grande do Norte. Tem uma escola lá dentro, para as crianças internadas já terem acesso à educação.

Então, é aquele apelo que eu faço aqui: educação não é despesa; educação é investimento. Quem quer crescer economicamente precisa investir na educação. Então, com isso que a gente tem aqui, a educação, a saúde, ou seja, as despesas básicas deste país, estão nesse arcabouço fiscal, e, mesmo que o país cresça, não pode usar isso.

E esse projeto é muito meritório, porque tem criança que, às vezes, passa dois, três anos em tratamento de saúde, e faz-se necessário ela ter uma educação, seja uma educação domiciliar, com novas tecnologias, seja no hospital, enquanto ela esteja internada. Agora, este Congresso tem que ter esse olhar diferenciado. Ou a gente coloca o aluno no orçamento deste país, ou a gente não vai ter resultados na educação. Isso é o que a gente está vendo.

Desde que se criou a Emenda 95, que deu limite, botou teto para os gastos, nós tivemos uma luta grande, os defensores da educação e da saúde. Essas duas pastas têm uma importância fundamental entre salvar vidas, reduzir o índice de violência e se desenvolver economicamente. Sem recursos, nós não vamos conseguir isso.

Um projeto desse é de uma importância fundamental, porque vai dar visibilidade ao povo brasileiro de que a gente não tem recursos. Não estamos destinando os recursos para a educação, o que é necessário. A prova é aí: de todos os países da OCDE, o Brasil investe um terço do que esses países investem na educação, que sabem que a prevenção da violência é a única maneira de se diminuir as desigualdades sociais.

Então, parabéns, Professora Dorinha, parabéns, Flávio Arns, meu colega. Vamos defender essa educação e vamos permitir que se possam usar recursos na educação deste país.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão.

**A SRA. TERESA LEITÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em especial a Senadora Dorinha e o Senador Flávio Arns, que estão em regime remoto, é evidente que a emenda apresentada pela Senadora Dorinha, a emenda de Plenário, atenua e ao mesmo tempo explicita melhor os procedimentos a serem tomados quando do afastamento dos estudantes pelas razões citadas no projeto de lei.

Eu tenho uma preocupação, que não vai me levar, de forma nenhuma, a dar um voto contrário, mas eu também não gostaria de passar sem revelar essa preocupação, Senadora Dorinha e Senador Arns.

Uma delas se refere ao afastamento, ou à busca, ou à não busca de creche para essas crianças de até três anos de idade. Se os pais estão doentes e precisam ficar em casa, por que a criança não pode ficar na creche? Ela ficaria afastada da creche?

Segundo, não estou tratando também de impactos orçamentários, porque eu acho, como disse a Senadora Zenaide, que a gente precisa buscar, sim, esses recursos para executar todos os programas – e são muitos os programas –, sobretudo agora, com incrementos importantes que o Governo do Presidente Lula tem trazido para a educação.

Mas me preocupo, e quero deixar isso bem evidenciado aqui, de que esse programa não tenha nenhuma vinculação – o considero um programa emergencial, Professora Dorinha – para determinadas situações, de que ele não faça nenhuma liga com projetos que ficam, vez por outra, nos assustando, como





é o projeto da educação domiciliar.

Tem, inclusive, vários, tramitando aqui no Congresso, que querem afastar do convívio escolar a criança, o jovem, o adolescente, inclusive, Senadora Margareth, aqueles do ensino médio – afastá-los do convívio, afastá-los da prática pedagógica coletiva. Enfim, afastá-los da escola e substituir por uma educação domiciliar retira muito, não só do conteúdo, mas da vivência, que enaltece, que dá significado ao conteúdo pedagógico.

Acho que a emenda, como eu disse, vem em boa hora, Senadora Dorinha, mas estejamos atentos, estejamos sempre monitorando a eficácia deste projeto, porque ele vai precisar também que as redes estaduais, que as redes municipais estejam preparadas para monitorar: comprovações, laudos, enfim, o que o projeto vai requerer, na justeza à qual ele se propõe.

E, depois que a gente teve o exercício e – foi um legado, dos poucos; o único, talvez, para a educação – o legado da educação remota, que a gente possa adequar também os programas do ensino remoto, para esses alunos, ao que está sendo desenvolvido na escola. Aí, eu acho, Senadora, que a emenda de Plenário resolve. Ela resolve, a tempo, essa questão, para você não ter dois ambientes de ensino, o remoto e o presencial.

Mas a minha preocupação sobre as creches permanece.

E, sobretudo: que a gente não dê asas para o projeto de educação domiciliar. Pelo contrário, que a gente corte essas asas para ele não voar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Com a palavra a Senadora Professora Dorinha Seabra, autora do projeto.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Senadora Teresa Leitão, que acabou de se manifestar, Senadora Zenaide, primeiro, eu quero agradecer pela aprovação – na verdade, pelo relatório. Já há aprovação na Comissão de Educação, já passou pela Câmara.

Quero lembrar que em nada o projeto vai se adequar a essa ideia de negar a escola. Ele é destinado àqueles estudantes, de diferentes idades, da educação básica, que é obrigatória. Por isso, não cabe nenhuma restrição orçamentária. A educação básica, na Constituição Federal, já é um direito subjetivo e cabe ao Estado garantir essa educação.

Quero lembrar que o Fundeb remunera esse atendimento, ele vai ser previsto. O maior desenho é para estudantes que estão em situação de... (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Parece-me que houve um problema de conexão da Senadora Professora Dorinha.

Agora retornou.

Senadora Professora Dorinha, houve um problema na sua conexão. Se puder retomar sua fala 20 segundos antes...

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência.*) – Vou retomar. Vou retomar.

Essa ação se destina aos estudantes com problema de frequência, a uma criança que está em tratamento oncológico prolongado, a uma estudante de diferente idade que, de igual forma, não consiga frequentar. É para que ela não tenha, além da dificuldade do tratamento, ainda o prejuízo da frequência. Então, é nesses casos que os sistemas vão organizar.

Quando eu fui Secretária, na minha época, eu criei, dentro do sistema de saúde, nos hospitais, as classes especializadas. Então, eu compreendo a preocupação da Senadora Teresa Leitão: em nada ele pode



se misturar. Mas é, na verdade, a garantia do direito à escola, à educação, ainda que não fisicamente, em casos extremamente necessários. Por isso, cada sistema vai fazer o seu regulamento, vai dizer em que situações, como é que a escola vai acompanhar, vai monitorar as classes nos hospitais de igual forma.

Então, eu peço o apoio. Ao mesmo tempo, essa preocupação é nossa. Nós acreditamos na figura da escola e nesse espaço educativo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e da emenda em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1, de redação.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

**(Parecer nº 116/2024-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Meus cumprimentos à Senadora Professora Dorinha Seabra, autora do projeto quando Deputada Federal, e também ao eminente Relator, Senador Flávio Arns, pelo parecer ora aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

Anuncio o Projeto de Lei 2.248, de 2022, item 3 da pauta (nº 9.990/2018, na Casa de origem), da Deputada Carmen Zanotto, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o direito da criança e do adolescente de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde.

Pareceres favoráveis: nº 21, de 2023, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Leila Barros; e nº 67, de 2024, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Mara Gabrilli, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto em turno único, nos termos dos pareceres.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.



Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o Requerimento nº 530, de 2024, de Líderes, que solicita urgência para o Projeto de Lei 4.731, de 2023, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) móveis e eletrodomésticos da linha branca destinados aos residentes em áreas atingidas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos. **(Vide Item 2.1.2 do Sumário)**

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Requerimento nº 531, de 2024, de Líderes, que solicita urgência para o Projeto de Resolução nº 18, de 2024, que institui a Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana. **(Vide Item 2.1.2 do Sumário)**

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Senador Beto Faro. *(Pausa.)*

Senadora Soraya Thronicke, tem a palavra como oradora.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para discursar.) – Sr. Presidente, caros colegas, servidores, brasileiras e brasileiros, eu venho a esta tribuna hoje expressar a minha preocupação em relação à regulamentação da reforma tributária, primeiramente porque nós tivemos a notícia de que ela será distribuída apenas para a CCJ, considerando-se que o texto-base foi discutido também na CAE. E aí eu tenho que me solidarizar com o Senador Wellington Fagundes, que está montando uma comissão, um grupo especial para análise dessa reforma.

Então, o primeiro apelo que faço, Sr. Presidente, é que passe... A Comissão Temática que vai analisar a questão da tributação é a CAE. A CCJ vai analisar as outras questões, constitucionalidade, etc., mas essa questão precisa ser analisada pela CAE.

Então, é o primeiro apelo que lhe faço.

Eu gostaria de destacar aqui que eu recebi ontem a visita de um grande amigo nosso, Renato Perez, e também do Geraldo Paiva, lá do Mato Grosso do Sul. Ambos estão na Associação Brasileira do Mercado Imobiliário e também no Sindicato da Habitação. É preocupante demais quando a gente percebe que uma reforma que está com 512 artigos – 512 artigos – foi aprovada de forma açodada, em regime de urgência, na Câmara dos Deputados. E o que me causa estranheza, desespero, é ver que... Eu não sei, mas só se tem muitos gênios lá, Senadora Damares, porque, por conseguir ler tudo aquilo, entender tudo aquilo e votar daquela forma, realmente, eu não sei qual é a escola de gênios que frequentaram, mas eu peço que aqui não seja feito dessa forma.

Para vocês terem uma ideia, o setor de habitação, principalmente o de locação, está com um regime privilegiado de redução de alíquota em 60%. Pasmem que, mesmo com essa redução de 60%, no final, o setor vai ter um aumento de 136,22% na locação. Eu vou repetir. Você aí que paga aluguel, você aí que loca imóveis, como uma forma de renda; você aí que tem imobiliária, que trabalha com isso, pois é o pessoal da imobiliária que vai sofrer todos os dias e vai ser, com todo o perdão, xingado, porque o aumento, gente, mesmo com uma redução de 60%, será de 136,22% no aluguel... Então, são questões grotescas como essas que nos causam, assim, estranheza, indignação. Que o Brasil precisa de uma reforma tributária – e precisava – ninguém discute, mas essa reforma, com todo o respeito, é absolutamente indigna. O setor de



serviços vai sofrer.

Outra excrescência é que o ITBI agora vai ser cobrado na hora do contrato. Imagine uma pessoa que compra um imóvel à prestação: pode ocorrer de ela se tornar inadimplente a você, que lhe vendeu um imóvel. Vamos supor que essa pessoa não pagou e você retome o imóvel. E aí? Vão lhe devolver o ITBI que você pagou na assinatura do contrato? Vai virar um tal de contrato de gaveta, gente, com a insegurança jurídica pairando. Que absurdo é esse?! E todo mundo batendo palma! Quem mais vai sofrer batendo palma!

Então, nós temos que parar com essa análise superficial, essa análise pobre, essa análise pífia das questões que realmente importam e vão impactar a vida dos brasileiros.

Eu estou indignada!

E, com essa indignação, eu telefonei ontem para o Senador Eduardo Braga e disse a ele que eu já estou me antecipando com as emendas – e peço que os Senadores também já se antecipem. Ele tentou me acalmar e disse: “Não, Soraya, tem mais 45 dias depois do nosso recesso”. Eu disse a ele: “Eduardo, eu cheguei com a PEC 35, a PEC que construí com Marcos Cintra, com pessoas de renome que entendem do assunto, de uma forma a melhorar a PEC 45 com a PEC 46 e minimizar os danos, e ela não foi lida, porque disseram que ela chegou atrasada!”. Eu consegui coletar as assinaturas da PEC 35, e aí por uma questão de... Eu peço perdão aqui, mas ela poderia ser apensada, poderia ser discutida. Aí não é o mérito que importa. Entenderam? Não é o mérito que estava importando. Sequer leram!

Por isso, eu pedi e vou pedir novamente ao Senador Eduardo Braga que tenha paciência: mesmo se tiver que passar de 45 dias, que a gente resolva os problemas de todos os setores do nosso país, nem que tenhamos que fazer 300 mil penduricalhos! É um absurdo! Cada setor que vem aqui corretamente... E isso não é *lobby*, pois todos os setores que pagam tributos no Brasil e que agem de forma legal têm o direito de vir pleitear as suas necessidades aqui no Congresso Nacional. Aqui é a Casa deles, aqui é a Casa da Federação. Isso é legítimo. Acontece que, com um puxadinho aqui, com um benefício ali para um setor e não para o outro, aí nós vamos cometer injustiças, e não é nada razoável.

E pior. Como essa reforma vai surtir efeitos daqui a alguns anos, eu já ouvi aqui nos corredores – pasmem –: “Ah, se não der certo, a gente muda no meio do caminho”. Eles não vão saber se deu certo, porque ela não vai estar totalmente aplicada, em vigor. Mesmo assim, eles vão votando e vão, de repente, fazendo sei lá o quê aqui: “Ah, não, eu vou arrumar um puxadinho para outro setor”. Então, é algo surreal!

Um país com mais de 210 milhões de habitantes, e as pessoas brincando e incitando a baterem palma e a brigarem, de um lado e de outro.

Pasmem: essa era a forma defendida por Bolsonaro! Quando entrou o Governo Lula, os bolsonaristas viraram contra. E virou uma guerra ideológica.

Isso não são números...

**A Sra. Damares Alves** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora...

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Isso é a vida das pessoas. Números... E não ideologia.

É tão grave, tão chocante, Damares, ver as pessoas aplaudindo e exigindo uma reforma tributária sem ter noção do que é essa reforma!

Eu já vou avisar ao Governo: está difícil demais para engolir. Eu já vou avisar com antecedência, porque, na primeira vez, o Ministro Haddad me ligou, e eu falei: “Ministro, eu tenho uma reforma na minha mão...”

(*Soa a campanha.*)



**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... e fui a única candidata que tinha uma reforma. Eu quero discutir tecnicamente“.

Só um minutinho, Presidente.

Damares, vou dar-lhe o aparte.

Presidente, por favor.

**A Sra. Damares Alves** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Seja generoso, Presidente. São duas mulheres.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ele é.

**A Sra. Damares Alves** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para apartear.) – Soraya, eu quero me somar à sua indignação e às suas preocupações.

Quando olho para você, quando você fala do tema da reforma tributária, eu vejo uma jurista. Às vezes, as pessoas esquecem a nossa história lá fora. É uma mulher que trabalhou com o tema por muitos anos e que sabe o que está falando.

Hoje de manhã, nós tomamos uma decisão na Comissão de Assuntos Econômicos, porque, pelo que me parece, a reforma não ia passar por lá, só na CCJ. Então, tomamos uma decisão, e o nosso Presidente criou um grupo de trabalho.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Estou dentro. Vamos estar juntas.

**A Sra. Damares Alves** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos estar juntas lá, Soraya. E a gente até elegeu, por uma recomendação, o Senador Izalci, porque é um Senador que não vai estar preocupado com o processo eleitoral agora – eu e ele não temos eleições municipais –, mas vamos trabalhar muito nessa Comissão. Não vai ser como estão falando lá fora, não. Aqui é a Casa da serenidade, é a Casa do debate. Nós vamos conversar muito sobre essa reforma. Que o Brasil entenda que o Senado Federal vai lidar com ela com muito zelo e – o recado para o Governo – sem pressa.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Senadora Damares.

Eu vou fazer parte e fico muito feliz, pois, com mulheres, as pessoas geralmente acham que os nossos assuntos se resumem à violência política ou à violência contra a mulher ou apenas à saúde. Não, nós temos condições. A maioria das mulheres é arrimo de família neste país, e nós entendemos. E vamos discutir. Eu tenho eleições, vou tocar no meu estado, mas vou trabalhar, sim.

E o mais importante, Senadora Damares e todos aqueles... Eu aprecio demais, e fiz este apelo para o Presidente Rodrigo Pacheco, a iniciativa do Presidente Vanderlan de fazer esse grupo de trabalho. Quero destacar aqui que, a cada detalhe, nós vamos informar o povo brasileiro, porque o povo brasileiro brasileiro está aplaudindo algo por que, depois, ele vai começar a chorar. Sabe o que nós vamos fazer? O que eu vou dizer? Eu avisei! Eu avisei. Então, nós vamos avisar, e aí quem quiser que aplauda, mas depois não venham chorar.

E ao Governo nós vamos mostrar cada ponto sensível, cada ponto que é absolutamente arrecadatório, que não tem justiça tributária.

Eu quero muito ajudar o país, mas com técnica, com ciência, com números e com informação precisa para os mais de 210 milhões de brasileiros que estão sendo enganados com essa péssima – desculpe-me – reforma tributária.

Obrigada, Senadora Damares.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MG. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Senadora Professora Dorinha Seabra, que também está inscrita. (*Pausa.*)

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa ordinária semipresencial para amanhã, quarta-feira, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 07 minutos.)*





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal  
57ª Legislatura  
2ª Sessão Legislativa Ordinária

104ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas  
Presenças no período: 16/07/2024 07:00:00 até 16/07/2024 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
UNIÃO	AC	Alan Rick	X
MDB	SE	Alessandro Vieira	X
PDT	MA	Ana Paula Lobato	X
UNIÃO	PB	André Amaral	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	X
PSD	MA	Bene Camacho	X
PT	PA	Beto Faro	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X
Podemos	MG	Carlos Viana	X
PSB	RR	Chico Rodrigues	X
PSB	CE	Cid Gomes	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
Republica	MG	Cleitinho	X
Republica	DF	Dameres Alves	X
PSD	PB	Daniella Ribeiro	X
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	X
PP	RR	Dr. Hiran	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X
PL	TO	Eduardo Gomes	X
PP	SC	Esperidião Amin	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X
MDB	PE	Fernando Dueire	X
MDB	AL	Fernando Farias	X
PSB	PR	Flávio Arns	X
PL	RN	Flávio Azevedo	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X
Republica	RS	Hamilton Mourão	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PSD	TO	Irajá	X
PP	RS	Ireneu Orth	X
MDB	SC	Ivete da Silveira	X
PL	DF	Izalci Lucas	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X
PL	RO	Jaime Bagattoli	X
PT	CE	Janaína Farias	X
PT	BA	Jaques Wagner	X
UNIÃO	MT	Jayme Campos	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X
PL	SC	Jorge Seif	X
PSD	PI	Jussara Lima	X
PP	SE	Laércio Oliveira	X
PDT	DF	Leila Barros	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X

Emissão 16/07/2024 20:03:28





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal  
57ª Legislatura  
2ª Sessão Legislativa Ordinária

104ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas  
Presenças no período: 16/07/2024 07:00:00 até 16/07/2024 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSD	SP	Mara Gabrilli	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X
PL	RO	Marcos Rogério	X
PSD	MT	Margareth Buzetti	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X
-	AP	Randolfe Rodrigues	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X
PL	RJ	Romário	X
PL	MT	Rosana Martinelli	X
UNIÃO	PR	Sergio Moro	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
Podemos	MS	Soraya Thronicke	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X
PT	PE	Teresa Leitão	X
PP	MS	Tereza Cristina	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PDT	MA	Weverton	X
PL	GO	Wilder Moraes	X
PSD	RN	Zenaide Maia	X

Compareceram 76 senadores.





# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 104<sup>a</sup> SESSÃO

## EXPEDIENTE

## Comunicações





SENADO FEDERAL

SF/24768.23468-48 (LexEdit)

Ofício nº 33/2024 - GSEGAMA

Em 16 de julho de 2024

**Assunto: Comunicação de afastamento do exercício do mandato.**

Senhor Presidente,

Comunico à Vossa Excelência e ao Plenário, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I da Constituição Federal, o meu afastamento do mandato de Senadora da República, para assumir o cargo de Secretária de Estado Extraordinária da Juventude, a partir do dia 16 de julho de 2024.

Atenciosamente,

**Senadora Eliziane Gama**  
**(PSD - MA)**  
**Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática**





ESTADO DO MARANHÃO

legais, O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições

**RESOLVE**

Nomear ELIZIANE PEREIRA GAMA MELO para o cargo em comissão de Secretário de Estado Extraordinário da Juventude.

DE PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS,  
DE 2024, 203º DA INDEPENDÊNCIA E 136º DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO  
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA  
Secretário-Chefe da Casa Civil

SF/24768.23468-48 (LexEdit)



**COMUNICADO**

Brasília, 9 de julho de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor

**Senador RODRIGO PACHECO**

Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Venho por meio deste comunicar que, por motivos pessoais, não poderei assumir o cargo de Senador da República pelos próximos 90 dias, para o qual fui convocado como primeiro suplente da Senadora Eliziane Gama (PSD/MA).

Solicito a Vossa Excelência, ao tomar ciência desta decisão, providencie as medidas necessárias para o conhecimento da Casa Legislativa e o cumprimento das formalidades regimentais.

Atenciosamente,



**PEDRO FERNANDES RIBEIRO**  
Primeiro Suplente de Senador





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

## COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

### DECLARAÇÃO

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Maranhão - MA, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PSD.

Nome do Parlamentar: BENE CAMACHO

Sala das Sessões, em 16 de Julho de 2024

Bene André Camacho Araújo

Para mais informações, ligar para a Secretaria-Geral da Mesa: (61) 3303-5740 e 3303-4568







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 07 de outubro de 2018, expede DIPLOMA de

**2º SUPLENTE DE SENADOR**  
a  
**BENE ANDRÉ CAMACHO ARAUJO**

eleito pela coligação "TODOS PELO MARANHÃO", por ter obtido 1.539.942 votos, conforme Ata Geral das Eleições.

São Luís - MA, 18 de dezembro de 2018.



Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duzilibe  
Presidente

CÓDIGO VERIFICADOR:  
64454de5af6be900acb45c0612ca1cf3



# Requerimentos





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 530, DE 2024

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 4.731/2023, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

**AUTORIA:** Líder do PT Beto Faro (PT/PA), Líder do PSB Jorge Kajuru (PSB/GO), Líder do PSD Otto Alencar (PSD/BA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 530/2024 [1 de 2]







SENADO FEDERAL

SF/24922.53200-91 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4731/2023, que “isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) móveis e eletrodomésticos da linha branca destinados aos residentes em áreas atingidas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2024.

**Senador Beto Faro**  
**(PT - PA)**  
**Líder do PT**





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 531, DE 2024

Requer urgência para o Projeto de Resolução do Senado n° 18/2024, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Líder do Bloco Parlamentar Aliança Laércio Oliveira (PP/SE), Líder do Bloco Parlamentar Independência Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Líder do PSB Jorge Kajuru (PSB/GO), Líder do PT Beto Faro (PT/PA), Líder do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 531/2024 [1 de 2]



**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PRS 18/2024, que “institui a Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2024.

**Senador Flávio Arns**  
(PSB - PR)

**Senadora Professora Dorinha Seabra**  
(UNIÃO - TO)  
Líder do União Brasil

**Senador Astronauta Marcos Pontes**  
(PL - SP)



## DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

### Projeto de Lei nº 2246/2022





# SENADO FEDERAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 2246, de 2022**, que *"Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	001

TOTAL DE EMENDAS: 1



[Página da matéria](#)



**PL 2246/2022**  
**00001**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete da Senadora Professora Dorinha Seabra

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 2246/2022)**

**(DE REDAÇÃO)**

Art. 1.º Acrescentem-se as expressões “presencial ou remoto” após “e de atendimento”, e “na forma do regulamento,” após “ambiente domiciliar”, no §1º do art. 81-A da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, acrescentado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 2246, de 2022.

Art. 2.º Acrescente-se a expressão “e permanência das” após “continuidade” no §2º do art. 81-A da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, acrescentado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 2246, de 2022.

**JUSTIFICAÇÃO**

As adequações redacionais se mostram necessárias para afastar a interpretação de que o atendimento domiciliar dar-se-ia exclusivamente pelo modo presencial, o que poderia ensejar aumento de gastos para envio de docentes às residências dos estudantes. Com a emenda, resta claro que o atendimento domiciliar nas situações especiais elencadas no projeto pode ocorrer por meio de ferramentas de educação a distância, inclusive com a adoção de técnicas de mediação pedagógica pelo uso de tecnologia.

Sala das sessões, 11 de julho de 2024.

**Senadora Professora Dorinha Seabra**  
**(UNIÃO - TO)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6744250334>





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

## PARECER Nº 115, DE 2024-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.246, de 2022 (PL nº 5.982, de 2016), da Deputada Professora Dorinha Seabra, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

### I – RELATÓRIO

Chega para apreciação em Plenário emenda aposta ao Projeto de Lei (PL) nº 2.246, de 2022 (PL nº 5.982, de 2016), de iniciativa da Deputada Professora Dorinha Seabra, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica.

A proposição foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura em reunião realizada na data de 09/07/2024, ocasião em que aprovado o Requerimento nº 66/2024-CE, de urgência para a matéria.

Na fase de emendamento perante a Mesa, foi apresentada a Emenda nº 1 – PLEN, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, para realizar ajustes redacionais nos §§1º e 2º do art. 81-A da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, acrescentados pelo art. 1º do PL ora em exame.

1

Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabs. 2 e 3– Brasília/DF – CEP 70.165-900

Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6944940143>





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

## II – ANÁLISE

Conforme pontuado no parecer da CE, a matéria reveste-se de grande importância, porque trata das situações especiais de estudantes com dificuldades ou impossibilidade de frequentar os estabelecimentos de ensino.

As três hipóteses de regime educacional especial criadas pelo art. 1º do PL ora em apreciação, mediante inserção de novo artigo 81-A na LDB, são as seguintes: I – estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde ou de condição de saúde que impossibilite o acesso à instituição de ensino; II – mães estudantes lactantes; e III – pais e mães estudantes, cujos filhos tenham até 3 (três) anos de idade.

A adequação redacional apresentada pela autora da matéria, Senadora Professora Dorinha Seabra, faz-se necessária para aperfeiçoar a dicção normativa do §1º do referido art. 81-A, porque nele deixa claro que o atendimento educacional domiciliar poderá ser, nos termos em que definir o regulamento, **tanto na forma presencial**, quando há necessidade de o docente ir à residência do estudante impossibilitado de comparecer às aulas, **quanto pelo formato remoto**, em que o aluno ou aluna realiza atividades de ensino a distância, inclusive pela adoção de técnicas de mediação pedagógica com uso de tecnologia.

Com isso, afastamos a possibilidade de se argumentar que o projeto criaria despesas, porque a hipótese de atividades educacionais a distância elimina os custos com alocação e deslocamento de professores, e já se encontra prevista e praticada, em maior ou menor grau, em todos os nossos sistemas de ensino, principalmente em formato acessório e complementar à educação presencial.

Por último, a emenda redacional apresentada enfatiza que a inclusão no regime especial previsto na proposta é condição não apenas para garantir a continuidade das atividades educacionais, mas também para assegurar a permanência dos estudantes no regime escolar durante todo o

2

Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabs. 2 e 3– Brasília/DF – CEP 70.165-900

Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6944940143>







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

SF/24164.77638-06

período em que subsistirem as dificuldades para frequentar os estabelecimentos de ensino.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.246, de 2022, e da Emenda nº 1 – PLEN, de redação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6944940143>

Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabs. 2 e 3– Brasília/DF – CEP 70.165-900

Fone: (61) 3303-6301 – [sen.flavioarns@senado.leg.br](mailto:sen.flavioarns@senado.leg.br)

**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 116, DE 2024 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 2.246, de 2022 (nº 5.982, de 2016, na Câmara dos Deputados), da Deputada Professora Dorinha Seabra.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 2.246, de 2022 (nº 5.982, de 2016, na Câmara dos Deputados), da Deputada Professora Dorinha Seabra, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)*, a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica, consolidando a Emenda nº 1 – Plen, de redação.

Senado Federal, em 16 de julho de 2024.



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4875398717>



**ANEXO DO PARECER Nº 116, DE 2024 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 2.246, de 2022 (nº 5.982, de 2016, na Câmara dos Deputados), da Deputada Professora Dorinha Seabra.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 81-A:

“Art. 81-A. Os sistemas de ensino estabelecerão, para a educação básica e superior, regime escolar especial para o atendimento a:

I – estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde ou de condição de saúde que impossibilite o acesso à instituição de ensino;

II – mães estudantes lactantes;

III – pais e mães estudantes, cujos filhos tenham até 3 (três) anos de idade.

§ 1º O regime especial de que trata o *caput* deste artigo incluirá a possibilidade de criação de classes hospitalares e de atendimento presencial ou remoto em ambiente domiciliar, na forma de regulamento, enquanto durar o tratamento de saúde, o período de lactância ou a necessidade de atenção à criança de até 3 (três) anos de idade, garantida a avaliação escolar, com as adaptações pedagógicas pertinentes.

§ 2º O acesso ao regime escolar especial será condicionado à comprovação de que o educando se encontra em uma das situações previstas nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo e de que a inclusão no regime especial é condição necessária para garantir a continuidade e



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4875398717>



a permanência de suas atividades escolares, nos termos de regulamento.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4875398717>





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

**P.S 116/2024 - PLEN**

Assinam eletronicamente o documento SF248321532552, em ordem cronológica:

1. Sen. Weverton
2. Sen. Dr. Hiran
3. Sen. Chico Rodrigues
4. Sen. Veneziano Vital do Rêgo
5. Sen. Styvenson Valentim
6. Sen. Mecias de Jesus



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

## Comunicações



Expediente do Senador Humberto Costa, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado Federal, por meio do qual relata participação em missão oficial, nos termos do Requerimento nº 358 de 2024-CDIR.

O Requerimento vai ao Arquivo.





SENADO FEDERAL  
**Secretaria de Comissões**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática - CCT

Ofício n ° 071/2024-SACCT

Brasília-DF, 16 de julho de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunica Eleição de Vice-Presidente da CCT.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a eleição, por aclamação, da Senadora Soraya Thronicke para Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em reunião realizada nesta data.

Atenciosamente,

**Senador Carlos Viana**  
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,  
Inovação e Informática



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1930594286>

Ala Senador Alexandre Costa – Gabinete n° 5 - Subsolo  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-1120 – [cct@senado.leg.br](mailto:cct@senado.leg.br)





Of. 094/2024-GLPODEMOS.

Brasília, em 16 de julho de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho a Vossa Excelência  
informar que estou indicando a Senadora **SORAYA THRONICKE**  
**(PODEMOS/MS)** como titular em substituição ao Senador **RODRIGO**  
**CUNHA (PODEMOS/AL)**, na Comissão de Ciência, Tecnologia,  
Informação e Informática - CCT.

Atenciosamente,

**Senador STYVENSON VALENTIM**  
Líder do Bloco Independência



Assinado eletronicamente, por Sen. Styvenson Valentim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9034812517>



## Encaminhamento de matéria



- Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2023, da Câmara dos Deputados, que *“Impõe aos partidos políticos a obrigatoriedade da aplicação de recursos financeiros para as candidaturas de pessoas pretas e pardas; estabelece parâmetros e condições para regularização e refinanciamento de débitos de partidos políticos; e reforça a imunidade tributária dos partidos políticos conforme previsto na Constituição Federal”*.

A matéria vai à CCJ.



# Ofício do Ministro de Estado da Fazenda



Ofício do Ministro de Estado da Fazenda, nº 44410, de 15 de julho de 2024, em resposta ao Requerimento nº 11, de 2024, de autoria da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor-CTFC.

A requerente foi comunicada e a informação anexada na tramitação do requerimento.

A matéria vai ao Arquivo.



## Pareceres aprovados em Comissão





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 73, DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 2518, de 2021, do Senador Zequinha Marinho, que Dispõe sobre o exercício da profissão de oleiro ou ceramista.

**PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso

**RELATOR:** Senador Plínio Valério

16 de julho de 2024



Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3178279495>



**PARECER Nº , DE 2024**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,  
sobre o Projeto de Lei nº 2.518, de 2021, do Senador  
Zequinha Marinho, que *dispõe sobre o exercício da  
profissão de oleiro ou ceramista*.

Relator: Senador **PLÍNIO VALÉRIO**

**I – RELATÓRIO**

Em exame, nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Projeto de Lei (PL) nº 2.518, de 2021, do Senador Zequinha Marinho, que pretende estabelecer alguns parâmetros e orientações para o exercício da atividade de oleiro e ceramista. São 4 (quatro) os artigos.

O primeiro estabelece a liberdade profissional, em todo o território nacional, para o trabalho em olarias e cerâmicas. O art. 2º, garante que essas funções sejam exercidas, sem prejuízo da competência de outros profissionais e, em quatro incisos, revela em que consistem essas atividades. No art. 3º, o exercício da profissão é facultado aos portadores de diploma e aos que efetivamente exercem a atividade de forma regular, com algum aprendizado, ainda que informal. O art. 4º é a cláusula de vigência.

Segundo o autor, o estabelecimento, em norma legal, de regras para a atividade de oleiro e ceramista é necessária para produzir efeitos importantes no tocante à organização da categoria, à inserção previdenciária e à seguridade social, em sentido mais amplo. A proposta decorre de debates e análises anteriores, relativos ao PLC nº 150, de 2010, do Deputado Wandenkolk Gonçalves. Foram sanados os excessos e os problemas apontados com relação ao texto original e suprimidas as disposições que poderiam conduzir ao entendimento da existência de alguma reserva de mercado. Pretende-se fazer jus ao trabalho desses profissionais e conferir a eles o reconhecimento legal devido.



Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3178279495>





A proposição foi confiada à análise desta CAE, seguindo, posteriormente para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Conforme o art. 99, I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), à CAE cabe explicitamente, analisar o “*aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de comissão e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário*”

Os critérios formais de admissibilidade, constitucionalidade e tecnicidade do projeto foram observados. A matéria não padece, em nosso entendimento, de inconstitucionalidade formal a impedir seu processamento, dado que, seu tema – Direito do Trabalho – pertence à esfera de competência legislativa exclusiva da União Federal e não se situa em qualquer das reservas de iniciativa delineadas pela Constituição.

Em decorrência, temos que, iniciada por Parlamentar, a matéria não enfrenta impedimento quanto a seu processamento. Não se trata, ademais, de matéria reservada a Lei Complementar, sendo adequada sua apresentação como projeto de lei ordinária.

Com relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei atende aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Ainda mais, observe-se que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e as finanças públicas. Indiretamente pode aumentar contribuições tributárias e previdenciárias, em sentido positivo, com inclusão de cidadãos nos sistemas. A proposição não cria despesa nem afeta a receita da União, sendo completamente neutra sob esse aspecto.

Quanto ao mérito, propriamente dito, entendemos que a proposição merece ser aprovada. Ceramistas e oleiros, embora classificados na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, como 7523-05 (Ceramistas) e



mr2024-06476

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3178279495>



8281-05 (Fabricantes de Telhas) e 8281-10 (Fabricantes de Tijolos), além de outros que exerçam atividades relacionadas ou associadas aos produtos de nosso solo ou natureza, merecem um suporte legal e regulamentar para o exercício dessas modalidades industriais ou artesanais.

Certamente eles precisam se organizar para difundir conhecimento, divulgar seus produtos e promover formas de aprendizado. Só para exemplificar, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Produção Industrial), permite a concessão de selos para identificar denominações de origem para diversos produtos, cujas origens também podem ser controladas. Há, também, normas ambientais minuciosas que precisam ser observadas para a exploração sustentável dessas fontes naturais.

A cerâmica marajoara é amplamente conhecida e associada ao turismo, assim como os Cristais de Murano, vendidos em Veneza-ITA. Muitos destinos turísticos oferecem obras elaboradas com as diversas variedades de argila ou de barro encontradas nas respectivas regiões. Esses produtos revelam as ricas cultura, história e folclore do Brasil, que tanto atraem viajantes nacionais e internacionais, além das habilidades específicas dos artesões e industriais instalados nessas localidades.

Trata-se da combinação dos conhecimentos ancestrais com novas abordagens técnicas e científicas. São fontes de renda para descendentes das populações indígenas e quilombolas, entre outros. E, sobretudo, são uma oportunidade de futuro para a maximização da qualidade e da quantidade da produção.

Num mundo cada vez mais plástico e não reciclável, há que oferecer alternativas para a construção e mobiliário, preferencialmente artesanais, das residências e estabelecimentos comerciais e industriais. Até os arquitetos e engenheiros precisam de tijolos e telhas de alta qualidade para a montagem de obras de alto padrão. Não se trata apenas de buscar materiais mais baratos para casas populares. Até os cidadãos de baixa renda precisam de durabilidade, permanência e conforto.

Finalmente, os oleiros e ceramistas precisam ser valorizados e reconhecidos. Criando mercados, divulgando arte e beleza e atraindo turistas eles acabarão por gerar mais empregos. Dificilmente um viajante deixará de levar um exemplar dos objetos oferecidos. Em tempos de empregos precários, mal remunerados, insalubres e com efeitos negativos sobre a sanidade mental dos trabalhadores, o trabalho com cerâmica e olaria pode unir as famílias,



mr2024-06476

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3178279495>



5  
4

SF/24972.35719-38

garantir a transmissão de conhecimento de pai para filho e de novas abordagens e ideias de filhos para pais.

### III – VOTO

Por todas essas razões, opinamos pela aprovação do PL 2.518, de 2021, na integralidade de seu texto, que decorre de estudos anteriores e faz jus aos profissionais desse ramo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



mr2024-06476

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3178279495>





6

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

29ª, Ordinária - Semipresencial

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALAN RICK	PRESENTE	1. SERGIO MORO	PRESENTE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. ANDRÉ AMARAL	
RODRIGO CUNHA		3. DAVI ALCOLUMBRE	
EDUARDO BRAGA		4. JADER BARBALHO	PRESENTE
RENAN CALHEIROS		5. GIORDANO	
FERNANDO FARIAS		6. FERNANDO DUEIRE	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	7. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
CARLOS VIANA	PRESENTE	8. WEVERTON	
CID GOMES		9. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE
IRAJÁ		2. MARGARETH BUZETTI	PRESENTE
OTTO ALENCAR		3. NELSON TRAD	
OMAR AZIZ	PRESENTE	4. LUCAS BARRETO	PRESENTE
ANGELO CORONEL		5. ALESSANDRO VIEIRA	
ROGÉRIO CARVALHO		6. PAULO PAIM	PRESENTE
JANAÍNA FARIAS	PRESENTE	7. HUMBERTO COSTA	
TERESA LEITÃO		8. JACQUES WAGNER	PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO		9. DANIELLA RIBEIRO	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	10. FLÁVIO ARNS	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROSANA MARTINELLI	PRESENTE	1. JAIME BAGATTOLI	
FLAVIO AZEVEDO	PRESENTE	2. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE
WILDER MORAIS	PRESENTE	3. MAGNO MALTA	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	4. ROMÁRIO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	2. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. DAMARES ALVES	PRESENTE

Não Membros Presentes

DR. HIRAN



12:25:20  
Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3178279495>



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 2518/2021)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL À MATÉRIA.

16 de julho de 2024

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3178279495>





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 74, DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 5078, de 2019, do Senador Marcos do Val, que Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para garantir a execução orçamentária e financeira das programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

**PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso

**RELATOR:** Senador Izalci Lucas

16 de julho de 2024



Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4555472806>





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/24957.78707-08

**PARECER Nº , DE 2024**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 5078, de 2019, do Senador Marcos do Val, que *altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para garantir a execução orçamentária e financeira das programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT*.

Relator: Senador **IZALCI LUCAS**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 5078, de 2019, de autoria do Senador Marcos do Val, que retira a possibilidade de limitação de empenho ou imposição de quaisquer limites à programação financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), exceto em caso de frustração de arrecadação.

O artigo 1º da Proposição visa modificar o artigo 11 da Lei nº 11.540, de 2007, adicionando-lhe dois parágrafos. O primeiro estabelece que as dotações orçamentárias dos programas do FNDCT não estarão sujeitas à limitação de empenho prevista no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O segundo parágrafo proíbe a imposição de quaisquer limites à execução da programação financeira das fontes vinculadas do FNDCT, exceto em caso de frustração na arrecadação das receitas correspondentes, e a alocação orçamentária dos valores provenientes dessas fontes em reservas de contingência de natureza primária ou financeira. Em resumo, a proposta busca impedir o contingenciamento dos recursos do FNDCT.



Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4555472806>





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/24957.78707-08

O artigo 2º é a cláusula de vigência. A lei em que vier a se transformar o PL terá vigência imediata.

Na justificativa da matéria, o autor destaca que a Constituição Federal, no seu art. nº 218, estabelece que a pesquisa científica deve receber tratamento prioritário do Estado, visando o desenvolvimento dos sistemas produtivos nacional e regional. O FNDCT foi criado para cumprir esse objetivo, porém os frequentes contingenciamentos de recursos do fundo têm prejudicado as políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Por isso, propõe que os recursos do FNDCT não sejam sujeitos a contingenciamentos, reconhecendo sua importância como prioridade permanente do país.

A matéria foi distribuída à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que decidirá em caráter terminativo. Em 1º de dezembro de 2022, a CCT aprovou parecer do Senador Jean Paul Prates pelo arquivamento do projeto, na forma do parecer (SF) nº 116, de 2022.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 97 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Assuntos Econômicos analisar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

A matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada há que se oponha à matéria, não havendo, portanto, óbices capazes de impedir sua aprovação.

Pode-se argumentar que a proposta traga impacto econômico-financeiro para a União, dado que, em momentos de dificuldade fiscal que não sejam fruto de frustração de receitas, o Poder Executivo não poderá contingenciar os recursos do FNDCT, tendo que contingenciar outras despesas para acomodar os



Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4555472806>







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/24957.78707-08

gastos do fundo. No entanto, como a proposta altera apenas as regras de contingenciamento, sem qualquer alteração nas metas fiscais, não se torna necessário verificar o atendimento do disposto na legislação sobre finanças públicas, em especial, das restrições impostas pela LRF para políticas que impliquem renúncia de receitas ou aumento de despesas.

Quanto ao mérito, concordo com a proposição, pois a inovação é um grande motor para gerar ciclos virtuosos na economia e contribuir para o combate a problemas fiscais pelo lado da receita. Cercear projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação é limitar o principal fator gerador de crescimento econômico e de redução da pobreza no longo prazo, que é a evolução tecnológica.

Entendo, no entanto, que a Lei Complementar nº 177, de 2021, de nossa autoria (PLP nº 135, de 2020), já alterou a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), vedando a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

A referida lei alterou também a Lei nº 11.540, de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do FNDCT, e incluiu novos beneficiários dos recursos do fundo.

Ou seja, legislação em teor semelhante já foi aprovada por esta Casa, de forma que não se faz necessário o prosseguimento da matéria.

### III – VOTO

Conforme o exposto, o voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 5078, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4555472806>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

29ª, Ordinária - Semipresencial  
Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALAN RICK	PRESENTE	1. SERGIO MORO	PRESENTE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. ANDRÉ AMARAL	
RODRIGO CUNHA		3. DAVI ALCOLUMBRE	
EDUARDO BRAGA		4. JADER BARBALHO	PRESENTE
RENAN CALHEIROS		5. GIORDANO	
FERNANDO FARIAS		6. FERNANDO DUEIRE	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	7. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
CARLOS VIANA	PRESENTE	8. WEVERTON	
CID GOMES		9. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE
IRAJÁ		2. MARGARETH BUZETTI	PRESENTE
OTTO ALENCAR		3. NELSON TRAD	
OMAR AZIZ	PRESENTE	4. LUCAS BARRETO	PRESENTE
ANGELO CORONEL		5. ALESSANDRO VIEIRA	
ROGÉRIO CARVALHO		6. PAULO PAIM	PRESENTE
JANAÍNA FARIAS	PRESENTE	7. HUMBERTO COSTA	
TERESA LEITÃO		8. JACQUES WAGNER	PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO		9. DANIELLA RIBEIRO	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	10. FLÁVIO ARNS	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROSANA MARTINELLI	PRESENTE	1. JAIME BAGATTOLI	
FLAVIO AZEVEDO	PRESENTE	2. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE
WILDER MORAIS	PRESENTE	3. MAGNO MALTA	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	4. ROMÁRIO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	2. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. DAMARES ALVES	PRESENTE

Não Membros Presentes

DR. HIRAN



12:12:25:20  
Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4555472806>



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Pelo arquivamento do PL 5078/2019

Comissão de Assuntos Econômicos - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALAN RICK	X			1. SERGIO MORO			
PROFESSORA DORINHA SEABRA				2. ANDRÉ AMARAL			
RODRIGO CUNHA				3. DAVI ALCOLUMBRE			
EDUARDO BRAGA				4. JADER BARBALHO			
RENAN CALHEIROS				5. GIORDANO			
FERNANDO FARIAS				6. FERNANDO DUEIRE			
ORIOVISTO GUIMARÃES		X		7. SORAYA THRONICKE			
CARLOS VIANA				8. WEVERTON			
CID GOMES				9. PLÍNIO VALÉRIO		X	
IZALCI LUCAS		X		10. RANDOLFE RODRIGUES			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VANDERLAN CARDOSO				1. JORGE KAJURU			
IRAJÁ				2. MARGARETH BUZETTI		X	
OTTO ALENCAR				3. NELSONHO TRAD			
OMAR AZIZ				4. LUCAS BARRETO		X	
ANGELO CORONEL				5. ALESSANDRO VIEIRA			
ROGERIO CARVALHO				6. PAULO PAIM		X	
JANAINA FARIAS		X		7. HUMBERTO COSTA			
TERESA LEITÃO				8. JAQUES WAGNER			
SÉRGIO PETECÃO				9. DANIELLA RIBEIRO			
ZENAIDE MAIA				10. FLÁVIO ARNS			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROSANA MARTINELLI		X		1. JAIME BAGATTOLI			
FLAVIO AZEVEDO		X		2. FLÁVIO BOLSONARO			
WILDER MORAIS		X		3. MAGNO MALTA			
EDUARDO GOMES				4. ROMÁRIO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CIRO NOGUEIRA				1. ESPERIDIÃO AMIN		X	
TEREZA CRISTINA		X		2. LAÉRCIO OLIVEIRA			
MECIAS DE JESUS		X		3. DAMARES ALVES			

Quórum: TOTAL 15  
Votação: TOTAL 14 SIM 1 NÃO 13 ABSTENÇÃO 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 16/07/2024  
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Vanderlan Cardoso  
Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso  
MISSUES - 1010772024 13.00.00  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4555472806>



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 5078/2019)**

A COMISSÃO REJEITA O PROJETO POR 13 (TREZE) VOTOS CONTRÁRIOS, 01 (UM) VOTO FAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO.

16 de julho de 2024

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4555472806>



# Projetos de Lei





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2903, DE 2024

Altera a lei orgânica do SUS, Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para tornar obrigatório que a rede pública de saúde com mais de vinte e cinco mil habitantes disponha de soro antiofídico.

**AUTORIA:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2903/2024 [1 de 4]



PROJETO DE LEI Nº, DE 2024

Altera a lei orgânica do SUS lei 8080, de 19 de setembro de 1990, para torna obrigatório que a rede pública de saúde com mais de vinte e cinco mil habitantes disponha de soro antiofídico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O artigo 15 da lei 8080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 15 .....  
.....

XXII –A rede pública de saúde com mais de vinte e cinco mil habitantes disponibilizará soro antiofídico.

Parágrafo único “Regulamento estabelecerá os critérios para definição do tipo de soro antiofídico a ser disponibilizado em cada município. (NR).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os acidentes ofídicos, no Brasil, são frequentes e potencialmente graves. A chance de recuperação da vítima de ofidismo depende sobretudo da tempestividade do início do tratamento e da disponibilidade imediata de soros antiofídicos nas unidades de saúde.



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1531878481>

Avulso do PL 2903/2024 [2 de 4]



Esses acidentes, muitas vezes, ocorrem em regiões distantes dos grandes centros urbanos. Nesses locais, a rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS), com frequência, não dispõe de soro antiofídico para infusão endovenosa imediata. Infelizmente, o desabastecimento de soro antiofídico é um problema no Brasil, apontado amiúde pela imprensa, por membros do Ministério Público e por parlamentares das várias Casas Legislativas do País.

De fato, essa situação compromete decisivamente o prognóstico dos pacientes vítimas das picadas de serpentes peçonhentas existentes no Brasil. Portanto, muitas pessoas podem ter evolução clínica muito grave – inclusive com risco de óbito – por não terem acesso tempestivo ao tratamento com o soro específico, qual seja o antibotrópico, o anticrotálico o antilaquético ou o antielapídico.

Diante disso, apresentamos projeto de lei para tornar obrigatório que a rede pública de saúde de municípios com população superior a vinte e cinco mil habitantes disponha de soro antiofídico, na forma do regulamento.

Esperamos que essa medida corrija as falhas de abastecimento desse importante imunobiológico e permita que se consolide uma distribuição estratégica do produto, de modo a efetivamente prover todas as regiões do território nacional.

Sala das Sessões,

Senador Carlos Viana.



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1531878481>

Avulso do PL 2903/2024 [3 de 4]





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde (1990) - 8080/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8080>

- art15

Avulso do PL 2903/2024 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2904, DE 2024

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para a introdução não autorizada de espécime animal no País, e sua aplicação em dobro, no caso de animal peçonhento ou predador carnívoro que cause risco à vida humana.

**AUTORIA:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2904/2024 [1 de 4]



## PROJETO DE LEI Nº, DE 2024

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para a introdução não autorizada de espécime animal no País, e sua aplicação em dobro, no caso de animal peçonhento ou predador carnívoro que cause risco à vida humana.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art.31.....

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o animal for peçonhento ou predador carnívoro que cause risco à vida humana, a pena será aplicada em dobro.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A notícia de que um estudante foi picado por uma serpente naja que ele próprio criava, traz um debate sobre o tamanho do perigo que é ter uma espécie que não é do nosso país, trazida para cá. A serpente é de uma espécie alienígena que, além de colocar em risco a fauna brasileira, traz risco à vida humana, pois não há no País disponibilidade de soro antiofídico específico.

No caso do estudante picado pela naja, foi necessário importar o soro para evitar a sua morte.



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5544109869>

Avulso do PL 2904/2024 [2 de 4]



O Instituto Butantan, em São Paulo, tem expertise apenas na produção do soro antiofídico de cobras peçonhentas encontradas no Brasil: soro anticrotálico, para picadas de cascavel; antibotrópico, para as de jararaca e antielapídico, para picadas de coral.

O risco à vida humana ocorre também quando há introdução de espécie predatória, como tubarões, crocodilos e felinos de grande porte.

A Lei de Crimes Ambientais, todavia, pune com mera detenção a conduta introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.

Diante disso, este projeto é no sentido de estabelecer pena de reclusão, que será aplicada em dobro, no caso de animal peçonhento ou predador carnívoro que ponha em risco a vida humana.

Clamo, então, que os ilustres Parlamentares votem pela aprovação do projeto.

Sala das Sessões,

Senador Carlos Viana.



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5544109869>

Avulso do PL 2904/2024 [3 de 4]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais (1998) - 9605/98

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>

- art31

Avulso do PL 2904/2024 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2905, DE 2024

Cria a Agência Nacional de Proteção e Defesa Civil e institui o Programa de Auxílio a Vítimas de Desastres.

**AUTORIA:** Senador Wilder Moraes (PL/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2905/2024 [1 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Moraes

SF/24739.30405-61

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Cria a Agência Nacional de Proteção e Defesa Civil e institui o Programa de Auxílio a Vítimas de Desastres.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei cria a Agência Nacional de Proteção e Defesa Civil - ANDEC, estabelece suas competências e institui o Programa de Auxílio a Vítimas de Desastres - PVD.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, utilizam-se as definições do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

### CAPÍTULO I – DA AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

**Art. 3º** Fica criada a Agência Nacional de Proteção e Defesa Civil - ANDEC, autarquia especial vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, entidade central e coordenadora do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e dotada de autonomia administrativa e financeira, à qual compete:

I - coordenar o SINPDEC;

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Moraes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [2 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Morais

II - prestar apoio técnico ao SINPDEC;

III - articular com os órgãos e as entidades federais para a execução das ações de gerenciamento de riscos e de desastres no âmbito do SINPDEC;

IV - coordenar a resposta federal a desastres, fornecendo recursos e apoio técnico para governos municipais, distrital e estaduais;

V - em parceria com governos estaduais, distrital e municipais, por meio de treinamentos, exercícios e desenvolvimento de planos de resposta, planejar e preparar o enfrentamento a desastres;

VI - oferecer assistência financeira e técnica para auxiliar comunidades a se recuperarem após um desastre, inclusive subsídios para financiar habitação temporária, reparos domésticos e outras necessidades essenciais, bem como empréstimos subsidiados;

VII - implementar programas para reduzir o impacto de futuros desastres, tais como os destinados ao financiamento de melhorias de infraestrutura e à promoção de campanhas de conscientização pública.

*Parágrafo único.* Além das competências definidas nesta Lei, a ANDEC exercerá as competências conferidas à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, sem prejuízo de outras igualmente definidas em lei, na forma do regulamento.

**Art. 4º** No prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da sua instalação, a ANDEC constituirá o seu quadro próprio de pessoal, por meio da realização de concurso público de provas ou de provas e títulos.

**Art. 5º** Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses subsequentes à sua instalação, a ANDEC poderá requisitar, com ônus, servidores e empregados de órgãos e entidades integrantes da administração pública.

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Morais

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [3 de 17]







**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Moraes

§ 1º Transcorrido o prazo a que se refere o *caput*, somente serão cedidos para a ANDEC servidores por ela requisitados para o exercício de cargos em comissão.

§ 2º Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses subsequentes à sua instalação, a ANDEC poderá complementar a remuneração do servidor ou empregado público requisitado, até o limite da remuneração do cargo efetivo ou emprego permanente ocupado no órgão ou na entidade de origem, quando a requisição implicar redução dessa remuneração.

**Art. 6º** A ANDEC poderá efetuar, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e observado o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, contratação por tempo determinado, pelo prazo de 12 (doze) meses contados de sua instalação, do pessoal técnico imprescindível ao exercício de suas competências institucionais.

§ 1º A contratação de que trata o *caput* poderá ser prorrogada, desde que sua duração total não ultrapasse o termo final da autorização de que trata o *caput*.

§ 2º A remuneração do pessoal contratado temporariamente, terá como referência os valores definidos em ato conjunto da Agência e do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

§ 3º Aplica-se ao pessoal contratado temporariamente pela Agência, o disposto nos arts. 5º e 6º, nos §§ 1º e 2º do art. 7º e nos arts. 8º, 9º, 10, 11, 12 e 16 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - transferir para a ANDEC os acervos técnico e patrimonial, as obrigações e os direitos do órgão que esteja exercendo as funções de órgão central do SINDPEC na data de publicação desta Lei, bem como aqueles correspondentes a outras atividades atribuídas à Agência;

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Moraes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [4 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Morais

SF/24739.30405-61

II - remanejar, transpor, transferir, ou utilizar, a partir da instalação da ANDEC, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2024, consignadas ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, referentes às atribuições transferidas para aquela autarquia, mantida a mesma classificação orçamentária, expressa por categoria de programação em seu menor nível, observado o disposto nos §§ 1º a 8º do art. 5º da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

**Art. 8º** Na primeira gestão da ANDEC, um diretor terá mandato de 2 (dois) anos, um de 3 (três) anos, um de 4 (quatro) anos e um de 5 (cinco) anos, para implementar o sistema de mandatos não coincidentes.

**Art. 9º** Cabe à Advocacia-Geral da União a representação nos processos judiciais em que a ANDEC seja parte ou interessada, até a implantação da sua Procuradoria-Geral.

*Parágrafo único.* O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por intermédio de sua Consultoria Jurídica, promoverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da vigência desta Lei, levantamento dos processos judiciais em curso envolvendo matéria cuja competência tenha sido transferida para a ANDEC, a qual o substituirá nos respectivos processos.

**Art. 10.** A instalação da ANDEC dar-se-á em até 120 (cento e vinte) dias da vigência desta Lei e o início do exercício de suas competências a partir da publicação de sua estrutura regimental, em ato do Presidente da República.

## **CAPÍTULO II – DO PROGRAMA DE AUXÍLIO A VÍTIMAS DE DESASTRES**

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Morais

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [5 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Morais

**Art. 11.** Fica instituído o Programa de Auxílio a Vítimas de Desastres - PVD, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

**Art. 12.** O PVD destina-se a prover, por até 12 (doze) meses, subsistência de pessoas desabrigadas ou desalojadas por desastres, com a transferência direta e condicionada de renda e será implementado na forma estabelecida nesta Lei e em seus regulamentos.

*Parágrafo único.* Para receber o benefício de que trata o *caput*, a pessoa deve habilitar-se no PVD, conforme regulamento.

**Art. 13.** A transferência direta de renda de que trata o art. 12 será feita por meio de crédito no Cartão de Auxílio a Vítimas de Desastres - CVD, de assistência social e que somente poderá ser utilizado para compra de alimentos, produtos de limpeza e de higiene junto a empresas previamente credenciadas na forma do art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 14.** Os critérios, os parâmetros, os mecanismos e os procedimentos para adequação do benefício do PVD serão estabelecidos nesta Lei e em seus regulamentos, e poderão variar de acordo com as características do desastre.

**Art. 15.** É elegível para o PVD a pessoa desabrigada ou desalojada por desastre que, na forma do regulamento, tenha se cadastrado junto ao respectivo Município como por ele atingida.

*Parágrafo único.* Ao se cadastrar, a pessoa declarará expressamente ter sido atingida pelo desastre, identificando-o, e que, por isso, teve sua renda comprometida de modo a não ser capaz de prover a própria subsistência.

**Art. 16.** O benefício do PVD:

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Morais

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [6 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Morais

SF/24739.30405-61

I - terá o valor definido caso a caso, por ato do Presidente da República, levando-se em conta as peculiaridades do desastre e da localidade atingida, bem como a situação financeiro-orçamentária da União;

II - pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, será creditado mensal e diretamente no CVD do beneficiário pelo mesmo agente pagador do Programa Bolsa Família, na forma estabelecida em regulamento;

III - poderá ser pago a membros da mesma família, desde que individualmente se enquadrem nos parâmetros estabelecidos.

§ 1º Ato do Poder Executivo poderá prorrogar, uma única vez, o pagamento do benefício por mais 6 (seis) meses, também consecutivos, desde que comprovada a imperatividade da medida para a subsistência do beneficiário.

§ 2º O ato de que trata o § 1º poderá abranger grupo determinado de pessoas, desde que o fundamento para o recebimento do benefício tenha sido o mesmo desastre.

**Art. 17.** Reverterão à Conta Única do Tesouro Nacional os créditos:

I - de benefícios disponibilizados indevidamente; e

II - de benefícios creditados no CVD e não utilizados por 6 (seis) meses ou mais, na forma estabelecida em regulamento.

**Art. 18.** A identificação dos beneficiários do PVD será realizada, preferencialmente, por meio do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Morais

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [7 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Morais

*Parágrafo único.* Caso não seja possível a identificação do beneficiário por meio do CPF, ato do Poder Executivo federal disporá sobre a utilização de documentos alternativos a ele, como o Número de Identificação Social (NIS) e o Registro Administrativo de Nascimento do Indígena (Rani), para fins de identificação das pessoas registradas no CadÚnico.

**Art. 19.** As despesas do PVD serão custeadas por recursos a ele alocados e por outros recursos financeiros de fontes nacionais e internacionais destinados à sua implementação, a serem aplicados na forma prevista na legislação específica e em conformidade com as dotações e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

**Art. 20.** O Poder Executivo federal compatibilizará a quantidade de beneficiários do PVD com as dotações orçamentárias disponíveis.

**Art. 21.** Enquanto não houver a alocação de recursos orçamentários para o PVD, fica autorizada a utilização das dotações disponíveis no Programa Bolsa Família para custeá-lo.

**Art. 22.** A execução e a gestão do PVD são públicas e governamentais e ocorrerão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federativos, observados a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

*Parágrafo único.* A execução e a gestão descentralizadas a que se refere o *caput* serão implementadas por meio de adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao PVD, realizada na forma estabelecida em regulamento.

**Art. 23.** A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federativos que aderirem ao PVD, recursos para apoio financeiro às ações de execução e de gestão descentralizadas do Programa, na forma estabelecida em regulamento.

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Morais

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [8 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Morais

SF/24739.30405-61

**Art. 24.** Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa de Auxílio a Vítimas de Desastres (IGVD), a ser utilizado em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados em ato do Poder Executivo federal, e que se destina a:

I - aferir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação da gestão estadual, distrital ou municipal, na execução dos procedimentos de:

- a) cadastramento e atualização cadastral;
- b) aprimoramento da qualidade cadastral;
- c) gestão do PVD;
- d) acompanhamento de condicionalidades;
- e) articulação intersetorial; e
- f) implementação das ações de desenvolvimento das pessoas beneficiárias;

II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do PVD; e

III - calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federativos a título de apoio financeiro.

**Art. 25.** Sem prejuízo das competências do controle interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União, a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, que passa a se chamar Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família, do PVD e do CadÚnico, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Morais

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [9 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Moraes

Social, Família e Combate à Fome, exercerá fiscalização sobre a destinação e aplicação dos recursos do PVD, na forma estabelecida em regulamento.

**Art. 26.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aderirem ao PVD submeterão suas prestações de contas aos respectivos conselhos de assistência social e, na hipótese de não aprovação, os recursos transferidos na forma prevista nos arts. 23 e 24 serão restituídos pelo ente federativo ao respectivo fundo de assistência social, na forma estabelecida em regulamento.

**Art. 27.** Para a execução do disposto neste Capítulo, ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - os procedimentos e as condições necessários à adesão ao PVD, incluídas as obrigações dos entes federativos;

II - os instrumentos, os parâmetros e os procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e

III - os procedimentos e os instrumentos de controle e acompanhamento da execução do PVD pelos entes federativos.

**Art. 28.** Os resultados obtidos pelo ente federativo na gestão do PVD, aferidos na forma prevista no inciso I do art. 24, serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos.

*Parágrafo único.* Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas aos respectivos conselhos de assistência social e, na hipótese de não aprovação, os recursos transferidos na forma prevista nos arts. 23 e 24 serão restituídos pelo ente federativo ao respectivo fundo de assistência social, na forma estabelecida em regulamento.

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Moraes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [10 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Morais

SF/24739.30405-61

**Art. 29.** O montante dos recursos de que trata o art. 23 não excederá a 1% (um por cento) da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do PVD.

*Parágrafo único.* Ato do Poder Executivo federal estabelecerá os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federativo.

**Art. 30.** O controle e a participação social no PVD serão realizados, em âmbito local, pelo conselho de assistência social.

**Art. 31.** Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos benefícios do PVD, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º As informações a que se refere o *caput* serão divulgadas em meio eletrônico de acesso público.

§ 2º Poderão ser adotadas ações que ampliem o diálogo da gestão do PVD com as pessoas beneficiárias e com a rede que lhes presta atendimento, facilitando o acesso a informações, orientações e normas aplicáveis, na forma do regulamento.

§ 3º Serão disponibilizados sistemas de informação *on-line*, canais nas redes sociais, páginas governamentais na internet, dentre outros meios, sobre as ações de gestão do PVD, incluídas as informações de que trata o § 2º.

**Art. 32.** Sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis, e observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o responsável familiar que, ao registrar dados, dolosamente prestar informação falsa que resulte no ingresso ou na permanência como beneficiário do PVD, deverá ressarcir ao erário os valores recebidos a título de benefícios financeiros do Programa.

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II – CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Morais

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [11 de 17]







**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Moraes

§ 1º A notificação para o ressarcimento de que trata o *caput* deste artigo poderá ser realizada pelos seguintes meios, sem prejuízo de outros que possam ser estabelecidos em regulamento:

I - meio eletrônico;

II - serviço de mensagens curtas (*short message service* - SMS);

III - rede bancária;

IV - via postal, considerado o endereço do beneficiário constante do cadastro, hipótese em que o aviso de recebimento será considerado prova suficiente de notificação;

V - pessoalmente, quando entregue ao beneficiário em mão, desde que haja registro da notificação; ou

VI - edital, quando o beneficiário não for localizado, após a notificação realizada pelos meios previstos nos incisos I, II, III, IV e V do *caput* deste parágrafo.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - as condições e os valores mínimos para a cobrança de ressarcimento a que se refere o *caput* deste artigo;

II - as formas de notificação previstas nos incisos I, II e III do § 1º;  
e

III - os prazos, as etapas e os procedimentos necessários ao processo de ressarcimento.

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Moraes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [12 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Moraes

SF/24739.30405-61

§ 3º Para fins de ressarcimento, será considerado o valor original do débito atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

§ 4º Nas hipóteses de denúncia ou de constatação de indício de fraude cometida por agente público durante a inscrição do beneficiário, as informações serão enviadas para apuração da autoridade policial competente.

**Art. 33.** Os valores não restituídos, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, serão inscritos em dívida ativa da União, na forma prevista na legislação aplicável.

### **CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 34.** O art. 11 da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 11.** O SINPDEC será gerido pelos seguintes órgãos e entidades:

.....

.....

II - Agência Nacional de Proteção e Defesa Civil - ANDEC, coordenadora do sistema;

..... (NR)”

**Art. 35.** Ato do Poder Executivo federal regulamentará o disposto nesta Lei.

**Art. 36.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Moraes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [13 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Moraes

## JUSTIFICAÇÃO

As enchentes que recentemente acometeram o Rio Grande do Sul evidenciaram de forma indelével o despreparo do Estado brasileiro na prevenção e mitigação coordenada, efetiva e sinérgica dos efeitos que desastres de grandes proporções causam para a população, seus bens e para a atividade produtiva.

Havia inúmeros alertas e evidências a mostrar a magnitude do que estava por vir, mas, mesmo assim, a estrutura da defesa civil nacional quedou-se inerte. Havia elementos suficientes para que, ao menos, se iniciasse a adoção de medidas preventivas e mitigadoras dos possíveis danos que adviriam. Ainda depois de as volumosas chuvas despencarem sobre os gaúchos, e com o prenúncio de que haveria imensos alagamentos em parcela significativa do estado sulista, as ações adotadas pelo governo federal foram tímidas e descoordenadas.

Este projeto de lei dedica-se a criar uma agência executiva brasileira – federal, mas de atuação nacional – nos moldes da *Federal Emergency Management Agency* (FEMA), agência americana que tem como missão ajudar as pessoas atingidas por desastres. Percebe-se, assim, a dimensão da atuação que pretendemos dar à entidade que denominamos Agência Nacional de Proteção e Defesa Civil (ANDEC). Suas funções serão muito mais complexas e amplas do que a da atual defesa civil. A entidade assumirá competências definidas na nova lei, as funções da atual Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), bem como outras que futuramente lhe venham a ser cometidas por lei.

Assim como a SEDEC, a ANDEC terá vínculo com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR), mas com perfil diferente. Enquanto a Secretaria é um órgão do Ministério, dependente de ordens do ministro, a quem é hierarquicamente subordinada, a Agência será uma entidade com personalidade jurídica própria, comandada por diretoria com mandato e estabilidade, dedicada ao exercício de funções executivas e dotada

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Moraes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [14 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Morais

SF/24739.30405-61

de autonomia administrativa e financeira, e que guardará relação de coordenação com o MDR. A ANDEC atuará como entidade central e coordenadora do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). Esta configuração permitirá mais flexibilidade, agilidade e independência para que se tomem decisões tão necessárias quanto urgentes que desastres, de causas naturais ou não, nos exigem.

A Agência terá atribuições de planejamento e preparação para enfrentamento a desastres, devendo trabalhar com governos locais, estaduais e municipais para se preparar para desastres por meio de treinamentos, exercícios e desenvolvimento de planos de resposta. A ANDEC coordenará a resposta federal a desastres, fornecendo recursos e apoio técnico para governos municipais e estaduais.

Também estará a cargo da entidade prover assistência financeira e técnica para ajudar comunidades a se recuperarem após um desastre. Isso inclui subsídios para habitação temporária, empréstimos subsidiados, reparos domésticos e outras necessidades essenciais.

Não se pode esquecer do aspecto da mitigação dos impactos atuais e futuros. A ANDEC deverá implementar programas para reduzir esses impactos, financiando melhorias de infraestrutura e campanhas de conscientização pública.

O presente projeto ainda prevê a instituição do Programa de Auxílio a Vítimas de Desastres (PVD), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, destinado a prover, por até 12 (doze) meses, subsistência de pessoas desabrigadas ou desalojadas por desastres, com a transferência direta e condicionada de renda.

O benefício financeiro do PVD será pago exclusivamente por meio de crédito no Cartão de Auxílio a Vítimas de Desastres (CVD), um cartão de assistência social que somente poderá ser utilizado para compra de alimentos, produtos de limpeza e de higiene junto a empresas previamente credenciadas.

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Morais

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [15 de 17]





**Senado Federal**  
Gabinete do Senador Wilder Morais

SF/24739.30405-61

Diante do exposto, certos de que Senadoras e Senadores entendem a dimensão e a importância do que propomos, bem como o impacto positivo para as populações afetadas por desastres, notadamente as mais carentes, considerando ainda a urgência de que se fortaleçam e agilizem as ações a serem adotadas para o enfrentamento de catástrofes e desastres naturais no Brasil, pedimos o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador WILDER MORAIS

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.  
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Morais

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1398799633>

Avulso do PL 2905/2024 [16 de 17]

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 8.745, de 9 de Dezembro de 1993 - Lei de Contratação Temporária de Interesse Público (1993) - 8745/93

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8745>

- art7\_par1

- art7\_par2

- art8

- art9

- art10

- art11

- art12

- art16

- Lei nº 12.608, de 10 de Abril de 2012 - LEI-12608-2012-04-10 - 12608/12

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12608>

- art1\_par1u

- art11

- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos (2021) - 14133/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14133>

- art79

- Lei nº 14.791, de 29 de Dezembro de 2023 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (2024); LDO - 14791/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14791>

- art5\_par1

- art5\_par8





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2907, DE 2024

Estabelece o Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL).

**AUTORIA:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2907/2024 [1 de 10]



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Estabelece o Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

### Capítulo I – Disposições Preliminares

**Art. 1º** Esta Lei tem por objetivo instituir o Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL), por meio de Certificados de Energia Renovável (CER), visando assegurar e promover o uso de energia proveniente de fontes renováveis, garantir transparência e confiabilidade para os consumidores e incentivar a produção e o consumo sustentáveis de energia no país.

**Art. 2º** São princípios do SNCEL:

I – Transparência: Todas as informações relativas à geração, emissão, comercialização e resgate de Certificados de Energia Renovável (CERs) devem ser acessíveis e claras para todas as partes;

II – Rastreabilidade: O SNCEL deve garantir a capacidade de rastrear cada CER desde sua emissão até seu resgate ou cancelamento, assegurando que cada certificado seja único e não seja duplicadamente contabilizado ou utilizado;

III – Integridade e Veracidade: O sistema deve prever mecanismos que assegurem a verificação da precisão e da confiabilidade dos dados e informações contidos nos CERs, e a auditoria para fins de validação da origem renovável da energia e a correção das informações registradas;

IV – Eficiência e Acessibilidade: O sistema deve ser projetado para ser eficiente em termos de custos e operações, além de ser acessível para



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dória

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199982726>

Avulso do PL 2907/2024 [2 de 10]





diversos participantes do mercado, desde grandes geradores de energia até consumidores individuais;

V – Sustentabilidade: O sistema deve promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social, incentivando o uso e a produção de energia a partir de fontes renováveis, contribuindo assim para a redução de emissões de gases de efeito estufa;

VI – Inovação e Melhoria Contínua: O SNCEL deve incentivar a inovação e adotar práticas de melhoria contínua para aumentar sua eficácia e responder às necessidades que surgem do mercado e da sociedade.

## Capítulo II – Do Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL)

**Art. 3º** O SNCEL será responsável por emitir, registrar, monitorar e validar os certificados de energia limpa, denominados Certificados de Energia Renovável (CERs).

**Art. 4º** Cada CER será emitido para representar uma quantidade específica de energia, mensurada em megawatt-hora (MWh), produzida exclusivamente a partir de fontes renováveis.

§1º O CER incluirá as seguintes informações:

I – Identificação clara da fonte renovável utilizada, como energia solar, eólica, hidráulica, biomassa, entre outras;

II – Registro preciso do período em que a energia foi gerada, assegurando a relevância temporal do CER;

III – Descrição da tecnologia empregada na produção da energia, incluindo especificações técnicas relevantes que evidenciem a eficiência e a sustentabilidade do processo;

IV – Localização da Fonte Produtora: Informação detalhada sobre a localização geográfica da instalação que gerou a energia, incluindo coordenadas precisas quando aplicável.

§2º Serão objeto de auditoria os seguintes dados:



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dória

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199982726>

Avulso do PL 2907/2024 [3 de 10]



I – Metodologia de Cálculo utilizado na CER, assegurando que os critérios sejam consistentes, replicáveis e alinhados com padrões internacionais;

II – Procedimentos que garantam a verificação e a auditoria regular dos dados e informações contidos no CER, promovendo a credibilidade e a confiabilidade do certificado.

### Capítulo III – Da Emissão e Comercialização de CERs

**Art. 5º** A emissão de CERs será realizada exclusivamente pelo Sistema SNCEL.

*Parágrafo único.* O SNCEL avaliará cada solicitação de emissão de CER, por meio de procedimento administrativo, garantindo que apenas a energia genuinamente limpa e renovável seja certificada, na forma do regulamento.

**Art. 6º** Os CERs poderão ser negociados na forma de regulamento, permitindo-se que empresas e consumidores adquiram certificados que comprovem o consumo de energia limpa, a fim de atender requisitos de responsabilidade ambiental e benefícios fiscais ou créditos em programas de sustentabilidade governamentais.

§1º Os CERs poderão ser utilizados para descontos em tarifas de energia, na forma do regulamento.

§2º O sistema de rastreamento deverá assegurar aos adquirentes a autenticidade e a unicidade dos Certificados.

**Art. 7º.** A União poderá designar empresa pública ou sociedade de economia mista para a administração, implementação e gestão do Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL).

§1º. A empresa pública ou sociedade de economia mista poderá estabelecer parcerias e convênios com outras entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para o melhor cumprimento de suas atribuições no contexto do SNCEL.



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dória

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199982726>

Avulso do PL 2907/2024 [4 de 10]



§2º. Os custos associados à administração do SNCEL serão cobertos por taxas de serviço específicas, cujos valores e métodos de cobrança serão definidos em regulamentação próprio, assegurando a justa remuneração pelos serviços prestados e a sustentabilidade financeira do sistema.

§3º No exercício de suas funções relativas ao SNCEL, a empresa pública ou sociedade de economia mista, designada pela União nos moldes do art. 7º, poderá:

- I. coordenar o processo de emissão, registro, monitoramento, validação e auditoria dos Certificados de Energia Renovável (CERs).
- II. estabelecer diretrizes e regulamentos técnicos necessários para a operacionalização e integridade do SNCEL, garantindo a aderência às melhores práticas e padrões internacionais;
- III. promover a transparência e disponibilizar informações relevantes relacionadas aos CERs para o público, investidores, reguladores e demais partes interessadas;
- IV. assegurar a conformidade e a fiscalização das atividades relacionadas ao SNCEL, aplicando medidas corretivas e sancionatórias quando necessário; e
- V. integrar o SNCEL com outros sistemas e plataformas de gestão de energia e sustentabilidade ambiental, visando a sinergia e eficiência na promoção da energia limpa.

#### Capítulo IV – Do Monitoramento e Fiscalização

**Art. 8º.** O SNCEL realizará monitoramento contínuo e auditorias periódicas nos produtores de energia renovável para garantir a conformidade com os padrões estabelecidos, na forma do regulamento.

**Art. 9º.** As informações pertinentes ao sistema serão publicadas em um portal dedicado na rede mundial de computadores. Esta plataforma online deverá oferecer acesso irrestrito às seguintes informações:

I – Dados detalhados sobre a emissão, comercialização e resgate de CERs, incluindo quantidades, datas, tipos de fontes de energia renovável utilizadas e localização das unidades geradoras;



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199982726>

Avulso do PL 2907/2024 [5 de 10]



II – Relatórios periódicos e atualizações sobre o progresso e a efetividade do SNCEL, incluindo estatísticas agregadas e análises do impacto do sistema no fomento à energia renovável no Brasil;

III – Normativas, regulamentos e procedimentos operacionais do SNCEL, assegurando total transparência sobre as regras e diretrizes que regem o sistema;

IV – Canais de comunicação e interação para o esclarecimento de dúvidas, recebimento de feedback e fomento à participação pública no processo contínuo de melhoria do sistema.

**Art. 10.** São consideradas infrações ao Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL) as seguintes condutas:

I – Emitir CERs que não correspondam à real produção de energia renovável ou que contenham dados falsificados.

Multa de 10 a 20 vezes o valor de mercado dos certificados envolvidos na infração;

II – Vender ou transferir um mesmo CER para mais de um comprador ou a reivindicação múltipla dos benefícios de um único CER.

Multa de 5 a 15 vezes o valor de mercado do certificado duplicadamente comercializado;

III – Alterar, forjar ou omitir informações essenciais nos CERs ou nos registros relacionados.

Multa de 10 a 20 vezes o valor de mercado dos certificados afetados pela informação inverídica;

IV – Não atender os procedimentos de verificação e auditoria determinados pelo SNCEL.

Multa: 2 a 10 vezes o valor de mercado dos certificados auditados de maneira inadequada;



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dória

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199982726>

Avulso do PL 2907/2024 [6 de 10]



V – Impedir ou dificultar a fiscalização por parte das autoridades competentes.

Multa: 5 a 15 vezes o valor de mercado dos certificados que estavam sob investigação no momento da obstrução;

VI – Empregar certificados para propósitos não autorizados ou em desacordo com os objetivos do SNCEL.

Multa: 3 a 10 vezes o valor de mercado dos certificados utilizados indevidamente;

VII – Participar na compra ou venda de CERs fora dos canais aprovados ou em violação às normas estipuladas.

Multa: 4 a 12 vezes o valor de mercado dos certificados comercializados irregularmente.

**Art. 11.** O art. 9º da Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º .....

.....

§ 1º .....

.....

V-implementar e gerir o Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL);

.....

..... (NR).”

**Art. 12.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199982726>

Avulso do PL 2907/2024 [7 de 10]



## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei proposto para a instituição do Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL) destaca-se como uma iniciativa essencial para promover o uso de energia proveniente de fontes renováveis no país. Ao priorizar a transparência, rastreabilidade, integridade, eficiência, acessibilidade, sustentabilidade, inovação e melhoria contínua, o projeto estabelece uma base sólida para assegurar e fomentar um ambiente energético sustentável. Isso não apenas beneficia o meio ambiente, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa, mas também oferece vantagens econômicas e sociais significativas.

A transparência e a rastreabilidade garantidas pelo SNCEL permitem que todos os envolvidos - de grandes produtores a consumidores individuais - tenham acesso a informações claras e confiáveis sobre a origem da energia, promovendo uma maior confiança no mercado de energia limpa. A integridade e veracidade dos dados são asseguradas por meio de mecanismos robustos de verificação e auditoria, cruciais para a credibilidade e eficácia do sistema. Ao mesmo tempo, o projeto visa a eficiência operacional e a acessibilidade, facilitando a participação de uma ampla gama de agentes do mercado e incentivando a inovação e a melhoria contínua para atender às demandas que emergem da sociedade e do mercado.

Além disso, o SNCEL enfatiza a importância da sustentabilidade ambiental, econômica e social, incentivando práticas que promovem o uso eficiente de recursos e minimizam o impacto ambiental. A estrutura proposta para o monitoramento e fiscalização do sistema garante que os padrões estabelecidos sejam mantidos, reforçando a confiança dos participantes e demonstrando um compromisso sério com a manutenção da integridade do sistema.

Os benefícios econômicos e sociais do projeto são evidentes, pois facilita a comercialização de Certificados de Energia Renovável (CERs), permitindo que empresas e consumidores não apenas demonstrem seu compromisso com a sustentabilidade, mas também se beneficiem de incentivos fiscais ou descontos em tarifas de energia. Isso promove práticas empresariais responsáveis e incentiva a adoção de energia limpa em toda a sociedade.

Portanto, a proposta de criação do SNCEL representa um avanço significativo na direção de uma matriz energética mais limpa e sustentável no



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dória

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199982726>

Avulso do PL 2907/2024 [8 de 10]



Brasil. O projeto de lei não apenas alinha os interesses econômicos com os ambientais, mas também estabelece um marco regulatório robusto para a certificação de energia limpa, reforçando o compromisso do país com o combate às mudanças climáticas e promovendo uma transição energética sustentável e responsável.

Diante da relevância da presente proposição, contamos com o apoio dos Parlamentares para a urgente apreciação e aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO DUEIRE



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dueire

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199982726>

Avulso do PL 2907/2024 [9 de 10]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.182, de 12 de Julho de 2021 - Lei de Privatização da Eletrobras (2021) -  
14182/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14182>

- art9

Avulso do PL 2907/2024 [10 de 10]





# Requerimentos





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 532, DE 2024

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 1536/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda Astronauta Marcos Pontes (PL/SP),  
Líder do Bloco Parlamentar Independência Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 532/2024 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Ireneu Orth

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1536/2024, que “concede remissão e posterga o pagamento das parcelas vencidas e vincendas em 2024 relativas, respectivamente, a financiamentos de custeio agropecuário e a financiamentos de comercialização e de investimento rural, contratados por produtores rurais que desenvolvem suas atividades em áreas efetivamente atingidas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo Poder Executivo federal”.

## JUSTIFICAÇÃO

A aprovação do projeto de lei - PL -1.536/2024 em regime de urgência no plenário do Senado Federal é uma medida imperativa e urgente para mitigar os severos impactos que os eventos climáticos extremos têm causado aos produtores rurais do estado do Rio Grande do Sul. A tragédia climática que assolou a região não apenas destruiu a produção agrícola, mas também comprometeu gravemente a capacidade produtiva dos agricultores, resultando em perdas significativas e contínuas.

Os agricultores gaúchos enfrentam uma situação de calamidade que afeta diretamente sua subsistência e sua capacidade de honrar compromissos financeiros. Dada a magnitude dos prejuízos e a urgência em proporcionar um



alívio financeiro imediato, é imprescindível que o Senado Federal aprove com celeridade o referido projeto de lei. A remissão e postergação dos pagamentos das parcelas relativas aos financiamentos de custeio agropecuário, de investimentos e comercialização são vitais para evitar a insolvência desses produtores.

O PL em questão, justamente, prevê a remissão das parcelas vencidas e vincendas em 2024 das operações de custeio, bem como a postergação do pagamento dos investimentos dois anos, concedendo, assim, um prazo necessário para que os produtores possam se reorganizar financeiramente sem a pressão para desembolso imediato. Além disso, a suspensão das execuções judiciais e fiscais durante este período proporciona um ambiente de segurança para que os agricultores possam se concentrar na recuperação de suas atividades.

A tragédia climática resultou em perdas materiais que vão além da produção agrícola. Os produtores rurais do Rio Grande do Sul não têm condições de gerar renda suficiente para quitar suas dívidas, uma vez que a infraestrutura produtiva foi devastada. Portanto, a aprovação urgente deste projeto é crucial para assegurar que esses agricultores tenham um suporte adequado para reestruturar suas operações e garantir a continuidade da produção agrícola no estado.

A rápida aprovação do PL 1536/2024 pelo plenário do Senado Federal e seu envio imediato para sanção presidencial são passos fundamentais para proporcionar alívio aos produtores afetados, garantir a manutenção da segurança alimentar, preservar empregos e estabilizar a economia local.

Este ato legislativo é uma resposta necessária e urgente às condições extremas vivenciadas pelos produtores rurais gaúchos, cujas consequências afetam diretamente não apenas a economia regional, mas também a nacional

Sala das Sessões, 16 de julho de 2024.

**Senador Ireneu Orth**  
(PP - RS)

Avulso do RQS 532/2024 [3 de 5]



[illegible]

SF/24017.74458-01 (LexEdit)

Nome do Senador	Assinatura





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 533, DE 2024

Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 5427/2023 com o Projeto de Lei nº 5512/2023.

**AUTORIA:** Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 533/2024 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

SF/24588.95270-81 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PL 5427/2023 com o PL 5512/2023, por tratarem da mesma matéria.

**JUSTIFICAÇÃO**

As matérias, PL 5427/2023 e PL 5512/2023 dispõem do mesmo objeto e tramitarão nas mesmas comissões e, de acordo com o artigo 258 do RISF é lícito promover sua tramitação conjunta e ambas as proposições não possuem parecer.

Sala das Sessões, 16 de julho de 2024.

**Senador Paulo Paim**  
(PT - RS)

Avulso do RQS 533/2024 [2 de 2]







## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 19, DE 2024

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre as Resoluções CMN nº 5.081/2023 e BCB nº 140/2021, que têm gerado consideráveis prejuízos ao setor produtivo.

**AUTORIA:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 19/2024 - CRA [1 de 4]



**REQ**  
**00019/2024**

SENADO FEDERAL

SF/24950.36306-93 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE - CRA**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre as Resoluções CMN nº 5.081/2023 e BCB nº 140/2021, que têm gerado consideráveis prejuízos ao setor produtivo.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre as Resoluções CMN nº 5.081/2023 e BCB nº 140/2021, que têm gerado consideráveis prejuízos ao setor produtivo.

Nesses termos, requisita-se:

1. **Impacto das Resoluções:** Detalhamento dos impactos causados pelas Resoluções CMN nº 5.081/2023 e BCB nº 140/2021 sobre o crédito rural, especialmente no que tange à caracterização de empreendimentos com restrições de acesso ao crédito rural devido a questões socioambientais.
2. **Interpretações Discrepantes:** Explicações sobre as discrepâncias de interpretações por parte das instituições financeiras, que têm levado à negativa de empréstimos a produtores que se encontram em conformidade com as leis ambientais vigentes.

Avulso do REQ 19/2024 - CRA [2 de 4]



3. **Processo de Bloqueio de Crédito:** Esclarecimentos sobre os critérios e procedimentos adotados para o bloqueio de crédito em áreas em estudos para a demarcação de terras tradicionais, e por que esses bloqueios têm sido realizados sem o devido processo legal, contrariando as próprias resoluções.
4. **Cadastro Ambiental Rural (CAR):** Justificativas para a inclusão da categoria "suspensa" na restrição de acesso ao crédito, considerando que tal situação não está prevista na Instrução Normativa MMA nº 2/2014.
5. **Unidades de Conservação:** Esclarecimentos sobre a não concessão de crédito a empreendimentos situados em imóveis rurais total ou parcialmente inseridos em Unidades de Conservação, e a necessidade de ajustes para compatibilizar com a Lei nº 9.985/2000, para apenas as Unidades de Conservação de Proteção Integral.
6. **Terras Indígenas e Quilombolas:** Informações sobre a aplicação das restrições de crédito em terras indígenas e quilombolas, e por que estão sendo impostas antes da homologação das terras, prejudicando produtores rurais.
7. **Embargos Ambientais:** Detalhamento das restrições de crédito para empreendimentos em áreas embargadas. Conforme o Decreto Federal nº 6.514/2009, como se pretende garantir que tais restrições sejam aplicadas exclusivamente às áreas objetos do embargo.
8. **Florestas Tipo B:** Esclarecimentos sobre a restrição de crédito para imóveis rurais inseridos em Florestas Públicas Tipo B (não destinadas) e sugestões para adequação das normas a fim de não inviabilizar a política de regularização fundiária, especialmente na região amazônica.



9. **Apoio aos Pequenos e Médios Produtores:** Medidas que o Ministério da Fazenda e o Banco Central pretendem adotar para minimizar os prejuízos causados aos pequenos e médios produtores rurais devido às referidas resoluções.

## JUSTIFICAÇÃO

Esses regulamentos causaram problemas no sistema de crédito para muitos produtores, em grande parte devido a diferentes interpretações pelas instituições financeiras. Diversos produtores tiveram seus pedidos de empréstimo negados, mesmo estando em conformidade com as leis ambientais vigentes. Além disso, em áreas sob estudo para a demarcação de terras tradicionais, o crédito foi bloqueado no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor) sem o devido processo legal, contrariando a própria resolução.

Solicito que as respostas sejam encaminhadas a este Parlamento no prazo regimental. Agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2024.

**Senador Marcos Rogério**  
**(PL - RO)**  
**Líder da Oposição do Senado Federal**



Requerimento nº 19, de 2024, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, solicitando informações ao Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, sobre as Resoluções CMN nº 5.081/2023 e BCB nº 140/2021, que têm gerado consideráveis prejuízos ao setor produtivo.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



# ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-UCRÂNIA





**Senado Federal**  
**Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia - GPUCRANIA**

**ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2024 DO GPUCRANIA**

**10 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H00, NO PLENÁRIO Nº 13  
DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstanciada da **1ª Reunião de 2024 do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia - GPUCRANIA**, realizada em 10 de julho de 2024, quarta-feira, às 14h00, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal, com o seguinte resultado:

ITEM 1: realizada audiência pública sobre a situação humanitária, dos direitos humanos, e do sistema educacional da Ucrânia, bem como sobre a questão da deportação de crianças ucranianas pelas forças russas.

Conforme documentos anexos. Publique-se.

Senador **FLÁVIO ARNS**  
Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia





**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**57ª LEGISLATURA**

Em 10 de julho de 2024  
(quarta-feira)  
às 14h

**RESULTADO**

1ª Reunião

**GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - UCRÂNIA - GPUCRANIA**

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Oriovisto Guimarães

	Audiência Pública Interativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13





Resultado da 1ª Reunião da GPUCRANIA, em 10 de julho de 2024

2

## Audiência Pública Interativa

### Assunto / Finalidade:

Item 1: realizar audiência pública para debater a situação humanitária, dos direitos humanos e do sistema educacional da Ucrânia, bem como discutir a questão da deportação de crianças ucranianas pelas forças russas, com a presença dos seguintes convidados:

-Dmytro Lubinets, deputado do Conselho Supremo da Ucrânia e Comissário do Parlamento Ucraniano para os Direitos Humanos

-Rev. Anatoliy Raychynets, PhD em Filosofia, Vice-Secretário-Geral da Sociedade Bíblica Ucraniana (UBS) e Representante Autorizado do Conselho Ucraniano de Igrejas e Organizações Religiosas

### Participantes:

#### **Andrii Borodenkov**

Conselheiro da Embaixada da Ucrânia no Brasil

#### **Sr. Dmytro Lubinets**

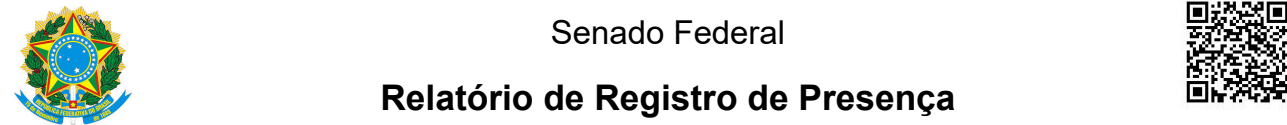
Deputado e Comissário do Parlamento Ucraniano para os Direitos Humanos

#### **Rev. Anatoliy Raychynets**

Vice-Secretário-Geral da Sociedade Bíblica Ucraniana (UBS) e Representante Autorizado do Conselho Ucraniano de Igrejas e Organizações Religiosas

**Resultado:** Realizada audiência pública sobre a situação humanitária, dos direitos humanos, e do sistema educacional da Ucrânia, bem como sobre a questão da deportação de crianças ucranianas pelas forças russas.





1ª, Reunião

Grupo Parlamentar Brasil - Ucrânia

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTE
MARA GABRILLI	
ORIOVISTO GUIMARÃES	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
DAMARES ALVES	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE
SERGIO MORO	

Não Membros Presentes

- NELSINHO TRAD
- IZALCI LUCAS
- DR. ZACHARIAS CALIL
- ROMÁRIO
- MARCOS DO VAL
- ELIZIANE GAMA
- EDUARDO GIRÃO
- PAULO PAIM
- FLÁVIA MORAIS



16/07/2024, 12:32

Notas Taquigráficas - Senado Federal



# Atividade Legislativa



MENU DESTA SEÇÃO



## Notas Taquigráficas

### 10/07/2024 – 1ª – Grupo Parlamentar Brasil – Ucrânia

Horário

O texto a seguir, após ser revisado, fará parte da Ata da reunião.

14:16 **O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Dmytro Lubinets, muito prazer, boa tarde, *good afternoon, welcome to our meeting; Thomas, on all affairs related to Brazil and Ucraina; also Rev. Anatoliy Raychynets, welcome. In portuguese*, boa tarde, bem-vindos.

*Are you listening me? Estão escutando?*

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** - *Yes, we can hear you.*

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSB - PR) - *So, we are going to start*, vamos começar. Podemos? *Is it possible, can we start?* Podemos começar? Boa tarde.

Declaro aberta a 1ª Reunião de 2024 do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia, cujo objetivo destina-se a realizar audiência pública para debater a situação humanitária, dos direitos humanos e do sistema educacional da Ucrânia, bem como discutir a questão da deportação de crianças ucranianas pelas forças russas, com a presença dos seguintes convidados: Dmytro Lubinets, Deputado do Conselho Supremo da Ucrânia e Comissário do Parlamento Ucraniano para os Direitos Humanos; Rev. Anatoliy Raychynets, PhD em Filosofia, Vice-Secretário-Geral da Sociedade Bíblica Ucraniana (UBS) e Representante Autorizado do Conselho Ucraniano de Igrejas e Organizações Religiosas, ambos, Dmytro Lubinets e Rev. Anatoliy Raychynets, participarão desta reunião remotamente, via Zoom.

Quero destacar também que está presente aqui no Plenário do Senado Federal desta Comissão o Sr. Andrii Borodenkov, que é Conselheiro da Embaixada da Ucrânia no Brasil.

Quero também destacar que também está presente o Dr. Rafael Vidal, que hoje

14:20 que hoje está sendo escolhido, sabatinado no Senado Federal para ser o futuro Embaixador do Brasil na Ucrânia. Eu participei, inclusive, dessa sabatina e o apelo que a gente fez para o Dr. Rafael, futuro Embaixador do Brasil na Ucrânia, é que haja um trabalho muito articulado, como é do hábito do Dr. Rafael, em o Congresso Nacional, com as autoridades sociais da Ucrânia, para que nós possamos reforçar o esforço a favor das questões humanitárias e dos direitos humanos. Seja muito bem-vindo.

Informo aos Parlamentares que desejarem compor o grupo parlamentar que os termos de adesão estão disponíveis junto à secretaria e na página do Colegiado no *site* do Senado Federal.

Também comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo para todo o Brasil e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, no endereço [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania), ou pelo telefone 0800 0612211.

Quero lembrar, como introdução, que o Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia foi criado pela Resolução do Senado Federal nº 6, de 27 de abril de 2023, e este grupo possui o objetivo imediato de intensificar o relacionamento entre os Parlaentos do Brasil e da Ucrânia e também possui a finalidade, a longo prazo, de contribuir para a permanência das boas relações entre o povo brasileiro e a nação ucraniana.

O Brasil abriga a maior comunidade ucraniana da América Latina, são cerca de 600 mil ucranianos e seus descendentes no país, sendo que 500 mil ucranianos vivem no meu estado, o Paraná, mas, em termos proporcionais, nenhuma cidade do Brasil é mais ucraniana do que o Município de Prudentópolis, do Paraná, onde, numa população de 52 mil habitantes, os habitantes, com raízes na Ucrânia, somam mais de 38 mil, ou seja, três em cada quatro cidadãos daquela cidade são de origem ucraniana.

O Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia é essencial para estreitarmos os laços entre as duas nações, principalmente

14:24 **ORADOR NÃO IDENTIFICADO** - nações, principalmente diante do atual cenário de grande sofrimento vivido pelo povo ucraniano, por causa da injusta invasão ao seu território iniciada pela Federação Russa em 2022.

A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) já aprovou, em 2023, 2 de março, uma resolução condenando a Rússia pela invasão contra a Ucrânia, com voto favorável do Brasil e de outros 140 países. Contudo, apesar da resolução da ONU, não tivemos ainda infelizmente qualquer perspectiva de solução para esse grave conflito, que já se arrasta por mais de dois anos.

Dois dias atrás, a Rússia lançou mais um severo ataque contra diversas cidades ucranianas, que atingiu infraestrutura civil, hospitais infantis, maternidades e pessoas pacíficas. Pelo menos 41 pessoas morreram, incluindo crianças, em todo o país. O hospital pediátrico maior de Kiev ficou amplamente destruído. Segundo as autoridades, mais de 40 mísseis russos foram lançados contra a capital ucraniana nessa ocasião.

O Conselho Ucraniano de Igrejas e Organizações Religiosas, que inclui várias igrejas cristãs, católicas e evangélicas, bem como comunidades judaicas e muçulmanas da Ucrânia, divulgou uma nota condenando categoricamente o ataque russo de 8 de julho de 2024, que se tornou, abro aspas, "mais um evidente crime de guerra e um ato de especial crueldade e desprezo pela vida humana", fecho aspas, apelando para que todos os países do mundo façam respeitar, por meio de ações concretas, as normas internacionais de direitos humanos.

Entre esses diversos crimes humanitários praticados pela Rússia, destaca-se o sequestro de crianças ucranianas e sua transferência forçada para territórios russos, fato esse constatado no relatório da Comissão Internacional Independente de Inquérito da ONU sobre a Ucrânia.

Na primeira audiência pública do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia, realizada em 18 de abril de 2023, a grave situação socioeconômica por que passa o povo ucraniano foi abordada pela convidada Clara Magalhães Martins, brasileira e coordenadora da organização The Robin Hood Project, que atua na Ucrânia há mais de dois anos, desenvolvendo ações humanitárias em prol



16/07/2024, 12:32

Notas Taquigráficas - Senado Federal

Horário

O texto a seguir, após ser revisado, fará parte da Ata da reunião.

14:28 humanitárias em prol das vítimas da invasão russa.

O Senado Federal, nesse sentido, tem feito o seu papel. Já realizamos diversos eventos: exposições fotográficas, reuniões de trabalho com autoridades ucranianas e audiências públicas relevantes para debater os assuntos ucranianos no âmbito do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia.

Mas queremos fazer ainda mais. Pretendemos realizar, no futuro próximo, missão oficial para envio de comitiva de Senadores e Senadoras para visita institucional à Ucrânia, de modo a estreitar as relações entre os dois países e a fornecer caminhos viáveis de cooperação mútua entre os Parlamentos das duas grandes nações.

Apoiar a questão ucraniana não é somente uma questão de justiça, mas também uma questão de sobrevivência dos princípios fundamentais da democracia e da autodeterminação dos povos, que regem todas as civilizações contemporâneas.

Portanto, através desse texto, procuramos deixar ao par as iniciativas que vêm acontecendo no Brasil em relação a esse diálogo Brasil-Ucrânia, sempre também conversando com a Embaixada da Ucrânia, aqui representada.

Então, nesse sentido, eu quero, em primeiro lugar, dar a palavra ao Sr. Dmytro Lubinets. Seja muito bem-vindo, é uma alegria ter o senhor participando deste encontro, o senhor que é Deputado do Conselho Supremo da Ucrânia e Comissário do Parlamento Ucraniano para os Direitos Humanos.

Então, por favor, com a palavra o Sr. Dmytro Lubinets.

O SR. DMYTRO LUBINETS (Para expor. *Por videoconferência.*) - .

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSB - PR) -

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

*(Pausa.)*

14:32 O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSB - PR) - I want to apologize again, Dimytro Lubinets, and you can go on now .

O SR. DMYTRO LUBINETS (*Por videoconferência.*) - Yes. Thank you very much.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSB - PR) - They are telling me that everything is o.k..

I hope so! (*Risos.*)

O SR. DMYTRO LUBINETS (*Por videoconferência. Tradução consecutiva.*) - Vamos tentar novamente.

Honorable Senador e distintos membros do Senado, eu estou muito agradecido por esta oportunidade de me dirigir a vocês nesta oportunidade.

Eu agradeço muito por terem organizado este encontro tão importante para termos esta discussão tão importante.

Geograficamente, nós estamos em lados opostos do mundo, mas eu tenho certeza de que nós estamos do mesmo lado dos valores universais em que crianças e adultos não devem ser vítimas de crimes de guerra.

A Rússia tem massacrado a nossa população todos os dias e tem buscado arrasar com a identidade da nossa população e das nossas crianças. Inúmeras crianças foram transferidas para os territórios da Ucrânia ocupados pelos russos que têm sido objeto de realocação e desmilitarização. E isso inclui várias pessoas no movimento militar da Rússia.

A Rússia forçou a mudança de cidadania das crianças nos territórios temporariamente ocupados, em locais em que as famílias de cidadãos russos foram proibidas de alterar o status civil das crianças.

Estamos atentos. Estamos cientes, fomos informados desse tipo de situação. O nome dessa criança foi alterado e ela foi adotada por uma família russa. E, juntamente com a sua mulher, esse político russo esteve envolvido nessa operação de transferência dessa criança. Não temos apenas um caso, mas temos vários casos desse representante sênior de deportação de crianças ucranianas.

Enquanto isso, a Rússia continua a encorajar a adoção de crianças da Ucrânia e o Putin emitiu um decreto criminoso que simplesmente permite a concessão de cidadania russa para crianças ucranianas, que significa que essas crianças serão adotadas como russas. Essas ações da Federação russa representam sinais de genocídio.

Para falar de crianças da Ucrânia, eu vou começar a falar de números.

Desde a invasão, a Rússia...

14:36 e, desde a invasão, estamos falando de, pelo menos, cinco mil crianças que foram assassinadas.

Ontem, foi um período de luto na Ucrânia depois de um ataque terrorista da Rússia dentro do território ucraniano, em que foi atingido um hospital infantil pediátrico. E o número de outros alvos civis entra nessa lista de crimes de guerra sanguinários. Todas essas ofensas à integridade territorial da Ucrânia são atos horríveis. E isso ocorreu há apenas dois dias.

Nós temos também documentado e verificado, por várias comissões das Nações Unidas, que as forças de ocupação da Rússia estão ofendendo diretamente os direitos dessas crianças, o que tem sido reprovado pela Convenção de Genebra e outros diplomas internacionais. E essas crianças têm sofrido significativamente por conta da agressão da Federação Russa.

Várias escolas, na Ucrânia, foram destruídas ou danificadas. Cerca de 900 mil crianças tiveram que começar a estudar remotamente. O processo educacional também foi descontinuado por conta dos ataques aéreos.

A Rússia está forçosamente russificando as crianças da Ucrânia, enchendo as mentes dessas crianças com propaganda favorável à Rússia e contra a Ucrânia. E estamos falando de abusos físicos, proibindo-as de fazerem conexão com símbolos ucranianos. E tudo isso está descrito num relatório recente que foi emitido pela comissão que trata da situação nos territórios ocupados da Ucrânia.

Mais de 20 mil crianças foram sequestradas ou forçosamente transferidas dos seus territórios e foram levadas para o território sob coordenação da Federação Russa.

Essa comissão que trata de crianças tem recebido mandados de prisão. Essas autoridades russas têm sido alvo de mandados de prisão emitidos pelas cortes internacionais. E existe uma unidade específica que trata do retorno dessas crianças que foram transferidas, que trata de buscar dar apoio de segurança, de transporte e outras formas de apoio.

Tudo isso é um procedimento muito complexo de verificação, que não garante acesso aos locais de residência dessas crianças nem para a Ucrânia, nem para qualquer outra instituição



16/07/2024, 12:32

Notas Taquigráficas - Senado Federal

Horário

O texto a seguir, após ser revisado, fará parte da Ata da reunião.

14:40 outra instituição.

Por conta dessa fórmula de paz das autoridades internacionais para o retorno das crianças ucranianas, não foi estabelecido ainda, e até agora os Estados Unidos têm se tornado membro desses esforços. E eu gostaria de convidar o Brasil para ingressar nessa coalizão internacional para o retorno das crianças ucranianas.

No encontro internacional de paz, o tema das crianças ucranianas foi o tema central discutido, e a fórmula de paz, que tem sido promovida pelo Governo ucraniano, foi apresentada aos participantes desse encontro, envolvendo os Estados Unidos e diversas organizações internacionais estavam discutindo esses temas. Eu estava lá pessoalmente, e estamos buscando uma nova abordagem para conseguir o retorno dessas crianças ucranianas.

Além disso, além de trabalhar para o retorno das crianças ucranianas, nós temos outra categoria difícil de retornar, que são os nossos civis. A Rússia sequestra civis desde 2014. Nós temos líderes religiosos, ativistas da sociedade civil, jornalistas... Todos esses são reféns dessas operações russas. Por exemplo, mencionamos o sequestro de um ativista espanhol. Eu mostrarei para vocês como nós poderemos retornar as crianças ucranianas. Gostaria de falar para vocês rapidamente como você pode... sobre o retorno de uma criança ucraniana. Eu gastei vários meses, eu busquei vários canais de comunicação com o lado russo para o retorno dessa criança ucraniana, dessa menina ucraniana, e acabou chegando ao sucesso.

Então, a Ucrânia, como país, organizou um encontro especial no Conselho de Segurança das Nações Unidas e, depois desse encontro, nós tratamos dessa criança. "Veja, eu simplesmente sou uma mulher ucraniana, eu não posso ver a minha filha por mais de um ano e meio." Então, eu cheguei a buscar representantes de vários países muito poderosos, que não podem buscar simplesmente o retorno de uma menina ucraniana. No dia seguinte, eu recebi um sinal do lado russo, dando, sem nenhuma condição, que eles estavam dispostos a retornar essa criança. Esse é o nome da... Veronika é o nome da criança ucraniana. E, depois de três dias, a Veronika estava em Kiev e pôde se encontrar com sua mãe pela primeira vez depois de mais de um ano e meio de sequestro. Nós conseguimos obter o retorno dela, mas nós não conseguimos fazer a mesma coisa por 20 mil crianças e passar esses mais de 20 mil casos pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Eu gostaria de mencionar aqui,

14:44 Eu gostaria de mencionar aqui, de conclamar que vocês atuem como parceiros. Precisamos da atuação de vocês. Eu sei que o Brasil pode organizar, talvez adotar uma nova abordagem para o retorno de crianças ucranianas do território russo, e também dos territórios temporariamente ocupados da Ucrânia, para a Ucrânia, para as famílias ucranianas.

Eu gostaria de enfatizar a importância, para todos nós, de discutir a estratégia da nação ucraniana para organizar uma nova abordagem, um novo mecanismo para que juntos nós possamos proteger os direitos de crianças ucranianas. Isso não é uma questão só da Ucrânia, porque, se nós não conseguirmos obter um mecanismo poderoso para o retorno de crianças ucranianas, neste caso, amanhã, podem ser crianças de qualquer outro país, em qualquer outra situação.

Então, eu agradeço muito, prezados colegas, por organizarem este encontro tão importante, e eu gostaria de convidá-los a visitarem a Ucrânia no começo de dezembro deste ano. Nós vamos organizar um encontro internacional grande; aproveitem essa oportunidade para visitarem a Ucrânia durante esse evento internacional, e talvez possamos organizar e preparar, discutir uma nova abordagem para a proteção de crianças durante períodos de guerra.

Eu agradeço a vocês enormemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSB - PR) - Agradeço as palavras, a exposição. Tenha a certeza, Dmytro Lubinets - que é Deputado do Conselho Supremo da Ucrânia e também Comissário do Parlamento Ucraniano para os Direitos Humanos -, de que nós vamos tomar as iniciativas necessárias, junto ao Ministério das Relações Exteriores e junto à Presidência da República do Brasil, para que esse seu apelo possa chegar aos órgãos próprios, e também as medidas que possam ser tomadas pelo Brasil nesse sentido, porque é um absurdo... Tudo é um absurdo, mas termos 20 mil crianças afastadas de suas famílias, e mesmo civis afastados, é algo que de fato está acontecendo na Ucrânia, mas pode acontecer em qualquer país do mundo, por uma situação ou outra.

Agradeço-lhe, Dmytro Lubinets.

Passo, em seguida, a palavra... Antes de passar a palavra para o Reverendo, eu quero dizer, Dmytro, que os meios de comunicação do Senado Federal - televisão, internet, mídias sociais; todos os meios de comunicação - estão acompanhando esta audiência que está acontecendo e, através dos canais próprios, isto é transmitido para todo o Brasil, para todo o país. Então, para quem quiser acompanhar também agora, ou mesmo depois, os programas ficam à disposição para o público em geral.

Eu falei com o Dr. Rafael Vidal - ele tem que ainda ser aprovado pelo Plenário do Senado

14:48 aprovado pelo Plenário do Senado Federal. Ele está presente aqui também escutando, mas o nome ainda tem que ser aprovado pelo Plenário do Senado Federal para ele ser o Embaixador do Brasil na Ucrânia.

O apelo que já fizemos, e ele como Embaixador também sabe da importância de nós articularmos na diplomacia os esforços necessários para que os direitos humanos sejam respeitados, está bem?

Passo, em seguida, a palavra ao Reverendo Anatoliy Rayschynets. Uma hora eu acerto os nomes, repetindo várias vezes. O Reverendo que, como eu já disse, é PhD em Filosofia, Vice-Secretário-Geral da Sociedade Bíblica Ucraniana e representante autorizado do Conselho Ucraniano de Igrejas e Organizações Religiosas.

Com a palavra, Reverendo, seja muito bem-vindo também.

**O SR. ANATOLIY RAYCHYNETS** (Por videoconferência. Tradução simultânea.) - Muito obrigado, Senador, por ter essa oportunidade de falar a partir da Ucrânia, aqui de Kiev, a capital da Ucrânia.

Eu estou aqui no meu escritório e nós não temos eletricidade. Eu tenho essa oportunidade de falar com vocês, com a nação brasileira, porque nós temos geradores de energia. A situação está muito difícil. De forma geral, no nosso país, está bem difícil.

Como o Sr. Dmytro Lubinets já falou, ele falou sobre todos os horrores da guerra e sobre o que nós experimentamos aqui na segunda-feira. Foi outro ataque terrível contra a Ucrânia, contra a nossa capital. Os nossos corações ainda estão sangrando. Eu vejo tantas pessoas chorando de dor quando veem os corpos de crianças, crianças pequenas espalhadas pela rua. Isso estralha os nossos corações.

É algo tão doloroso que é difícil buscar uma forma de explicar ou de expressar tudo isso, ainda no nosso mundo. Difícil explicar como um país grande no mundo promove um ataque terrorista contra outro país capaz de matar civis, crianças, há crianças pequenas em hospitais.

Eu acabo de voltar, retornar do fronte de batalha, na semana passada, estávamos viajando com os capelães, estávamos aí pela linha de frente. A destruição é algo terrível. Milhões de ucranianos, de famílias ucranianas não têm onde morar. Milhões de cidadãos ucranianos perderam as suas casas.

Então, quando você vê todas essas ruínas, essa destruição, às vezes, eu penso num milagre por meio do qual talvez nós sejamos capazes de reconstruir toda essa grande parte do nosso país. Fábricas, locais de trabalho para milhões de ucranianos estão destruídos.

Os russos estão agindo, estão atuando



16/07/2024, 12:32

Notas Taquigráficas - Senado Federal

Horário

O texto a seguir, após ser revisado, fará parte da Ata da reunião.

- 14:52 Os russos estão agindo como terroristas - e isso eu tenho testemunhado -, inclusive, contra crianças. Em alguns dias, às vezes, eles passam mais tempo em abrigos contra bombas do que na sala de aula, quando eles estão no período de buscar estudar e crescer para construir este país. Nós temos escolas na Ucrânia em diversas cidades que estão funcionando em estações de metrô, no subsolo das casas. Nosso país, como um todo, está enfrentando situações de saúde ou ambientais nas escolas terríveis para essas crianças.
- Então, quando falamos da situação humanitária, de um modo geral, nós enfrentamos diversos desafios. Nós estamos agora passando pelo verão aqui da Ucrânia, nós estamos basicamente sem eletricidade e estamos... quando falamos, por exemplo, do inverno, nós temos um verão muito diferente do que vocês têm no Brasil, nós estamos preocupados sobre como nós seremos capazes de sobreviver ao próximo período de inverno desse próximo ano.
- Eu agradeço muito a vocês por compartilharem conosco esse período de dor que nós estamos passando. Eu fico satisfeito de ver tantos embaixadores deixarem os seus escritórios e arriscarem as suas vidas para virem a locais onde os foguetes russos estão bombardeando esses hospitais, esses edifícios, matando tantas pessoas, para enxergarem com seus próprios olhos o que está ocorrendo aqui na Ucrânia durante esse conflito, essa guerra.
- E por isso é tão importante que nós tenhamos essa oportunidade de falar com o mundo inteiro, de falar com o Brasil, um grande país, uma grande nação, sobre o tipo de ajuda que nós precisamos aqui, do apoio de vocês. Em diferentes aspectos, nós precisamos basicamente da nação brasileira se posicionar do nosso lado, para nos ajudar a sobreviver a essa guerra e tentar buscar que essa paz justa seja retornada para a Ucrânia.
- Como pastor, como um servo na Igreja eu me encontro todos os dias com pessoas às lágrimas, pessoas que perderam alguém, algum familiar. Praticamente, todas as semanas eu participo de velórios, de funerais com membros, familiares, e isso é de quebrar o coração.
- Por quanto tempo mais nós precisamos passar por esse tempo terrível de guerra? E é por isso que eu aproveito dessa oportunidade para pedir a vocês e conclamar vocês, Senadores, para alçarem as suas vozes a favor da situação que nós estamos passando aqui nessa guerra entre a Rússia e a Ucrânia.
- É inaceitável que um país enorme vizinho possa simplesmente atacar um país menor e fazer o que estão fazendo aqui. Obviamente, estamos falando de terrorismo o que nós estamos experimentando aqui na Ucrânia nesses dias.
- Prezados amigos, prezados Senadores, eu agradeço muito esta oportunidade de falar a vocês, de hoje falar com vocês e com toda a nação de vocês e compartilhar
- 14:56 de vocês e compartilhar a dor, esse fardo que estamos carregando, que tem durado mais de dois anos, essa guerra total promovida pela Rússia, que tem tornado a nossa vida, transformado tão profundamente a nossa vida, do que era antes da guerra.
- Como pastor, estou acostumado a pregar, não sei quanto tempo vocês têm para mim, mas, se tiverem alguns alguns minutos, eu posso dar a resposta a vocês e posso falar muito mais.
- Mas, de modo geral, Senadores, gostaria de convidar líderes cristãos, de igrejas, a visitarem a Ucrânia, para enxergarem, com seus próprios olhos, todos os horrores aqui da guerra, e para conversar com pessoas, para se encontrarem com as pessoas, com milhões de pessoas que perderam suas vidas, perderam suas casas, perderam parentes e que precisam de tanto apoio para continuarem com as suas vidas, para não desistirem.
- Nós precisamos de vocês, amigos, precisamos que estejam do nosso lado.
- Agradeço muito a vocês.
- O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSB - PR) - Agradeço, Reverendo Anatoliy Raychynets.
- Quero dizer que o apelo que o senhor faz, além de estar sendo transmitido para o Brasil, como já mencionei, através dos meios de comunicação, vamos, também, fazer chegar ao Governo, particularmente ao Ministério das Relações Exteriores, mas, especificamente, a todas as igrejas do Brasil, através de suas representações.
- Então, vamos tomar esse cuidado para que a sua fala, o seu apelo, a sua sugestão, o seu chamamento para a solidariedade, possa repercutir bastante no Brasil.
- Parabéns pela fala. E a gente lamenta muito que todas essas dificuldades estejam sendo vivenciadas pelo povo ucraniano em função da invasão, sem qualquer motivação, da Rússia, ao país.
- Não sei se o Dmytro gostaria de acrescentar alguma coisa, ou o próprio Reverendo? Se quiserem acrescentar alguma coisa, Dmytro Lubinets ou o Reverendo Anatoliy, a gente está à disposição também.
- E daqui eu quero sugerir que, no mês de agosto, a gente possa, no meio tempo, tomar as providências a que eu me referi em termos do envio para o Ministério das Relações Exteriores, para a Presidência e para as igrejas e, daqui a um mês e meio, dois meses, dizemos a repercussão disso para os objetivos também, porque inclusive há perguntas que vieram por meio do e-Cidadania que gostaria, depois, de responder com calma.
- Por exemplo, lá de Rondônia, do Norte do Brasil, também bastante distante aqui da capital, a Aimee de Rondônia pergunta: Qual [...] o posicionamento do [...] brasileiro acerca da violação
- 15:00 brasileiro acerca da violação dos direitos humanos por parte dos russos quanto à deportação de crianças".
- Na sabatina dos embaixadores, ainda nesta manhã, essa pergunta não, mas, vamos dizer, essa manifestação de que não houve uma manifestação contundente do Governo brasileiro em relação a isso, e isso está causando um grande mal-estar entre muitos brasileiros. O Governo brasileiro pode manter a situação de neutralidade, vamos dizer, em relação à guerra - com que eu, particularmente, também penso que deveria ser diferente -, mas tem que ser contundente em relação ao ataque ao hospital pediátrico, aos prédios públicos, no centro de Kiev, inclusive tudo isso acontecendo a 2km da Embaixada do Brasil em Kiev. Será que a manifestação seria diferente se a embaixada tivesse sido atingida? A solidariedade tem que dizer, independentemente de ser com brasileiros, sendo com hospitais ou com outros prédios públicos, com a população civil, é a solidariedade - sabe, Aimee?
- Então, nós estamos cobrando isto também: fizemos essa cobrança no Plenário ontem, fizemos a cobrança, hoje de manhã, não ao embaixador - porque dele a gente quer que articule, que negocie, que faça essa aproximação, que abra canais -, mas essa cobrança, então, em relação ao Governo brasileiro.
- E a Vilma, de São Paulo, inclusive, pergunta: "Gostaria de saber quais ações o Governo brasileiro adotou até agora para amenizar a crise humanitária na Ucrânia".
- Quero também dizer e repetir que já estivemos no Ministério das Relações Exteriores e, dentro do Ministério das Relações Exteriores, na agência ABC (Agência Brasileira de Cooperação), para que, além do que o Brasil já tinha feito, tivesse outras iniciativas de apoio ao povo ucraniano, seja em termos de medicamentos, de infraestrutura para atender as pessoas, de equipamentos. E o que também acontece nesse sentido? A própria ABC pediu para que o Governo ucraniano enviasse, assim, a relação detalhada das necessidades principais que poderiam ser disponibilizadas pelo Brasil.
- Conversamos nesse sentido com a Vice-Ministra de Relações Exteriores da Ucrânia, que esteve no Brasil, inclusive aqui no Senado Federal, para que ela envie formalmente, também pessoalmente, mas a gente diz através da embaixada, as necessidades



16/07/2024, 12:32

Notas Taquigráficas - Senado Federal

Horário

O texto a seguir, após ser revisado, fará parte da Ata da reunião.

- 15:04 as necessidades particulares que têm que ser atendidas. Isso para responder à Vilma, de São Paulo. Eu não poderia dizer o que foi enviado, mas já muitas necessidades foram atendidas, com apoio também, mas precisamos ainda dessa articulação, para atender melhor ao que é necessário.
- Até várias ideias já surgiram de se melhorar a legislação no Brasil, para que não haja, eventualmente, uma burocracia pública muito grande de se precisar ter o material, pegar o material, enviar o material para a Ucrânia, o que, só pelo transporte e pela logística, já é um custo, assim, importante.
- A sugestão foi no sentido de que pudesse haver até o envio de cooperação do dinheiro propriamente para se comprar. Por exemplo - usando o exemplo que eu escutei -, essa escola precisa de carteiras. Então vamos fazer com que essas carteiras sejam adquiridas na própria Ucrânia, o que poderia ajudar até a economia a se desenvolver num período difícil.
- Escutando o relato da Ucrânia hoje cedo, foi colocado que o crescimento do PIB, apesar da guerra - eu achei esse um dado impressionante -, do conflito que está havendo, está estimado em 3,3%, o que é um percentual muito maior que o do Brasil, inclusive, porque nós estamos por enquanto na faixa dos 2%, mas penso, Vilma, de São Paulo, que a gente pode melhorar o envio desses materiais, essa articulação, que a Embaixada pode fazer junto ao Governo, e a Vice-Ministra de Relações Exteriores também pode enviar um documento, formalizando o pedido de ajuda.
- Então eu indago novamente se o Reverendo Anatoliy Raychynets gostaria de acrescentar alguma coisa e se o Sr. Dmytro Lubinets também gostaria de acrescentar algo na fala.
- Estejam à vontade, se assim o desejarem.
- Parece que o Sr. Dmytro gostaria de...
- Isso.
- Com a palavra.
- O SR. DMYTRO LUBINET** *(Por videoconferência. Tradução simultânea.)* - Sim, Senador, muito obrigado.
- Eu gostaria de dizer, mais uma vez, muito obrigado por organizar esta discussão. Eu gostaria de, realmente, compartilhar com vocês a situação real dos direitos humanos na Ucrânia, perpetrados, que foram atacados pela Federação russa.
- Nós enfrentamos problemas terríveis, como o meu colega Anatoliy mencionou. Nós temos diversos problemas com eletricidade. Durante o inverno, nós temos vários desafios com aquecimento central ou com resistências elétricas que eu não sabia, mesmo sendo ucraniano.
- 15:08 sabia, mesmo sendo ucraniano. Nós ainda não sabemos como nós vamos fazer para manter essas pessoas, como essas pessoas poderão, as crianças e os idosos, sobreviver num período de inverno, quando nós não tivermos aqui eletricidade ou não estivermos com o sistema de aquecimento central funcionando.
- Nós enfrentamos uma tragédia humanitária imensa. Nós temos 20% do território ucraniano sob a ocupação da Federação Russa. Nós temos 5 milhões... Há 8 milhões de IDPs na Ucrânia, mais de 8 milhões de ucranianos deixaram o nosso território. Vocês podem imaginar o impacto disso? Mais de 30% da população ucraniana perdeu tudo, perdeu a casa, perdeu a vida, perdeu os parentes, e nós sentimos isso todos os dias.
- Neste momento, eu agradeço novamente a vocês o fato de terem enfatizado a tragédia do bombardeio da Federação Russa ao maior hospital pediátrico aqui da Ucrânia, que foi atingido. Apenas em um dia, a Federação Russa matou 40 civis, mais de 190 civis foram atacados, e isso foi apenas em Kiev, que é a cidade mais bem defendida da Ucrânia. Agora, vocês podem imaginar o que pode estar acontecendo no restante do país? Aqui nós temos um sistema de defesa aérea supersofisticado para defender a nossa capital, mas aqui você pode imaginar no restante...
- Prezados colegas, prezados parceiros, nós precisamos do apoio de vocês, do auxílio de vocês. Por favor, estejam conosco. Nós entendemos a posição oficial do Brasil de se manter neutro em relação a esse conflito armado internacional. Mas quem pode permanecer neutro quando se enxerga os corpos de crianças recém-nascidas, mortas, assassinadas, aqui? Quem pode permanecer neutro quando se imagina milhares de pessoas, crianças sendo deportadas pela Federação Russa? E a Rússia continua deportando as nossas crianças, ainda agora, enquanto nós estamos tendo este encontro que é muito importante. Mas, neste mesmo dia, a Rússia continua promovendo a deportação de crianças ucranianas, neste exato momento.
- Nós precisamos interromper esse genocídio contra a população ucraniana. E não é uma questão só da Ucrânia, um problema da população ucraniana, nós precisamos estar juntos, porque somente juntos nós poderemos prover a proteção de toda a população de todos os países. Nós apreciamos, nós agradecemos enormemente a sua posição, prezado Presidente, e a sua mensagem tão importante, tão poderosa
- 15:12 pela sua mensagem, tão importante, tão poderosa, potente e decisiva, que V. Exa. transmitiu neste momento.
- O que nós vemos aqui é o povo do Brasil, por meio dos seus representantes, de um país tão poderoso, que pode ser um mediador entre a Ucrânia e a Federação Russa. Vocês podem interromper esse conflito, vocês podem contribuir com essa estratégia e podem contribuir para alcançar o nosso objetivo comum, que é proteger os direitos das crianças e proteger o direito das crianças ucranianas.
- Eu agradeço muito a vocês mais uma vez.
- O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSB - PR) - Nós é que agradecemos a você, Dmytro.
- Posições muito claras, muito bem colocadas, a favor da paz, da dignidade, do respeito, da humanidade e solidariedade.
- Parabéns! Você inspira a todos nós.
- Pergunto ao Reverendo Anatoliy se também gostaria de usar da palavra para uma palavra final.
- O SR. ANATOLIY RAYCHYNETS** - Obrigado. *(Risos.)*
- O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSB - PR) - Muito bom.
- O SR. ANATOLIY RAYCHYNETS** - Eu gostaria apenas de dizer e acrescentar aqui alguns pensamentos.
- O Brasil tem uma voz muito forte no mundo e nós acreditamos que a sua voz, essa voz tão poderosa, pode realmente ajudar, ajudar-nos nesta situação. Isso pode, na verdade, ser decisivo na transformação desse cenário aqui da guerra.
- Eu tenho amigos que são prisioneiros agora nos territórios ocupados porque são pastores de igrejas protestantes, não pertencem à Igreja ortodoxa russa. Eles estão presos neste momento. Eu tenho vários amigos que foram mortos pelos russos no momento em que eles foram às cidades ocupadas pelos russos, que buscavam pastores, padres e líderes cristãos que não eram líderes ortodoxos. Vários deles foram mortos brutalmente.
- Então, nós falamos aqui sobre a situação, sobre a gravidade dessa situação. Algumas pessoas podem chamar isso apenas de um conflito. Isso não é um conflito, estamos diante claramente de uma guerra, de uma guerra em que uma parte não segue qualquer regra, agem como terroristas. Eu vi isso com os meus próprios olhos, prezados Senadores, aqui, foguetes voando pela janela dos nossos prédios atingirem diversos hospitais aqui no centro de Kiev, no meio do dia.
- Eu já disse aqui: isso nos inflige tanta dor, ver corpos de crianças novinhas, de crianças recém-nascidas espalhados pelas nossas ruas. Vejam do que estamos falando.
- Por favor, juntos, vamos unir os nossos esforços para interromper essa matança de pessoas, porque nós somos seres humanos e nós temos uma responsabilidade de preservar as vidas das pessoas que simplesmente querem conduzir as suas vidas de forma pacífica em seus próprios





16/07/2024, 12:32

Notas Taquigráficas - Senado Federal

Horário

O texto a seguir, após ser revisado, fará parte da Ata da reunião.

- 15:16 conduzir as suas vidas, de forma pacífica, em seus próprios países. Vejam o que eu estou dizendo, não estamos falando de território, não estamos falando sobre terra, estamos falando de uma questão de sobrevivência da identidade nacional ucraniana. É isso o que o nosso inimigo está querendo tomar de nós. Está tentando usurpar os nossos direitos, está tentando eliminar o nosso direito de viver na nossa nação ucraniana.
- O meu pai foi preso, em 1952, durante o período do Stalin, porque ele era pastor na igreja, e não havia espaço para ação religiosa, naquele período, naquele regime comunista. Ele esteve preso, por nove anos, esteve, por nove anos, na prisão, e é por isso que nós não queremos retornar ao tempo da União Soviética. Eu já estive lá. Eu me lembro, quando eu era criança, de agentes da KGB fazendo busca, nas nossas casas, para buscarem livros religiosos e a Bíblia. É isso o que nós vemos, hoje, os russos entrando e ocupando as nossas cidades, agindo, da mesma forma brutal, prendendo aqueles que não aceitam a ideologia do mundo russo, a ideologia russa.
- É por isso que nós resistimos, nós lutamos, porque os russos vêm aqui. Não há espaço para nós termos um desejo, para conduzirmos uma vida plena e feliz, como uma nação livre, um povo livre, como uma democracia. Nós precisamos da sua voz e da sua ajuda, prezados amigos.
- Eu agradeço enormemente.
- O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSB - PR) - Agradecemos, novamente, o Reverendo Anatoliy. O senhor foi extremamente claro nesse apelo por compreensão, solidariedade e posicionamento. É o que a gente espera que aconteça também. Vamos trabalhar juntos, como o Sr. Dmytro colocou e o senhor também, Reverendo Anatoliy, a favor dessa construção da dignidade, da paz e da interrupção desse... Não é um conflito, é uma guerra mesmo, uma invasão que não tem explicação nenhuma por ter ocorrido.
- Eu quero agradecer também a participação de todos e todas, pelo Brasil, através dos meios de comunicação, e às pessoas aqui presentes também já mencionadas, toda a infraestrutura aqui do Senado Federal, para que esta reunião, esta audiência acontecesse.
- Eu quero lembrar que estamos a milhares de quilômetros da Ucrânia, mas os meios de comunicação permitem também essa aproximação. O Senado Federal sempre está à disposição, com a sua área de comunicação e de assessoria, para que isso se transforme, assim, em realidade. Então, a gente agradece a todos.
- Agora, no Brasil, são 3h30 da tarde. Eu quero dizer que, na Ucrânia - me corrijam se eu estiver
- 15:20 Ucrânia, corrijam-me se eu estiver errado, já são 9h20 da noite, seis horas de diferença do Brasil para Ucrânia.
- Agradecer à tradução também, que foi possibilitada pela infraestrutura do Senado, e deixar as portas abertas, Dmytro e Rev. Anatoliy, para que, independente de reunião, os contatos aconteçam e ideias e iniciativas possam ser compartilhadas.
- Muito obrigado.
- Antes de encerrar, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelo resultado da reunião e pelas notas taquigráficas. Como eu falei, todo o material ficará à disposição de quem queira se aprofundar naquilo que foi colocado, tanto aqui no Brasil como na Ucrânia.
- As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
- Aprovada.
- Cumprida a finalidade da reunião, agradeço de novo, Dmytro Lubinets e Rev. Anatoliy Raychynets, a todos e todas, pela presença, pela participação.
- Declaro encerrada a presente reunião.
- Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 21 minutos.)



[ENGLISH](#) | [ESPAÑOL](#) | [FRANÇAIS](#)

 [Intranet](#)

[Servidor efetivo](#)

[Servidor comissionado](#)

[Servidor aposentado](#)

[Pensionista](#)

 [Fale com o Senado](#)

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Brasília DF - CEP 70165-900 | Telefone: 0800 0 61 2211





COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA  
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel\*  
PT - Jaques Wagner\*  
PSD - Otto Alencar\*\*

Rio Grande do Sul

PP - Ireneu Orth\* (S)  
PT - Paulo Paim\*  
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão\*\*

Amazonas

MDB - Eduardo Braga\*  
PSDB - Plínio Valério\*  
PSD - Omar Aziz\*\*

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho\* (S)  
PL - Flávio Bolsonaro\*  
PL - Romário\*\*

Ceará

PSB - Cid Gomes\*  
NOVO - Eduardo Girão\*  
PT - Janaina Farias\*\* (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns\*  
PODEMOS - Oriovisto Guimarães\*  
UNIÃO - Sergio Moro\*\*

Maranhão

PSD - Eliziane Gama\*  
PDT - Weverton\*  
PDT - Ana Paula Lobato\*\* (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro\*  
MDB - Veneziano Vital do Rêgo\*  
UNIÃO - André Amaral\*\* (S)

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar\*  
PSD - Sérgio Petecão\*  
UNIÃO - Alan Rick\*\*

Pará

MDB - Jader Barbalho\*  
PODEMOS - Zequinha Marinho\*  
PT - Beto Faro\*\*

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato\*  
PODEMOS - Marcos do Val\*  
PL - Magno Malta\*\*

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad\*  
PODEMOS - Soraya Thronicke\*  
PP - Tereza Cristina\*\*

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire\* (S)  
PT - Humberto Costa\*  
PT - Teresa Leitão\*\*

Piauí

PP - Ciro Nogueira\*  
MDB - Marcelo Castro\*  
PSD - Jussara Lima\*\* (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas\*  
PDT - Leila Barros\*  
REPUBLICANOS - Damares Alves\*\*

São Paulo

MDB - Giordano\* (S)  
PSD - Mara Gabrilli\*  
PL - Astronauta Marcos Pontes\*\*

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim\*  
PSD - Zenaide Maia\*  
PL - Flavio Azevedo\*\* (S)

Rondônia

MDB - Confúcio Moura\*  
PL - Marcos Rogério\*  
PL - Jaime Bagattoli\*\*

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana\*  
PSD - Rodrigo Pacheco\*  
REPUBLICANOS - Cleitinho\*\*

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin\*  
MDB - Ivete da Silveira\* (S)  
PL - Jorge Seif\*\*

Tocantins

PL - Eduardo Gomes\*  
PSD - Irajá\*  
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra\*\*

Goiás

PSB - Jorge Kajuru\*  
PSD - Vanderlan Cardoso\*  
PL - Wilder Morais\*\*

Alagoas

MDB - Renan Calheiros\*  
PODEMOS - Rodrigo Cunha\*  
MDB - Fernando Farias\*\* (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto\*  
S/Partido - Randalfe Rodrigues\*  
UNIÃO - Davi Alcolumbre\*\*

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos\*  
PSD - Margareth Buzetti\* (S)  
PL - Rosana Martinelli\*\* (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira\*  
PT - Rogério Carvalho\*  
PP - Laércio Oliveira\*\*

Roraima

PSB - Chico Rodrigues\*  
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus\*  
PP - Dr. Hiran\*\*

Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 27

PSD-15 / PT-8 / PSB-4

Angelo Coronel. ....	PSD / BA
Beto Faro. ....	PT / PA
Chico Rodrigues. ....	PSB / RR
Cid Gomes. ....	PSB / CE
Daniella Ribeiro. ....	PSD / PB
Eliziane Gama. ....	PSD / MA
Fabiano Contarato. ....	PT / ES
Flávio Arns. ....	PSB / PR
Humberto Costa. ....	PT / PE
Irajá. ....	PSD / TO
Janaína Farias. ....	PT / CE
Jaques Wagner. ....	PT / BA
Jorge Kajuru. ....	PSB / GO
Jussara Lima. ....	PSD / PI
Lucas Barreto. ....	PSD / AP
Mara Gabrilli. ....	PSD / SP
Margareth Buzetti. ....	PSD / MT
Nelsinho Trad. ....	PSD / MS
Omar Aziz. ....	PSD / AM
Otto Alencar. ....	PSD / BA
Paulo Paim. ....	PT / RS
Rodrigo Pacheco. ....	PSD / MG
Rogério Carvalho. ....	PT / SE
Sérgio Petecão. ....	PSD / AC
Teresa Leitão. ....	PT / PE
Vanderlan Cardoso. ....	PSD / GO
Zenaide Maia. ....	PSD / RN

Bloco Parlamentar Democracia - 18

MDB-11 / UNIÃO-7

Alan Rick. ....	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira. ....	MDB / SE
André Amaral. ....	UNIÃO / PB
Confúcio Moura. ....	MDB / RO
Davi Alcolumbre. ....	UNIÃO / AP
Eduardo Braga. ....	MDB / AM
Fernando Dueire. ....	MDB / PE
Fernando Farias. ....	MDB / AL
Giordano. ....	MDB / SP
Ivete da Silveira. ....	MDB / SC
Jader Barbalho. ....	MDB / PA
Jayme Campos. ....	UNIÃO / MT
Marcelo Castro. ....	MDB / PI
Marcio Bittar. ....	UNIÃO / AC
Professora Dorinha Seabra. ....	UNIÃO / TO
Renan Calheiros. ....	MDB / AL
Sergio Moro. ....	UNIÃO / PR
Veneziano Vital do Rêgo. ....	MDB / PB

Bloco Parlamentar Vanguarda - 14

PL-13 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes. ....	PL / SP
Carlos Portinho. ....	PL / RJ
Eduardo Girão. ....	NOVO / CE
Eduardo Gomes. ....	PL / TO
Flavio Azevedo. ....	PL / RN
Flávio Bolsonaro. ....	PL / RJ
Izalci Lucas. ....	PL / DF

Jaime Bagattoli. ....	PL / RO
Jorge Seif. ....	PL / SC
Magno Malta. ....	PL / ES
Marcos Rogério. ....	PL / RO
Romário. ....	PL / RJ
Rosana Martinelli. ....	PL / MT
Wilder Moraes. ....	PL / GO

Bloco Parlamentar Independência - 11

PODEMOS-7 / PSDB-1 / PDT-3

Ana Paula Lobato. ....	PDT / MA
Carlos Viana. ....	PODEMOS / MG
Leila Barros. ....	PDT / DF
Marcos do Val. ....	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães. ....	PODEMOS / PR
Plínio Valério. ....	PSDB / AM
Rodrigo Cunha. ....	PODEMOS / AL
Soraya Thronicke. ....	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim. ....	PODEMOS / RN
Weverton. ....	PDT / MA
Zequinha Marinho. ....	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira. ....	PP / PI
Cleitinho. ....	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves. ....	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran. ....	PP / RR
Esperidião Amin. ....	PP / SC
Hamilton Mourão. ....	REPUBLICANOS / RS
Ireneu Orth. ....	PP / RS
Laércio Oliveira. ....	PP / SE
Mecias de Jesus. ....	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina. ....	PP / MS

S/Partido - 1

Randolfe Rodrigues. ....	AP
--------------------------	----

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ....	27
Bloco Parlamentar Democracia. ....	18
Bloco Parlamentar Vanguarda. ....	14
Bloco Parlamentar Independência. ....	11
Bloco Parlamentar Aliança. ....	10
S/Partido. ....	1
<b>TOTAL. ....</b>	<b>81</b>



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA  
(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flavio Azevedo** (PL-RN)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Giordano* (MDB-SP)	Omar Aziz** (PSD-AM)
André Amaral** (UNIÃO-PB)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Humberto Costa* (PT-PE)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Irajá* (PSD-TO)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Ireneu Orth* (PP-RS)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (S/Partido-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Janaína Farias** (PT-CE)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Romário** (PL-RJ)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rosana Martinelli** (PL-MT)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Flávio Arns* (PSB-PR)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÃO DIRETORA

#### PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

#### 1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

#### 1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

#### 2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

#### 3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

#### 4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

**1º** Mara Gabrilli - (PSD-SP)

**2º** Ivete da Silveira - (MDB-SC)

**3º** Dr. Hiran - (PP-RR)

**4º** Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 27</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eliziane Gama - PSD</b> <sup>(17)</sup> .....</p> <p><b>Líder do PSD - 15</b> <b>Otto Alencar</b> <sup>(5)</sup> Vice-Líderes do PSD Omar Aziz <sup>(19)</sup> Lucas Barreto <sup>(35)</sup></p> <p><b>Líder do PT - 8</b> <b>Beto Faro</b> <sup>(41)</sup> Vice-Líder do PT Teresa Leitão <sup>(33,54)</sup></p> <p><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Jorge Kajuru</b> <sup>(6,26)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO) - 18</b></p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre <sup>(14,58)</sup> Professora Dorinha Seabra <sup>(15,23,59)</sup> .....</p> <p><b>Líder do MDB - 11</b> <b>Eduardo Braga</b> <sup>(4)</sup> Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro <sup>(29)</sup> Confúcio Moura <sup>(21,28)</sup> Giordano <sup>(30)</sup></p> <p><b>Líder do UNIÃO - 7</b> Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra <sup>(15,23,59)</sup> Davi Alcolumbre <sup>(14,58)</sup> Alan Rick <sup>(16)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 14</b></p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes <sup>(34)</sup> .....</p> <p><b>Líder do PL - 13</b> <b>Carlos Portinho</b> <sup>(13)</sup> Vice-Líderes do PL Jorge Seif <sup>(31)</sup> Izalci Lucas <sup>(47)</sup> Jaime Bagattoli <sup>(50)</sup></p> <p><b>Líder do NOVO - 1</b> <b>Eduardo Girão</b> <sup>(12,60)</sup></p>
<p><b>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Laércio Oliveira - PP</b> <sup>(44)</sup> Vice-Líder Damares Alves <sup>(45)</sup> .....</p> <p><b>Líder do PP - 6</b> <b>Tereza Cristina</b> <sup>(8)</sup></p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 4</b> <b>Mecias de Jesus</b> <sup>(7)</sup> Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão <sup>(20)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar Independência (PODEMOS/PSDB/PDT) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Styvenson Valentim - PODEMOS</b> <sup>(43,49)</sup> .....</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 7</b> <b>Rodrigo Cunha</b> <sup>(40)</sup> Vice-Líderes do PODEMOS Styvenson Valentim <sup>(43,49)</sup> Marcos do Val <sup>(42)</sup></p> <p><b>Líder do PSDB - 1</b> <b>Plínio Valério</b> <sup>(48)</sup></p> <p><b>Líder do PDT - 3</b> <b>Ana Paula Lobato</b> <sup>(51)</sup></p>	<p><b>Maioria</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - MDB</b> <sup>(10)</sup></p>
<p><b>Minoria</b> <b>Líder</b> <b>Ciro Nogueira - PP</b> <sup>(1,9)</sup></p>	<p><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Jaques Wagner - PT</b> <sup>(2)</sup> Vice-Líderes Confúcio Moura <sup>(21,28)</sup> Daniella Ribeiro <sup>(27)</sup> Jorge Kajuru <sup>(6,26)</sup> Professora Dorinha Seabra <sup>(15,23,59)</sup> Randolfe Rodrigues <sup>(22)</sup> Weverton <sup>(24)</sup> Zenaide Maia <sup>(25)</sup></p>	<p><b>Oposição</b> <b>Líder</b> <b>Marcos Rogério - PL</b> <sup>(63)</sup> Vice-Líderes Eduardo Girão <sup>(12,60)</sup> Magno Malta <sup>(56)</sup> Eduardo Gomes <sup>(57)</sup></p>
<p><b>Bancada Feminina</b> <b>Líder</b> <b>Leila Barros - PDT</b> <sup>(52)</sup> Vice-Líderes Teresa Leitão <sup>(33,54)</sup> Soraya Thronicke <sup>(53)</sup></p>		

- Notas:**
- Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
  - Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
8. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
9. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
10. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
12. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
13. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
14. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
15. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
16. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
17. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
18. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
19. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
20. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
21. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
23. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
24. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
25. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
26. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
27. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
28. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
29. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
30. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
31. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2023-GLPL).
32. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
33. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
34. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
35. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
36. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
37. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
38. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
39. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima foi destituída da função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
40. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
41. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
42. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
43. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
44. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
45. Em 06.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada 1ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
46. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
47. Em 02.04.2024, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2024-GLPL).
48. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
49. Em 09.04.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado Líder do Bloco Parlamentar Independência (Of. 60/2024-GLPODEMOS).
50. Em 22.04.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 20/2024-GLPL).
51. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
52. Em 23.05.2024, a Senadora Leila Barros foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
53. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
54. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
55. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes foi destituído da função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
56. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
57. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
58. Em 18.06.2024, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
59. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
60. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
61. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho foi destituído da função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
62. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho foi destituído da função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
63. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

**Finalidade:** destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Designação:** 22/06/2016

**Leitura:** 13/07/2016

**Instalação:** 12/07/2016

MEMBROS
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes  
**Telefone(s):** 61 3303 3514  
**E-mail:** coceti@senado.leg.br



**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA  
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019**

**Finalidade:** examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

**MEMBROS**

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO





3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

**Finalidade:** debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

**Número de membros:** 7 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2023

**Prazo final:** 13/08/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,3)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(2)</sup>	
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(2)</sup>	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	

**Notas:**

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).  
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).  
3. Em 14.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Nelsinho Trad membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão (Of. nº 34/2024-BLRESDEM).

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA  
DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 28/11/2023

**Prazo final:** 07/04/2024

**Prazo final prorrogado:** 22/05/2024

**Prazo final prorrogado:** 03/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1,3)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	5. Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(1,6)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	6. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	7. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,3)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	8. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,2,5)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
- Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destitui o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.
- Em 28.11.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Izalci Lucas membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, para compor a comissão.
- Em 28.11.2023, os Senadores Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Efraim Filho foram designados Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, da comissão (Of. nº 001/2023-CTIADMTR) .
- Em 28.02.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Hamilton Mourão para compor, como membro suplente, a comissão.
- Em 08.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Janaína Farias para compor a comissão, como membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

**Finalidade:** examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>  
**RELATOR:** Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 16/08/2023

**Prazo final:** 14/12/2023

**Prazo final prorrogado:** 23/05/2024

**Prazo final prorrogado:** 17/07/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,3)</sup>
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(1,4)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(1)</sup>	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
2. Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
3. Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.
4. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Leomar Diniz  
**E-mail:** ctia@senado.leg.br



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO  
AOS 200 ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

**Finalidade:** planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 12/12/2023

**Prazo final:** 17/03/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(4)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1)</sup>	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(1,3)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.
2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ).
3. Em 21.06.2024, a Presidência designa o Senador André Amaral membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão.
4. Em 19.06.2024, a Presidência designa a Senadora Janaína Farias membro suplente para compor a comissão.

**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva | Secretário-Adjunto: Breno de Lima Andrade

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cti200confeq@senado.leg.br



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

**Finalidade:** verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1)</sup>	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO  
DE ANTEPROJETO DE LEI DO PROCESSO ESTRUTURAL NO BRASIL

**Finalidade:** apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei do Processo Estrutural no Brasil.

ATO DO PRESIDENTE Nº 3, DE 2024

Número de membros: 15

**PRESIDENTE:** Augusto Aras <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Marcelo Navarro Ribeiro Dantas <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Edilson Vitorelli <sup>(1)</sup>

Leitura: 12/04/2024  
Instalação: 13/06/2024  
Prazo final: 03/02/2025

MEMBROS
Augusto Aras <sup>(2,3)</sup>
Marcelo Navarro Ribeiro Dantas <sup>(2,3)</sup>
Luiz Alberto Gurgel de Faria <sup>(2,3)</sup>
Alberto Bastos Balazeiro <sup>(2,3)</sup>
Edilson Vitorelli <sup>(2,3)</sup>
Aluísio Mendes <sup>(2,3)</sup>
Lilian Maciel <sup>(2,3)</sup>
Sérgio Cruz Arenhart <sup>(2,3)</sup>
Suzana Henriques da Costa <sup>(2,3)</sup>
Andrea de Quadros Dantas <sup>(2,3)</sup>
Sérgio Armanelli Gibson <sup>(2,3)</sup>
Antônio Nabor Areias Bulhões <sup>(2,3)</sup>
Marcus Vinicius Furtado Coêlho <sup>(2,3)</sup>
Benedito Cerezzo Pereira Filho <sup>(2,3)</sup>
Antonio Gidi <sup>(2,3)</sup>
José Bernardo de Assis Júnior <sup>(3)</sup>
Juliana Cordeiro de Faria <sup>(3)</sup>
Márcio Carvalho Faria <sup>(3)</sup>
Roberto P. Campos Gouveia Filho <sup>(3)</sup>
Newton Pereira Ramos Neto <sup>(4)</sup>
Ademar Borges de Sousa Filho <sup>(4)</sup>
Matheus Casimiro Gomes Serafim <sup>(4)</sup>

- Notas:**
- Em 12.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas e Edilson Vitorelli a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 3/2024).
  - Em 12.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Edilson Vitorelli, Nancy Andrigli, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Aluísio Mendes, Sérgio Cruz Arenhart, Antônio Nabor Areias Bulhões, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Benedito Cerezzo Pereira Filho, Antonio Gidi, José Bernardo de Assis Júnior, Juliana Cordeiro de Faria, Márcio Carvalho Faria e Roberto P. Campos Gouveia Filho membros desta comissão (ATO nº 3/2024).
  - Em 11.06.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Alberto Bastos Balazeiro, Edilson Vitorelli, Aluísio Mendes, Lilian Maciel, Sérgio Cruz Arenhart, Suzana Henriques da Costa, Andrea de Quadros Dantas, Sérgio Armanelli Gibson, Antônio Nabor Areias Bulhões, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Benedito Cerezzo Pereira Filho, Antonio Gidi, José Bernardo de Assis Júnior, Juliana Cordeiro de Faria, Márcio Carvalho Faria e Roberto P. Campos Gouveia Filho, membros desta comissão (ATO nº 9/2024).
  - Em 19.06.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Newton Pereira Ramos Neto, Ademar Borges de Sousa Filho e Matheus Casimiro Gomes Serafim, membros desta comissão (ATO nº 10/2024).

**Secretário(a):** Renata Felix Perez | **Adjuntos:** Antonio das Dores P. Silva Neto; Henrique C. Evangelista  
**Telefone(s):** 3303 3490  
**E-mail:** cjprestr@senado.leg.br



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL

**Finalidade:** acompanhar, por tempo indeterminado, as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

ATO nº 5, de 2024

**Número de membros:** 8

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 07/05/2024

MEMBROS
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(6)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(7)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Em 06.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senadores Paulo Paim, Hamilton Mourão e Ireneu Orth membros desta comissão (ATO nº 5/2024).
2. Em 07.05.2024, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim e Ireneu Orth, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e o Presidente designa como Relator o Senador Hamilton Mourão (Of. nº 001/2024-CTERS).
3. Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Astronauta Marcos Pontes membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 21/2024-BLVANG).
4. Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 26/2024-BLDEM).
5. Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Esperidião Amin membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 23/2024-GABLID/BLALIAN).
6. Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Jorge Kajuru membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 26/2024-BLRESDM).
7. Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Leila Barros membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 2/2024-BLIDEP).

**Secretário(a):** Renata Felix Perez | Adjuntos: Fernanda Lima; Antonio das Dores P. Silva Neto

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cters@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

**Finalidade:** apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

Requerimento nº 158, de 2024

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(10)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(10)</sup>

**RELATOR:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(11)</sup>

**Leitura:** 13/03/2024  
**Instalação:** 10/04/2024  
**Prazo final:** 21/10/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(4)</sup>	2. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(4,13)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(9)</sup>	3. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(9)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3,8)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3,8)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(12)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(6)</sup>	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(5)</sup>	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(7)</sup>	1. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(7)</sup>

**Notas:**

5. Em 09.04.2024, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PT, para compor a comissão (Of. nº 11/2024-GLDPT).

4. Em 09.04.2024, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Efraim Filho, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2024).

3. Em 09.04.2024, os Senadores Otto Alencar e Angelo Coronel foram designados membros titulares e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 04/2024-GLPSD).

2. Em 09.04.2024, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares e o Senador Carlos Portinho, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPL).

1. Em 09.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular e o Senador Giordano, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-GLMDB).

6. Em 09.04.2024, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do PSB, para compor a comissão (Of. nº 18/2024-GLDPSB).

7. Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pela liderança do Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPP).

8. Em 09.04.2024, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa à suplência, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-GLPSD).

9. Em 10.04.2024, os Senadores Styvenson Valentim e Rodrigo Cunha foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 65/2024-GLPODEMOS).

10. Em 10.04.2024, a comissão reunida elegeu os Senadores Jorge Kajuru e Eduardo Girão, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2024-CPIAE).





11. Em 10.04.2024, o Senador Romário foi designado Relator deste colegiado (Of. nº 01/2024-CPIAE).

12. Em 21.05.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo PT, para compor a comissão (Of. nº 017/2024-GLDPT).

13. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Gabriel Udelsmann

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cpiae@senado.leg.br



## 2)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

**Finalidade:** apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 13/03/2024



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2)</sup>	2. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(2,5,13,48)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2,26,29)</sup>	5. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2,5,11,12,13,33,35,39,41)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(2,44)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	8. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2,13)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2,13)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2,16)</sup>	10. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(2,13)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4,9,10,21)</sup>
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,25,31)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,9)</sup>	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(4,15,19,30)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>
Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(4,38,40,42)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4,50,51)</sup>	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,10)</sup>	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(7)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(18,20)</sup>	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(18,37)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup>	
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,17,23,24,27,28,46)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1,22,32)</sup>
Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,47)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Morais (PL-GO) <sup>(1,34,36)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1,43,45,49,52)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,14)</sup>	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>

Notas:

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio



Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.

4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.

7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 144](#))

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))

10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))

11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 121](#))

12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 117](#))

13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))

14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN). ([DSF de 06/06/2023, p. 35](#))

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 138](#))

17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))

18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))

19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 101](#))

20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLRESDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 78](#))

21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLRESDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 161](#))

22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG). ([DSF de 18/10/2023, p. 147](#))

23. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).

24. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 170/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 200](#))

25. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofs. nºs 120 e 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 138](#))

26. Em 22.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 174/2023-BLDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 137](#))

27. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 178/2023-BLVANG). ([DSF de 23/11/2023, p. 136](#))

28. Em 23.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 179/2023-BLVANG). ([DSF de 24/11/2023, p. 71](#))

29. Em 23.11.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 175/2023-BLDEM). ([DSF de 24/11/2023, p. 70](#))

30. Em 24.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 122/2023-BLRESDEM). ([DSF de 25/11/2023, p. 21](#))

31. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))

32. Em 28.11.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 180/2023-BLVANG). ([DSF de 29/11/2023, p. 182](#))

33. Em 29.02.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 10/2024-BLDEM).

34. Em 12.03.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-BLVANG).

35. Em 13.03.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLDEM).

36. Em 14.03.2024, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



37. Em 18.03.2024, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 11/2024-BLRESDM).
38. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDM).
39. Em 24.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 25/2024-BLDEM).
40. Em 07.05.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Janaína Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 28/2024-BLRESDM).
41. Em 14.05.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 36/2024-BLDEM).
42. Em 15.05.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 33/2024-BLRESDM).
43. Em 11.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 30/2024-BLVANG).
44. Em 11.06.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos Do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 5/2024-BLINDEP).
45. Em 11.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
46. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
47. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
48. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
49. Em 03.07.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 35/2024-BLVANG).
50. Em 04.07.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 49/2024-BLRESDM).
51. Em 09.07.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-BLRESDM).
52. Em 11.07.2024, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 36/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

**Finalidade:** opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

**(Requerimento 160, de 2023 - CAE)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3,6)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	6. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>	8. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(10,14,15,16,17,18)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2,8)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,8)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,19)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>	2. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,9)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,9,11,12)</sup>
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,9)</sup>	2. <sup>(5,9,13)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,9)</sup>	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1,9)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 125](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG). ([DSF de 10/03/2023, p. 91](#))

6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))



9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 104](#))
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 197](#))
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG). ([DSF de 16/08/2023, p. 201](#))
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 165](#))
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 95](#))
15. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
16. Em 10.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 11/11/2023, p. 9](#))
17. Em 05.12.2023, o Senador Eduardo Braga deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 92](#))
18. Em 13.06.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 62/2024-BLDEM).
19. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br





2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

**Finalidade:** acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

**(Requerimento 53, de 2023 - CAS)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(5,7)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>	2. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(6)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

- Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS). ([DSF de 31/08/2023, p. 166](#))
- Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS). ([DSF de 01/09/2023, p. 54](#))
- Em 18.06.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2024-SACAS).
- Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(25)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,5,79)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2,5,27,29,30,37,50,55,57,76,79)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2,27,29,50,55,66,75)	3. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2,5,8,30,37,66,75,76,79)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,8,13,32,34,44,47)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	5. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,5,8,30,41,57,79)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,38,40)	6. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2,5,8,18,76,79)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (2,5,8,38,40,76,79,81)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2,15,19)	8. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,7,8,79)
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2,8,12,16,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2)</sup>	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,8,28,30,39,41)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (17,18)	11. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (17,18,30,39,41,51,52,53,79)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (3,35,42)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	2. Senador Irajá (PSD-TO) (3,9,20,22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3,48,49)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3,23,35,42,46)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3,36,42)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(3)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3,24,31)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3,64,67)	6. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (3,56,65,68,70,71)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,69,72)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,77,78)
Senadora Janaína Farias (PT-CE) (3,58,59,63,73,74)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (3,5)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3,60,61,62,82)	9. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (3,82)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flavio Azevedo (PL-RN) (1,80)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1,14,43,45)
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,10,11)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,21,26,33,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 126](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara



Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).

8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))

9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))

10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN). ([DSF de 08/06/2023, p. 10](#))

11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))

12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))

13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))

14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))

15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))

16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))

17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))

18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))

19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))

20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))

21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLID-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))

22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))

23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 163](#))

24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 217](#))

25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 14/09/2023, p. 93](#))

26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLID-BLALIAN). ([DSF de 14/09/2023, p. 94](#))

27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 97](#))

28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 96](#))

29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 15/09/2023, p. 77](#))

30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 95](#))

31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/09/2023, p. 179](#))

32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM). ([DSF de 29/09/2023, p. 54](#))

33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN). ([DSF de 30/09/2023, p. 16](#))

34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 162](#))

35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 108](#))

36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 109](#))



37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 114](#))
38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa à suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB). ([DSF de 05/10/2023, p. 107](#))
39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 113](#))
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 78](#))
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 77](#))
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/10/2023, p. 39](#))
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 10/10/2023, p. 40](#))
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 11/10/2023, p. 178](#))
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG). ([DSF de 12/10/2023, p. 13](#))
46. Em 17.10.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/10/2023, p. 146](#))
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 101](#))
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 99](#))
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 100](#))
50. Em 31.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 167/2023-BLDEM). ([DSF de 01/11/2023, p. 81](#))
51. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
52. Em 07.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 169/2023-BLDEM). ([DSF de 08/11/2023, p. 199](#))
53. Em 13.11.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 170/2023-BLDEM). ([DSF de 14/11/2023, p. 70](#))
54. Em 20.11.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 21/11/2023, p. 43](#))
55. Em 21.11.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLDEM). ([DSF de 22/11/2023, p. 136](#); [DSF de 28/11/2023, p. 22](#))
56. Em 27.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 150/2023-GSFCONTA).
57. Em 06.12.2023, o Senador Alan Rick foi designado 2º membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa à 5ª suplência, para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 183/2023-BLDEM). ([DSF de 07/12/2023, p. 101](#))
58. Em 13.12.2023, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 131/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 147](#))
59. Em 15.12.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, em substituição ao Senador Camilo Santana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 135/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/12/2023, p. 37](#))
60. Em 05.02.2024, o Senador Flávio Dino foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 03/2024-BLRESDEM).
61. Vago em 21.02.2024, em razão da renúncia do titular.
62. Em 27.02.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-BLRESDEM).
63. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
64. Em 16.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 20/2024-BLRESDEM).
65. Em 16.04.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2024-BLRESDEM).
66. Em 17.04.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2024-BLDEM).
67. Em 22.04.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 21/2024-BLRESDEM).
68. Em 22.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 21/2024-BLRESDEM).
69. Em 07.05.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 27/2024-BLRESDEM).
70. Em 07.05.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa à titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 27/2024-BLRESDEM).
71. Em 10.05.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 30/2024-BLRESDEM).



72. Em 10.05.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 30/2024-BLREDEM).
73. Em 21.05.2024, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição à Senadora Janaína Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 36/2024-BLREDEM).
74. Em 28.05.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 37/2024-BLREDEM).
75. Em 29.05.2024, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 45/2024-BLDEM).
76. Em 03.06.2024, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Marcelo Castro e Izalci Lucas foram designados, respectivamente, segundo, terceiro, sexto e sétimo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 46/2024-BLDEM).
77. Em 05.06.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 40/2024-BLREDEM).
78. Em 12.06.2024, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 43/2024-BLREDEM).
79. Em 19.06.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado sexto suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a ocupar a primeira suplência; o Senador Jayme Campos, segundo suplente, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que passa a ocupar a décima primeira suplência; o Senador Cid Gomes, terceiro suplente, em substituição ao Senador Alan Rick, que passa a ocupar a oitava suplência; e o Senador Izalci Lucas, quinto suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a ocupar a sétima suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 69/2024-BLDEM).
80. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
81. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
82. Em 09.07.2024, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 51/2024-BLREDEM).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(4,14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(3,27)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,6)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3,6,7,8)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	7. VAGO <sup>(15)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	8.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>	9.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>	10.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	3. VAGO <sup>(2,13)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(28)</sup>	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(2,23)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	7. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2,24)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	9.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,11,16,19,20,25)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1,11)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1,11)</sup>	3. Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,11,26)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(12)</sup>
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(17,18,21,22)</sup>	5. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(17,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1,5,10)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,5,10)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,10)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,10)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.





5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG). ([DSF de 05/04/2023, p. 106](#))
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG). ([DSF de 12/07/2023, p. 109](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 193](#))
19. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
20. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 201](#))
21. Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 402](#))
22. Em 26.02.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 005/2024-BLVANG).
23. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
24. Em 28.05.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 38/2024-BLREDEM).
25. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
26. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
27. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
28. Em 25.06.2024, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor a comissão (Of. nº 48/2024-BLREDEM).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

**Finalidade:** acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**(Requerimento 56, de 2023 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 11/06/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 21.05.2024, os Senadores Cid Gomes e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia; e os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim, membros titulares e os Senadores Lucas Barreto e Janaína Farias, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a subcomissão (Of. nº 180/2024-CE).

2. Em 22.05.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a subcomissão (Of. nº 191/2024-CE).

3. Em 11.06.2024, a subcomissão reunida elegeu os Senadores Cid Gomes e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 223/2024-CE).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares  
**Telefone(s):** 3303-3498  
**E-mail:** ce@senado.leg.br





4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Finalidade:** acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 03/07/2024

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(1)</sup>	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Independência ( PODEMOS, PDT, PSDB )	
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
	1.

- Notas:**
- 1. Em 25.06.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Jussara Lima e Janaína Farias, membros titulares, e os Senadores Cid Gomes e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e os Senadores Soraya Thronicke e Zequinha Marinho designados, respectivamente, membros titular e suplente, pelo Bloco Parlamentar Independência, para compor a comissão (Of. nº 257/2024-CE).
  - 2. Em 03.07.2024, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Janaína Farias Presidente deste colegiado (Of. nº 270/2024-CE).
  - 3. Em 10.07.2024, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 273/2024-CE).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

**Finalidade:** debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/03/2023

**Prazo final:** 08/10/2023

**Prazo prorrogado:** 30/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1)</sup>	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1.
Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(1,3)</sup>	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).

2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

3. Em 04.06.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a subcomissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 100/2024-CE).

\*. Em 12.12.2023 a Comissão de Educação e Cultura aprovou o Requerimento nº 141/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para prorrogação do prazo de funcionamento desta Subcomissão até 31 de setembro de 2024 (Of. nº 509/2023-CE).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**E-mail:** ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(10)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(8)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(13)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>	6. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(14,26)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,7)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,7)</sup>	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2,5)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2,15)</sup>	5. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(2,15,23)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6,20)</sup>	6. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(19,24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,11,25)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,11,16)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	3. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(11,16,18,21)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(1,12,22)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,12,17)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1,12)</sup>	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,12)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC). ([DSF de 10/03/2023, p. 83](#))
5. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM). ([DSF de 09/03/2023, p. 56](#))
6. Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM). ([DSF de 10/03/2023, p. 87](#))
7. Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM). ([DSF de 10/03/2023, p. 88](#))
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
10. Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC). ([DSF de 23/03/2023, p. 110](#))
11. Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#); [DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM). ([DSF de 14/04/2023, p. 55](#))
14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 118](#); [DSF de 26/04/2023, p. 118](#))
15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
16. Em 24.10.2023, os Senadores Marcos Rogério e Romário foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 155/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 194](#))
17. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Esperidião Amin, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2024-GABLIID/BLALIAN).
18. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 04/2024-BLVANG).
19. Em 05.03.2024, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB ao PSD, para compor a comissão (Of. nº 07/2024-BLRESDM).
20. Em 14.03.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 08/2024-BLRESDM).
21. Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 17/2024-BLVANG).
22. Em 10.04.2024, o Senador Irenéu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
23. Em 15.05.2024, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2024-BLRESDM).
24. Em 29.05.2024, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 39/2024-BLRESDM).
25. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
26. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** [ctfc@senado.leg.br](mailto:ctfc@senado.leg.br)



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,6,9)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,12)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>	7.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,8,15)</sup>
Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(2,16)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. VAGO <sup>(2,10)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(11)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(5)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,13,14)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDM). ([DSF de 24/03/2023, p. 75](#))

9. Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 103](#))

10. Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDM). ([DSF de 20/06/2023, p. 54](#))

11. Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG). ([DSF de 03/08/2023, p. 113](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 168](#))

13. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))

14. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 001/2024-GABLD/BLALIAN).

15. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).

16. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).

**Secretário(a):** Christiano De Oliveira Emery

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-2005

**E-mail:** cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(3,6)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,6)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(3,6,25)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3,14,16)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14,16)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3,8)</sup>	6. VAGO <sup>(3,8,23)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,19,20)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>	5. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,11,15,17,18,21,22,24)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,11)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,5,11)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(5,10,11,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,12)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1,12)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,12)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1,12)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE). ([DSF de 09/03/2023, p. 49](#))

5. Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 67](#))

6. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

7. Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE). ([DSF de 17/03/2023, p. 90](#))

8. Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM). ([DSF de 17/03/2023, p. 92](#))

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

10. Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG). ([DSF de 20/05/2023, p. 15](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 50](#))
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 103](#))
17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 204](#))
19. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
20. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
21. Em 28.02.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 008/2024-BLVANG).
22. Em 29.02.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 09/2024-BLVANG).
23. Em 06.06.2024, a Senadora Leila Barros deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 54/2024-BLDEM).
24. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
25. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br





7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1,3)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>
Blocos Parlamentares Vanguarda (PL, NOVO) e Aliança (PP,REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 25.04.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro titular e o Senador Izalci Lucas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia; o Senador Nelsinho Trad, membro titular e o Senador Chico Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Espiridião Amin, membro titular e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro suplente, pelos Blocos Parlamentares Vanguarda e Aliança, para compor a subcomissão (Of. nº 4/2024-CRE).
2. Em 14.05.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Esperidião Amin Presidente deste colegiado (Of. nº 06/2024-CRE).
3. Em 17.05.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a subcomissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Ofs. nºs 7/2024-CRE e 38/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(9)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(2,26)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,6,10)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2)</sup>	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,10)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(2)</sup>	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,10,14)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	7. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2,24)</sup>	9. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(2,10)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,11,13)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,16,17,19,20)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,8,20,21)</sup>	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup>	
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,12,15,25)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1,18,23)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(1,22)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.

4. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLREDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 73](#))



9. Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI). ([DSF de 28/03/2023, p. 40](#))
10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 265](#))
13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLRESDM). ([DSF de 16/08/2023, p. 199](#))
14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 8](#))
15. Em 10.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 176/2023-BLVANG). ([DSF de 11/11/2023, p. 10](#))
16. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
17. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
18. Em 29.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 182/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 401](#))
19. Em 13.12.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzeth, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 132/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 148](#))
20. Em 21.12.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, e a Senadora Margareth Buzetti, membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 138/2023-BLRESDM). ([DSF de 22/12/2023, p. 13](#))
21. Em 02.02.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 02/2024-BLRESDM).
22. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
23. Em 09.05.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 22/2024-BLVANG).
24. Em 22.05.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 42/2024-BLDEM).
25. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
26. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) (3)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5)
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (2,16)	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,5,10)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2)	6. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4,11,12,13)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	4. Senadora Janaína Farias (PT-CE) (4,14)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	6. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) (7)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Flavio Azevedo (PL-RN) (1,15)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	3. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1,8)
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR). (DSF de 10/03/2023, p. 84)

4. Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

5. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). (DSF de 11/03/2023, p. 8)

6. Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM). (DSF de 15/03/2023, p. 161)

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)

8. Em 17.08.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG). (DSF de 18/08/2023, p. 59)

9. Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLREDEM). (DSF de 01/09/2023, p. 55)

10. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM). (DSF de 01/09/2023, p. 56)

11. Em 30.10.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 115/2023-BLREDEM). (DSF de 31/10/2023, p. 35)

12. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). (DSF de 23/11/2023, p. 139)



13. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
14. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
15. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
16. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** [cdr@senado.gov.br](mailto:cdr@senado.gov.br)



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(4,13,16)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(10)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,5)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,12)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,5)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(3,23,26)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,5)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(3)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3,5,15,22,27)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,14)</sup>	5. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(11,12,15,17)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,24,25)</sup>	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,18)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(2,28)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(8)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup>	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,7,9)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,19)</sup>	3. Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,20,21,30)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(1,29)</sup>	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA). ([DSF de 09/03/2023, p. 48](#))

5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG). ([DSF de 23/03/2023, p. 116](#))

8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 72](#))

9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG). ([DSF de 17/05/2023, p. 213](#))

10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA). ([DSF de 06/07/2023, p. 261](#))

11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 263](#))

12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 85](#))

13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronike deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 85](#))



14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 86](#))
15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 111](#))
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA). ([DSF de 10/08/2023, p. 68](#))
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 200](#))
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 198](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 165](#))
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG). ([DSF de 29/09/2023, p. 53](#))
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 05/10/2023, p. 110](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 14.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 15/11/2023, p. 242](#))
24. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
25. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
26. Em 05.12.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 93](#))
27. Em 20.12.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 186/2023-BLDEM). ([DSF de 21/12/2023, p. 179](#))
28. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
29. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
30. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-feiras 14h -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br





11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(4)</sup>

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3)</sup>
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(3,18)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	5. VAGO <sup>(10,13)</sup>
VAGO <sup>(3,15)</sup>	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(8)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(2,14)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6. VAGO <sup>(2,9)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,17)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1,11,12,16)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(7)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 130](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT). ([DSF de 10/03/2023, p. 85](#))

5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM). ([DSF de 18/03/2023, p. 26](#))

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 18](#))

8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM). ([DSF de 04/05/2023, p. 145](#))

9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 73](#))

10. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))

11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG). ([DSF de 02/12/2023, p. 88](#))

12. Em 25.10.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 157/2023-BLVANG). ([DSF de 26/10/2023, p. 125](#))

13. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))

14. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).





15. Em 22.05.2024, o Senador Izalci Lucas deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2024-BLDEM).
16. Em 22.05.2024, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 26/2024-BLVANG).
17. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
18. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(3)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(15)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2)</sup>	1. VAGO <sup>(5,16)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(5)</sup>	2. VAGO <sup>(5,17)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(5)</sup>	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(7)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(10)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(6)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(6)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(6)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(6,13,14)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6,13,14)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6,9)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(13)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(11)</sup>
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(4,18)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(12)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(8)</sup>	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(8)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.06.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 263](#))

2. Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 260](#))

3. Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.

4. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG). ([DSF de 15/06/2023, p. 79](#); [DSF de 15/06/2023, p. 79](#))

5. Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))

6. Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 81](#); [DSF de 15/06/2023, p. 81](#))

7. Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))

8. Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))

9. Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 81](#))

10. Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))

11. Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG). ([DSF de 20/06/2023, p. 52](#))

12. Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG). ([DSF de 21/06/2023, p. 366](#))

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

14. Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))

15. Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD). ([DSF de 21/09/2023, p. 166](#))

16. Em 06.06.2024, o Senador Oriovisto Guimarães deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2024-BLINDEP).

17. Em 07.06.2024, o Senador Alan Rick deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 55/2024-BLDEM).

18. Em 11.07.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 37/2024-BLVANG).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: [cdd@senado.leg.br](mailto:cdd@senado.leg.br)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(4)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,23,24)</sup>	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3,14,22,25)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,14,20,21)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(7,14)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(6,14)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(9,14,19,22,25)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,29,30)</sup>	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,5)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,5,15,18)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2,26)</sup>	4. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2,26)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(13)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup>	
Senador Flavio Azevedo (PL-RN) <sup>(1,33)</sup>	1. Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(1,16,27,28,32)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,17)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(1,11,12,31)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 54](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))

7. Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

9. Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))

10. Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN). ([DSF de 27/04/2023, p. 86](#))

11. Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN). ([DSF de 28/04/2023, p. 87](#))

12. Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 09/05/2023, p. 22](#))

13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 212](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG). ([DSF de 26/08/2023, p. 46](#))
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 166](#))
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLREDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 162](#))
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 57](#))
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 168](#))
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 9](#))
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 111](#))
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 112](#))
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 33](#))
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 34](#))
26. Em 25.10.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 114/2023-BLREDEM). ([DSF de 26/10/2023, p. 124](#))
27. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
28. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 203](#))
29. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
30. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
31. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
32. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
33. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

**Finalidade:** estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

**(Requerimento 13, de 2023 - CMA)**

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 13/03/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(1)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>

- Notas:**
- 1. Em 30.11.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos foram designados membros titulares, e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 200/2023-CMA).
  - 2. Em 07.03.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 04/2024-CMA).
  - 3. Em 12.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 05/2024-CMA).
  - 4. Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes e a Senadora Tereza Cristina Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
  - 5. Em 13.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 13/2024-CMA).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

**Finalidade:** discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

**(Requerimento 53, de 2023 - CMA)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 13/03/2024

**Prazo final:** 11/06/2024

**Prazo prorrogado:** 05/08/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(3)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(1)</sup>	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	5.

- Notas:**
- 1. Em 06.03.2024, os Senadores Jorge Kajuru, Sérgio Petecão, Plínio Valério, Carlos Viana e Jorge Seif foram designados membros titulares e as Senadoras Damares Alves e Tereza Cristina, membros suplentes, para compor este colegiado (Of. nº 03/2024-CMA).
  - 2. Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Jorge Kajuru Presidente deste colegiado (Of. nº 01/2024 - CMAATIVOS).
  - 3. Em 13.03.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 14/2024-CMA).
  - 4. Em 09.05.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 87/2024-CMA).

**Secretário(a):** Airtton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (3,6,22)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (3)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)	5. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (3)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (14)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)	7. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (15,20)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,21)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2,16,17)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)	6. Senadora Janaína Farias (PT-CE) (2,18)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (5)	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) (7)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. Senador Magno Malta (PL-ES) (11)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (9)	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (12)
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Ireneu Orth (PP-RS) (13,19)

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDM). (DSF de 09/03/2023, p. 52)

6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). (DSF de 16/03/2023, p. 141)

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)

8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDM). (DSF de 23/03/2023, p. 113)

9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG). (DSF de 23/03/2023, p. 116)

10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM). (DSF de 23/03/2023, p. 112)

11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG). (DSF de 29/03/2023, p. 105)



12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 106](#))
13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP). ([DSF de 13/04/2023, p. 119](#))
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 120](#))
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM). ([DSF de 03/06/2023, p. 34](#))
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
17. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).
18. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
19. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
20. Em 25.04.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 79/2024-GLPODEMOS).
21. Em 20.06.2024, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2024-BLREDEM).
22. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** (61) 3303-2315

**E-mail:** [csp@senado.leg.br](mailto:csp@senado.leg.br)





15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(5)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3,10,11)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(7)</sup>
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(7,29)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(7)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(7)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(8,26)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(8)</sup>	4. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8)</sup>	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(8)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(8)</sup>	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(16,22,28)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(1,23,24)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4,13,18)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4,13,18)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,13,19)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>	6. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(20)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(6)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2,17)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(12,17,21,25,27)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(15)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(9,14)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(9)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(9)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(9)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDM). ([DSF de 14/06/2023, p. 256](#))

2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 264](#))

3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 261](#))

4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDM). ([DSF de 14/06/2023, p. 258](#))

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG). ([DSF de 15/06/2023, p. 78](#))

7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))

8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))

9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))

10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 57](#))

11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))

12. Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG). ([DSF de 20/06/2023, p. 53](#))

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 06/07/2023, p. 260](#))
15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 266](#))
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG). ([DSF de 10/08/2023, p. 69](#))
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#); [DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLREDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLREDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 216](#))
21. Em 24.10.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 158/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 196](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
24. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
25. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 03/2024-BLVANG).
26. Em 29.02.2024, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 09/2024-BLDEM).
27. Em 20.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLVANG).
28. Em 25.04.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 24/2024-BLDEM).
29. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



### 15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

**Finalidade:** Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

**(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)**

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



## 15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

**Finalidade:** viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

**(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp  
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(5)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) <sup>(6,12,20)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(7,15)</sup>	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(6)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(7)</sup>	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(7)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(9)</sup>	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3,11)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3,11)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) <sup>(10,13,17,18,19)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(8)</sup>	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(8,14,16)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDM). [\(DSF de 14/06/2023, p. 256\)](#)

2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG). [\(DSF de 14/06/2023, p. 262\)](#)

3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDM). [\(DSF de 14/06/2023, p. 258\)](#)

4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM). [\(DSF de 14/06/2023, p. 259\)](#)

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). [\(DSF de 15/06/2023, p. 74\)](#)

7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). [\(DSF de 15/06/2023, p. 77\)](#)

8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN). [\(DSF de 15/06/2023, p. 71\)](#)

9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). [\(DSF de 16/06/2023, p. 58\)](#)

10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG). [\(DSF de 17/06/2023, p. 17\)](#)

11. Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).

12. Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM). [\(DSF de 01/07/2023, p. 10\)](#)

13. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). [\(DSF de 08/07/2023, p. 35\)](#)

14. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). [\(DSF de 31/08/2023, p. 164\)](#)

15. Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM). [\(DSF de 27/09/2023, p. 94\)](#)

16. Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN). [\(DSF de 04/10/2023, p. 160\)](#)

17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). [\(DSF de 01/11/2023, p. 84\)](#)

18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLVANG). [\(DSF de 08/11/2023, p. 202\)](#)

19. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).



20. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo De Oliveira Santos

**Reuniões:** Quartas-feiras 10:30 -

**Telefone(s):** 3303-2540

**E-mail:** cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos  
Endereço: Edifício Principal - Térreo  
Telefone(s): 33035258  
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes  
PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)  
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

- 1ª Eleição Geral: 19/04/1995

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

7ª Eleição Geral: 14/07/2009
- 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos  
Endereço: Edifício Principal - Térreo  
Telefone(s): 33035258  
E-mail: naot@senado.leg.br





**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ**  
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

**1ª Designação:** 03/12/2001  
**2ª Designação:** 26/02/2003  
**3ª Designação:** 03/04/2007  
**4ª Designação:** 12/02/2009  
**5ª Designação:** 11/02/2011  
**6ª Designação:** 11/03/2013  
**7ª Designação:** 26/11/2015

**Atualização:** 08/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPGF  
**Endereço:** Edifício Principal - Térreo  
**Telefone(s):** 33035713  
**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA**  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

**4ª Designação:** 11/03/2013

**5ª Designação:** 20/05/2014

**6ª Designação:** 04/03/2015

**Atualização:** 11/11/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-713

**E-mail:** saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL  
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL  
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO**  
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

**1ª Designação:** 20/12/2013

**2ª Designação:** 16/09/2015

**Atualização:** 11/11/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPFG  
**Endereço:** Edifício Principal - Térreo  
**Telefone(s):** 33035713  
**E-mail:** npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

- 1ª Designação: 16/11/1995
- 2ª Designação: 30/06/1999
- 3ª Designação: 27/06/2001
- 4ª Designação: 25/09/2003
- 5ª Designação: 26/04/2011
- 6ª Designação: 21/02/2013
- 7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa  
NAOT  
Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.





**11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**12) COMENDA REI PELÉ**  
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)

---



13) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA  
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

---

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



15) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES  
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR  
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO  
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

**PRESIDENTE:**

---



18) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br





19) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN  
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

---



20) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL  
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



21) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES  
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO  
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**23) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER**  
*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)*

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



24) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER  
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



25) MEDALHA MARIA QUITÉRIA  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**26) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES**  
*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)*

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br





27) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL  
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



29) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA  
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO  
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**30) COMENDA ZILDA ARNS**  
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

**Número de membros:** 0 titulares

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

